



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
DE CIÊNCIAS E HUMANIDADES**

INAÊ NOGUEIRA LEVEL

**MULHERES NEGRAS NO LIVRO *DIDÁTICO SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO*
PNLD/2018: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL**

**HUMAITÁ-AM
2024**

INAÊ NOGUEIRA LEVEL

**MULHERES NEGRAS NO LIVRO *DIDÁTICO SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO*
PNLD/2018: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção de título de mestre em Ensino de Ciências e Humanidades. Linha 1: Perspectivas teórico-metodológicas para o ensino das Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Eulina Maria Leite Nogueira.

Coorientador: Prof. Dr. Renato Abreu Lima.

**HUMAITÁ-AM
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L657m Level, Inaê Nogueira
Mulheres negras no livro didático sociologia em movimento
PNLD/2018 : uma análise interseccional / Inaê Nogueira Level .
2024
119 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Eulina Maria Leite Nogueira
Coorientador: Renato Abreu Lima
Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Feminismo negro. 2. Interseccionalidade. 3. Livro didático. 4.
Sociologia. I. Nogueira, Eulina Maria Leite. II. Universidade Federal
do Amazonas III. Título

*A todos os meus ancestrais,
que lutaram pelas nossas vidas
e por dignidade para o Povo Negro,
em especial a Marielle Franco,
mulher negra covardemente assassinada
por ousar lutar por melhores condições
para o Povo Negro.
Ela vive em cada um que luta
contra o projeto de poder
que tenta aniquilar
a população negra.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às forças divinas pela dádiva da vida.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas. Nesse sentido, agradeço:

À minha mãe, Maria Auxiliadora Nogueira Level, por todas as orações, cuidado e amor. A senhora, assim como milhares de mulheres, teve que atravessar inúmeros obstáculos para maternar sozinha. Obrigada por viabilizar minha formação, em todos os aspectos, e por me ajudar sempre que preciso.

À minha família, pela disponibilidade em ajudar durante este percurso acadêmico, cuidando das crianças (Carlos e Marielle) e viabilizando esta pesquisa.

Ao meu amor, companheiro, esposo e amigo, José Alberto do Nascimento Pinho, por todo o cuidado, amor e incentivo. Obrigada por não ter deixado eu desistir e por me incentivar a realizar os meus sonhos. Cada palavra de incentivo e gesto de encorajamento de vocês foi o alicerce que me sustentou nesta jornada.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Eulina Maria Leite Nogueira. Nunca terei como agradecer por todo o amor, cuidado e respeito. A senhora é gigante e me inspira a buscar sempre o melhor. Obrigada pelos conselhos valiosos, puxões de orelha e por me orientar para a vida. Concluo esta trajetória com a dádiva da sua amizade.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Renato Abreu Lima, pela paciência e incentivo ao longo deste processo. Seus ensinamentos foram valiosos, construtivos e encorajadores.

Aos meus amigos, Betânia, Marilda, Juliana Valentini, Juliana do IFAM de Lábrea, Elisângela, João Bosco, Kelison, Sara e tantos outros, pelo apoio e contribuição nesta pesquisa. Vocês tornaram esta jornada mais leve e significativa.

Não posso deixar de expressar minha gratidão à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH), por fornecerem o ambiente acadêmico e os recursos necessários para a realização desta pesquisa.

Aos professores e colegas do PPGECH, cujas discussões enriqueceram minha experiência acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

LEVEL, Inaê Nogueira. **Mulheres negras no livro didático *Sociologia em Movimento PNL D/2018***: uma análise interseccional. 2024. 119f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades) - Instituto de Educação, Cultura e Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Humaitá-AM, 2024.

RESUMO

Esta dissertação, intitulada *Mulheres negras no livro didático Sociologia em Movimento PNL D/2018: uma análise interseccional*, apresenta uma pesquisa em que se investigou a representação das mulheres negras no referido livro, o qual foi ofertado aos estudantes das três séries do Ensino Médio e o mais requisitado pelas escolas brasileiras. A pesquisa se fundamentou na Teoria Interseccional - fruto do esforço teórico das feministas negras -, que considera as diversas nuances de opressões que atravessam a vida dessas mulheres. Buscou-se conhecer de que maneira esse livro didático apresenta as questões referentes a raça, gênero e classe social, haja vista que, durante séculos, a educação esteve pautada em uma visão eurocêntrica de mundo, não conferindo importância e protagonismo à população negra, especialmente às mulheres negras no contexto social brasileiro. Ademais, intentou-se compreender de que forma o currículo de Sociologia no Ensino Médio aborda e cumpre a legislação que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino e qual a importância conferida às mulheres negras no livro didático em tela. Em termos metodológicos, adotou-se a abordagem qualitativa, a partir da análise crítica do livro didático em questão, utilizando-se da Interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica. O estudo abordou a contextualização histórica, social e política do ensino da Sociologia no Brasil, marcada por idas e vindas no currículo escolar, além de tecer críticas às teorias coloniais. Com base nos pressupostos do feminismo negro, desenvolveu-se, ainda, uma reflexão crítica acerca do currículo de Sociologia, materializado no livro didático, argumentando que este desempenha um papel significativo na formação dos estudantes sobre as questões de raça, gênero e classe. Os resultados evidenciaram que, em alguns capítulos, o livro didático analisado cumpre a legislação antirracista, reconhece e valoriza a diversidade e as complexidades das relações raciais no Brasil, destacando a importância das mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo negro. Interseccionalidade. Livro didático. Sociologia.

LEVEL, Inaê Nogueira. Black women in the textbook *Sociologia em Movimento PNLD/2018: an intersectional analysis*. 2024. 119f. Dissertation (Master's in Science and Humanity Teaching) - Institute of Education, Culture and Environment, Federal University of Amazonas, Humaitá-AM, 2024.

ABSTRACT

This dissertation, entitled *Black women in the textbook Sociologia em Movimento PNLD/2018: an intersectional analysis*, presents an investigation about the representation of black women in this textbook, which was offered to students in the three grades of High School and the most requested by Brazilian educational institutions. The research was based on Intersectional Theory - resulting of the black feminists' theoretical efforts - which considers the various nuances of oppression permeating these women's lives. The aim was to find out how this textbook presents issues relating to race, gender and social class, given that, for centuries, education has been based on a Eurocentric view of the world, failing to give importance and prominence to the black population, especially to the black women in the Brazilian social context. Furthermore, it was attempted to understand how the High School Sociology curriculum addresses and complies the legislation that makes compulsory the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture in educational establishments, and what importance is given to black women in the textbook in question. In methodological terms, a qualitative approach was adopted, based on a critical analysis of the analysed textbook, using Intersectionality as a theoretical-methodological tool. The study addressed the historical, social and political contextualisation of the Sociology teaching in Brazil, marked by comings and goings in the school curriculum, as well as criticising colonial theories. Based on black feminism assumptions, it was also developed a critical reflection on the Sociology curriculum, materialised in the textbook, arguing that it plays a significant role in educating students on issues of race, gender and class.

Os resultados evidenciaram que, em alguns capítulos, o livro didático analisado cumpre a legislação antirracista, reconhece e valoriza a diversidade e as complexidades das relações raciais no Brasil, destacando a importância das mulheres negras. The results showed that, in some chapters, the analysed textbook complies with anti-racist legislation, recognises and values the diversity and complexities of race relations in Brazil, highlighting the black women's importance.

Keywords: Black feminism. Intersectionality. Textbook. Sociology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulher Negra: Interseccionalidade das categorias de gênero, raça e classe social	62
Figura 2 - Capa do LD Sociologia em Movimento	66
Figura 3 - Pessoas negras e senso comum	75
Figura 4 - Meninas paquistanesas estudando	77
Figura 5 - Mulheres brancas em painéis publicitários.....	78
Figura 6 - Sala de aula na escola do povoado de Vargem Funda (Santa Luz, BA).	79
Figura 7 - Cartaz de combate à violência doméstica, veiculado em 2008	80
Figura 8 - Festa religiosa na Casa de Yemanjá.....	83
Figura 9 - Manifestação em Baltimore - EUA, em abril de 2015.....	84
Figura 10 - O Brasil em preto e branco	87
Figura 11 - Patriarcalismo.....	90
Figura 12 - Desigualdade entre os jovens	97
Figura 13 - O programa Bolsa Família como empoderamento feminino	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Livros Didáticos de Sociologia PNLD/2018 - Valores de aquisição por título	28
Quadro 2 - Livros Didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD/2018	57
Quadro 3 - Capítulos do LD Sociologia em Movimento PNLD/2018	57
Quadro 4 - Perfil das autoras e autores do LD Sociologia em Movimento	67
Quadro 5 - Organização das unidades do Livro Sociologia em Movimento PNLD/2018.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação feminina na autoria do LD Sociologia em Movimento70

Gráfico 2 - Linhas de pesquisas dos autores/as relacionadas a raça, gênero ou classe social71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
LD	Livro Didático
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEC	Ministério da Educação
MNU	Movimento Negro Unificado
MP	Medida Provisória
OCNEM	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
PCNEM	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SEB	Secretaria de Educação Básica
UHE	Usina Hidrelétrica
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Escrivências que antecedem a pesquisa	15
1.2 Organização das seções	19
2 HISTÓRICO DO PNLN NO BRASIL	20
2.1 O livro didático na perspectiva curricular	21
2.2 A Sociologia como componente curricular	23
3 FEMINISMO NEGRO	30
3.1 Feminismo negro nos Estados Unidos da América	33
3.2 Raça, gênero e classe social no contexto brasileiro	37
3.3 Reflexões sobre os movimentos feministas hegemônico e negro	44
4 PERCURSO METODOLÓGICO	55
4.1 Caracterização do campo de pesquisa	56
4.2 Teoria Interseccional: proposta teórico-metodológica	59
5 MULHERES NEGRAS NO LIVRO DIDÁTICO SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO	65
5.1 Unidade 1 - Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo	74
5.2 Unidade 2 - Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas	81
5.3 Unidade 3 - Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea	89
5.4 Unidade 4 - Mundo do trabalho e desigualdade social	94
5.5 Unidade 5 - Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas	98
5.6 Unidade 6 - A vida nas cidades do século XXI - questões centrais de uma sociedade em construção	101
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Nós, mulheres negras, somos a vanguarda do movimento feminista nesse país. Nós, povo negro, somos a vanguarda das lutas sociais deste país, porque somos os que sempre ficamos para trás, aquelas e aqueles para os quais nunca houve um projeto real e efetivo de integração social.
(Sueli Carneiro, 2011).

No cenário das instituições de ensino, mais especificamente no Ensino Médio, percebemos a dificuldade de se tratar os temas sobre raça e gênero, tanto nos currículos escolares quanto nas práticas pedagógicas, bem como dos conflitos que se travam quando esses temas, de forma transversal, aparecem relacionados a questões morais, políticas e religiosas. Diante do cenário contemporâneo de discursos políticos de intolerância contra sujeitos de diversos grupos nomeados sociologicamente como minorias sociais (negros, quilombolas, indígenas, LGBTQIAP+, religiões de matriz africanas, dentre outros), é visível o aumento de abusos e violências físicas, morais e psicológicas

Discutir as relações raciais, de gênero e classe social, a partir do referencial teórico interseccional, se faz urgente e necessário, em função da escalada conservadora representada pelo governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Portanto, desenvolver pesquisas no campo da Sociologia da Educação, a partir dos Livros Didáticos (LD), é de suma importância para a sociedade, pois, de acordo com Desterro (2016, p.44), “o Programa Nacional do Livro Didático tem muita força na definição do conhecimento oficial na medida em que contribui para delimitar a forma de exposição dos conteúdos a partir de uma opção curricular legalmente instituída”.

Engeroff (2017) registra que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma política pública educacional cujo objetivo principal é:

Subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de Livros Didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o MEC publica o Guia de Livros Didáticos, com resenhas das coleções consideradas aprovadas, encaminhando-os para a escolha do livro pelas escolas (Engeroff, 2017, p. 24).

Nesse sentido, para o triênio de 2018, o PNLD/2018 aprovou cinco LD de

Sociologia para serem distribuídos em escolas públicas de todo o país. Cabe ressaltar que esse foi o último PNLD antes da Reforma do Ensino Médio¹ e da implementação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)². Dessa forma, nesta pesquisa, analisamos o LD *Sociologia em Movimento* (Silva et al., 2016), haja vista que foi o mais utilizado nas escolas, de acordo com o documento *Valores de aquisição por título*.

O LD é um recurso utilizado para mediar o ensino. Segundo Engerhoff (2017), em grande parte das escolas públicas, ele é o único material utilizado para o planejamento das ações pedagógicas. É importante destacar que uma parcela dos docentes que lecionam a disciplina de Sociologia não tem formação na área e, na maioria das escolas, a disciplina tem a carga horária anual de 40 horas, o que corresponde a uma hora semanal de aula. Ambos os fatores são indícios de como a disciplina se torna uma complementação para que professores de outras áreas completem sua carga horária. Em relação ao PNLD de Sociologia, o referido autor comenta que:

Tem sido comumente enumerado pelos professores de sociologia como um material de apoio, aparecendo nas pesquisas que se dedicam a compreender as práticas pedagógicas ou os sentidos de sociologia atribuídos pelos docentes e discentes (Engerhoff, 2017, p. 65).

Os livros de Sociologia distribuídos através do PNLD exercem uma grande influência na prática pedagógica, oferecendo suporte teórico para os professores e prático para os estudantes. Desse modo, é salutar analisar a representação das mulheres negras no livro *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018, como uma ferramenta de superação das desigualdades sociais, raciais e de gênero impostas historicamente a esse grupo.

Diante de uma educação escolar que perpetua a cultura dominante e apresenta uma visão eurocêntrica do mundo, em que se encontram traços de preconceito racial sobre a população negra brasileira, a Lei nº 10.639/2003 se configura como uma política educacional, pois obriga o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros e

¹ A Lei nº 13.415/17 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), estabelecendo a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017). Tal Reforma foi implementada através de uma Medida Provisória (MP) 746/16, que rendeu muitas críticas por ter sido imposta, de forma autoritária, pelo governo Michel Temer (2016 a 2018).

² A BNCC serve de referência para a elaboração dos currículos de qualquer instituição escolar, da Educação Infantil ao Ensino Médio (Brasil, 2018).

africanos no currículo escolar. Tal Lei é um mecanismo de combate ao racismo através da educação escolar. É imprescindível demonstrar a importância do continente africano e das mulheres negras para a formação da sociedade brasileira.

A promulgação da Lei nº 10.639/2003 foi fruto de um longo processo de lutas do Movimento Negro, que buscou o reconhecimento da importância do povo negro para a construção da sociedade brasileira. De acordo com Gomes (2012), o movimento negro tinha o objetivo de romper o caráter folclórico com o qual a escola tradicionalmente pautou a importância dos povos negros para a formação do Brasil; essa luta teve a inclusão da trajetória desses grupos no currículo escolar como uma de suas bandeiras mais relevantes.

Para entender as trajetórias dos grupos negros, em específico das mulheres negras, recorreremos aos conceitos de feminismo negro e interseccionalidade, que reconhecem o modo como diferentes eixos de opressões estão articulados, produzindo desigualdades e situações adversas de múltiplas discriminações. Trata-se de conceitos que se tornaram visíveis nos anos 1980, através de feministas negras norte-americanas, preocupadas em compreender os sistemas de dominação formados a partir do modo como raça, classe e gênero se internalizam. De acordo com a pesquisadora e feminista negra Carla Akotirene (2019, p. 26), “a categoria mulher e as nuances das opressões de gênero não podem ser compreendidas se despojadas do seu contexto racial e de classe”.

Tratar sobre interseccionalidade, segundo Akotirene (2019), é entender como as teorias raciais e o racismo constituíram a sociedade atual e continuam se renovando e se modificando conforme a sociedade se transforma. É preciso entender a raça e o racismo para poder analisar a influência e as consequências que esse regime de exclusão traz para a vida da população negra, em particular para as mulheres negras.

Desde o início do século XX, o Movimento Negro brasileiro tem reivindicado não apenas o acesso à educação, mas também o direito à representação, ou seja, o direito de se ver inserido no currículo escolar, como sujeito político e produtor de conhecimento. É urgente que a sociedade brasileira pague a dívida histórica para com essa população, que teve e tem seus direitos solapados em função da desumanização que o projeto colonial impôs a esse grupo até os dias atuais através da necropolítica, encarceramento em massa da população negra, bem como a condição de pobreza

socialmente imposta.

Diante do exposto, é pertinente questionar como são implementadas as políticas educacionais brasileiras em relação às pessoas negras. Neste caso, questionamos como o LD *Sociologia em Movimento*, que é um dos instrumentos de implementação dessas políticas, apresenta e debate a população negra na sociedade brasileira, sobretudo as mulheres negras. É preciso questionar, também, se esse LD consegue visibilizar e abordar, de forma positiva, as lutas, conquistas, anseios e contribuições das mulheres negras para nosso país. Consideramos que representatividade importa para formarmos cidadãos que não reproduzam a violência de raça e gênero, que sejam capazes de ser empáticos e praticar o antirracismo no dia a dia, transformando a sociedade brasileira.

Nesse sentido, sob a perspectiva da teoria interseccional, é preciso fomentar a discussão acerca das relações de gênero, raça e classe na educação pública, para a integração, o reconhecimento e a valorização sobre a temática, a partir da Lei nº 10.639/2003. É necessário analisar como a implementação da referida Lei vem ocorrendo e se desdobrando no contexto da educação básica, em particular, no Ensino Médio. Nessa esteira, buscamos fazer essa análise através do LD *Sociologia em Movimento*, aprovado pelo PNLD/2018.

1.1 Escrivências que antecedem a pesquisa

Por meio de minhas³ vivências enquanto mulher negra, justifico os motivos que me levaram a realizar esta pesquisa. Para tanto, considero o conceito de *escrevivência*, proposto pela intelectual negra Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Evaristo de Brito, citada por Evaristo, Duarte e Nunes (2020, p. 30):

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende barrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais.

³ Em algumas partes do texto, por envolver relatos de minha experiência pessoal, adoto a pessoa discursiva na primeira pessoa do singular.

A escrevivência é um ato de escrita liderado pelas mulheres negras, com o intuito de desfazer a imagem do passado colonial, em que essas mulheres foram escravizadas e controladas pelos senhores de engenho e suas famílias.

De acordo com Evaristo (2020, p. 43), "[...] A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, mas acordá-los de seus sonhos injustos". Nesse sentido, a escrevivência é uma escrita de denúncia e comprometimento social, pois, no passado, as mulheres negras eram submetidas a vários tipos de trabalhos degradantes e um deles era o de "cuidar" dos donos da casa grande, inclusive no sentido sexual.

No tempo presente, através da nossa escrita militante, estamos rompendo com a subserviência, pois temos lembrado o passado e denunciando as injustiças, para que as mesmas não sejam repetidas no futuro (Evaristo; Duarte; Nunes, 2020). A escrevivência reflete a história da coletividade dos povos negros, sobretudo das mulheres negras. Sendo assim, venho refletindo sobre minhas vivências/experiências enquanto educadora negra em uma sociedade marcada pelo racismo.

Durante minha trajetória escolar e acadêmica, presenciei poucas discussões sobre questões raciais e de gênero, mais especificamente sobre a importância das mulheres negras para a formação social brasileira. Da Educação Básica, durante a década de 1990 e começo dos anos 2000, não guardo nenhuma lembrança de me ver representada positivamente nos conteúdos trabalhados na escola, muito menos nos LD.

Na maioria dos casos, a figura da pessoa negra estava atrelada ao período de escravização, ou seja, com um viés estigmatizante. É salutar demarcar que nós, povos negros, não somos descendentes de escravizados e sim de civilizações africanas que desenvolveram a astrologia, a escrita e as pirâmides, entre outros saberes/epistemologias que foram solapados pelo projeto colonial.

Na minha trajetória enquanto acadêmica de Ciências Sociais, através do projeto de Extensão Universitária *Desestruturação Social e Ambiental das Comunidades Ribeirinhas, Rurais e Urbanas no Município de Porto Velho*, tive acesso a leituras raciais e de gênero e, por intermédio desse Projeto, me aproximei dos movimentos sociais ligados à Via Campesina⁴, mais especificamente o Movimento

⁴ É um movimento social internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras. Atualmente tem abrangência quase global (Niemeyer, 2008).

dos Atingidos por Barragens (MAB).

O MAB nasceu na década de 1980, no contexto da organização contra as ameaças e agressões impostas pelos projetos de hidrelétricas no Brasil. Esse Movimento luta pelos direitos dos atingidos e reivindica um Projeto Energético Popular, pois o modelo vigente não produz energia elétrica para o povo brasileiro e sim para o capital, beneficiando o setor financeiro.

Quando eu estava concluindo o Ensino Médio, em 2006, começaram as discussões sobre a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira, no município de Porto Velho. Em 2009, enquanto acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), conheci o MAB e passei a me inteirar sobre as pautas e lutas do Movimento. Desse modo, o MAB e a UNIR foram os responsáveis por meu processo de desnaturalização das relações sociais, fazendo com que eu despertasse para a importância da discussão de gênero, raça e classe social. E mais do que isso, que eu me incomodasse com as injustiças sociais.

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) me proporcionou conviver com mulheres atingidas por barragens e, durante esse período, pude perceber que os problemas enfrentados pelas atingidas tinham uma proporção maior em relação aos homens, devido às diferenças socialmente impostas, que podem ser explicadas a partir das teorias de gênero, raça e classe social. E essa é uma realidade das mulheres nesse país, sobretudo das negras.

Enquanto professora negra, com trajetória profissional somente em escolas públicas, nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Amazonas, sinto a necessidade/urgência de trabalhar as questões raciais, de gênero e classe social sob o viés da interseccionalidade, a partir dos materiais disponibilizados pelo poder público, neste caso, os LD.

A partir do contexto narrado, passei a me questionar sobre a presença do povo negro, especificamente das mulheres negras, nos LD de Sociologia. Nesse sentido é importante abordar as questões sobre raça, gênero e classe social a partir da teoria da interseccionalidade (fruto do esforço teórico das feministas negras).

Na atual conjuntura social e política em que estamos inseridos, com a escalada do autoritarismo, a perseguição sistemática que as escolas públicas e professores têm enfrentado, sobretudo em relação às discussões que pautam direitos humanos, questões de gênero e raciais, consideramos relevante investigar a presença das

mulheres negras nos LD de Sociologia do PNLD/2018. Assim, para esta pesquisa, como já dito, tomamos por objeto de estudo o livro *Sociologia em Movimento*, considerando que é preciso fortalecer a discussão sobre a história e a cultura afro-brasileiras nas escolas e fomentar a educação antirracista, para incentivar e emponderar as mulheres negras. Nosso interesse é investigar, no citado LD, a presença, a história e o lugar das mulheres negras, analisando os espaços e contextos relacionados à cultura negra na sociedade brasileira.

A hipótese é a de que o LD torna invisível as lutas, a resistência e história das mulheres negras, impondo a ausência de representatividade que resulta em uma reprodução educacional racista.

Como objetivo geral da pesquisa, buscamos investigar a presença, a história e o lugar das mulheres negras no LD *Sociologia em Movimento* - Vol. único, do Ensino Médio, aprovado pelo PNLD/2018, por meio da análise dos espaços e contextos relacionados à cultura negra na sociedade brasileira, a partir da lente teórica interseccional.

Como objetivos específicos, estabelecemos:

a) analisar de que modo as categorias raça, gênero e classe são abordadas no LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018;

b) analisar de que maneira a implementação da Lei nº 11.645/2008 se manifesta no LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018, aprovado e distribuído às escolas públicas de todo o país;

c) identificar se o LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018, torna visível as lutas, resistências e a história das mulheres negras, a partir do Feminismo Negro e da Interseccionalidade.

Com o intuito de compreender a temática desta pesquisa - Mulheres negras no LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018 - a partir da lente teórica e metodológica interseccional, utilizamos autores e pesquisadores que possuem amplo conhecimento e arcabouço teórico, dentre os quais destacamos: Akotirene (2019); Almeida (2019); Carneiro (2011); Collins (2019); Collins e Bilge (2020); Davis (2016); Fanon (2008); Gomes (2005; 2012); Gonzalez (2020), hooks⁵ (2019), Nascimento

⁵ bell hooks é escrito em letras minúsculas para não tirar o foco da figura autoral para as suas ideias. A autora ressalta que suas ideias são maiores e mais importantes. bell hooks é um pseudônimo inspirado pela bisavó materna, Bell Blair Hooks. No decorrer deste trabalho o nome da autora será escrito em letras minúsculas, respeitando sua vontade da autora (hooks bell, 2019. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras).

(2016), Nascimento (2021).

Quanto à metodologia, adotamos a abordagem qualitativa (Gil, 2008), a pesquisa documental (Marconi; Lakatos, 2002) e a interseccionalidade (Collins; Bilge 2020) como metodologia e teoria de análise dos dados.

1.2 Organização das seções

Este trabalho está organizado nas seguintes seções:

1) consiste desta *Introdução*, em que apresentamos as informações iniciais da dissertação, como tema, justificativa, objetivos, escrevivências da pesquisadora, aspectos teóricos e metodológicos;

2) *Histórico do PNLD no Brasil* - trazemos um breve contexto histórico dessa política pública, bem como discutimos o LD na perspectiva do currículo e, posteriormente, um histórico da inserção do componente curricular Sociologia no PNLD;

3) *Feminismo Negro* - contextualizamos os conceitos de raça, gênero e classe social no bojo da sociedade brasileira, além de reflexões acerca dos Movimentos Feministas Hegemônico e Negro, destacando a não universalização da categoria mulher. Por fim, dialogamos sobre o feminismo negro no contexto estadunidense;

4) *Percurso metodológico da pesquisa* - apresentamos os caminhos que trilhamos, bem como o método e a metodologia calcados na teoria e metodologia interseccional atrelada à mulher negra nos LD de Sociologia.

5) discutimos acerca da mulher negra no LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018; analisamos todos os capítulos do referido LD a partir da lente teórica interseccional, considerando as categorias de raça, gênero e classe social.

6) tecemos as nossas considerações provisórias, tendo em vista que a sociedade é dinâmica e as relações são modificadas todos os dias. Neste trabalho, a partir do Feminismo Negro, apontamos a importância de discutir as questões raciais interligadas à questão de gênero e classe social para a implementação de uma educação antirracista e sexista, pauta reivindicada a partir do Movimento Negro e do Movimento Feminista Negro (MFN).

2 HISTÓRICO DO PNLD NO BRASIL

Ver-se representado de forma positiva e aproximada do real desenvolve na criança um sentido de existência, de positividade, de pertença às categorias de humano e cidadão, porque ela passa a ver-se como existente nessa representação, que para ela corresponde ao real. Ao reconhecer-se e ser visibilizada, a criança desenvolve o amor ao seu semelhante étnico. Também as crianças de outras raças/etnias, começam a ver a criança negra sem os estigmas inferiorizantes, passando a reconhecer suas diferenças sem hierarquias, respeitando-a e interagindo com ela no convívio escolar e fora dele.
(Ana Célia da Silva, 2011)⁶

Nesta seção, apresentamos um breve histórico do PNLD, bem como uma discussão sobre o LD na perspectiva curricular e, posteriormente, a inclusão da Sociologia nesse Programa.

No Brasil, a história do LD foi marcada por uma série de fatores, tais como leis, decretos e ações governamentais. O Decreto Lei nº 1.006/1938 (Brasil, 1938) versa sobre esse material didático, através da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD).

A avaliação, compra e distribuição dos LD é de responsabilidade governamental, pois essa é uma política pública. Neste estudo, não temos a pretensão de fazer um levantamento histórico do PNLD, mas sim de refletir sobre a importância dessa política para a disseminação de informações sobre a relevância da população negra para a construção social do Brasil, particularmente a mulher negra.

Portanto, sendo uma política pública, o PNLD tem finalidades sociais, econômicas e políticas nas quais a sociedade está inserida. Ou seja, o material disponibilizado pelo programa deveria refletir os valores sociais preconizados na legislação vigente. Neste caso, a Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988, p.11) assegura que:

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República federativa do Brasil: I construir uma sociedade livre, justa e solidária [...].
Art. 5º - Todos são iguais perante a lei [...].
Art 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

⁶ É autora do livro *A Representação Social do Negro no Livro Didático: O que mudou? Por que mudou?*

A CF/1988 reflete os anseios de uma sociedade democrática. Contudo, precisamos compreender de que forma essa legislação garante os direitos do povo negro.

Partindo das exigências legais em relação à educação, a autora Höfling (2000, p. 159) compreende o PNLD “[...]como uma estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado brasileiro com a perspectiva de suprir uma demanda que adquire caráter obrigatório com a Constituição de 1988”. Sendo assim, o PNLD cumpre com um dever constitucional que o Estado brasileiro tem em relação à educação.

Cabe ressaltar que o PNLD sofreu diversas alterações ao longo dos anos. Destacamos que esse Programa é a política pública mais antiga de distribuição de obras didáticas para estudantes da rede pública de ensino, com início na década de 1930. O programa recebeu várias nomenclaturas e regras de funcionamento. Segundo Höfling (2000), as comissões que compõem as avaliações dos LD têm atuado de forma mais sistemática desde 1996. Em relação a isso, o Ministério da Educação (MEC) esclarece que:

As obras são inscritas pelos detentores de direitos autorais, conforme critérios estabelecidos em edital, e avaliadas por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. Se aprovadas, compõem o Guia Digital do PNLD, que orienta o corpo docente e o corpo diretivo da escola na escolha das coleções para aquela etapa de ensino (Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) (Brasil, 2022, p. 1).

Partindo dos critérios exigidos pelo MEC para aprovar os LD, realizamos a discussão sobre a mulher no LD *Sociologia em Movimento*, à luz do Feminismo Negro e da Interseccionalidade, a partir das categorias de gênero e raça e classe social.

2.1 O livro didático na perspectiva curricular

Apple (2006) afirma que o currículo pode ser uma ferramenta para a reprodução das desigualdades sociais e as decisões sobre o que incluir e excluir do currículo, muitas vezes, estão atreladas às estruturas de poder existentes na sociedade. Certos conhecimentos e perspectivas são mais valiosos que outros e ajudam a manter a hierarquia social.

Segundo Apple (2006), a relação do currículo com os interesses sociais e históricos está calcada em três dimensões do conhecimento: filosófica, científica e artística. Nessa mesma linha de reflexão, Ponce (2018, p. 793) afirma que “o currículo é uma prática social pedagógica que se manifesta sempre em dois aspectos indissociáveis: como ordenamento sistêmico formal e como vivência subjetiva e social”. O currículo é o resultado de uma complexidade que envolve fatores históricos, sociais, culturais, ideológicos e de poder.

Por conseguinte, o LD atua como um veículo que reflete e opera a definição do currículo em um determinado contexto educacional. Dessa forma, Torres Santomé (2013) afirma que:

As instituições escolares são um dos primeiros espaços nos quais a maioria dos alunos vai ter contato e trabalhar com livros informativos que tentarão lhe explicar o mundo. Mas não podemos ignorar o privilégio informativo dos Livros Didáticos nesse espaço, que tem praticamente a exclusividade do poder de dizer, falando com uma posição de autoridade tão importante na qual, inclusive, a autoria da informação passa a ser algo completamente secundário (Torres Santomé, 2013, p. 228).

Torres Santomé (2013) nos chama a atenção para a importância dos LD nas instituições de ensino, destacando seu papel poderoso na formação da visão de mundo dos estudantes. Portanto, precisamos ter cuidado em relação a autoria desses livros, pois estes refletem os ideais/visões de mundo dos autores e do mercado editorial e devemos questionar se tais ideais são condizentes para assegurar direitos às minorias sociais, especialmente no que diz respeito à educação antirracista.

Nessa esteira, Ponce (2018, p. 794) nos alerta:

Todo currículo implica um projeto de sociedade, de ser humano, de cultura. São perguntas que pautam as propostas de currículos: que sociedade se deseja ter em um futuro próximo e longínquo? Que pessoas são desejáveis na sociedade? Como formá-las? Com que valores éticos? Que conhecimentos são necessários para viver (dignamente) nesse mundo e para a construção de outro mundo possível?

Conforme destaca Ponce (2018), o currículo é um importante instrumento que contribui para a formação dos cidadãos, que pode auxiliar na formação crítica ou na perpetuação do consenso dos valores elitistas. Sendo assim, precisamos compreender de que forma o currículo de Sociologia para o Ensino Médio reflete

pautas que visem à superação do racismo, misoginia e pobreza da população negra, especificamente da mulher negra.

Nesse sentido, o LD se configura como a síntese ou recorte do currículo; logo, compõe as escolhas feitas pelos agentes formuladores das políticas públicas educacionais e também pelos educadores, que elegem quais os conhecimentos, valores e habilidades são essenciais para os estudantes. Na visão de Engerroff (2017, p. 83),

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é também componente curricular, estando envolto nas políticas públicas curriculares. Este programa não só orienta os conteúdos dos Livros Didáticos, mas também formata todo o material escolar do gênero, traduzindo uma série de interesses sobre ele. As expectativas sobre o ensino de sociologia e seus significados são também traduzidos nos Livros Didáticos, mediados pelo PNLD.

Desta feita, o PNLD tem adquirido uma relevância significativa na análise dos contextos do ensino de Sociologia. Isso implica que o Programa não é apenas um meio de distribuir LD, mas desempenha um papel crucial na compreensão mais ampla do cenário educacional em que a Sociologia é ensinada.

2.2 A Sociologia como componente curricular

A Lei nº 11.684/2008 (Brasil, 2008) altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio; torna a Sociologia obrigatória no Brasil, após vários episódios de idas e vindas dessa disciplina no currículo escolar.

Nesse viés, relatamos brevemente o histórico da Sociologia enquanto disciplina no currículo escolar na educação brasileira. No começo do século XIX, mais especificamente em 1890, na chamada Nova República no Brasil, houve a tentativa de inclusão da Sociologia no então Ensino Secundário. A esse respeito, Lopes (2023, p. 3) relata que:

O ideal positivista largamente difundido entre os entusiastas da nova república, levou Benjamin Constant, então ministro da instrução pública, a propor, em 1890, uma reforma educacional que enfatizava o caráter científico e laico do ensino secundário no país, em contraposição ao propedêutico, incluindo a Sociologia como disciplina

essencial à formação dos estudantes. No entanto, mais uma vez, o plano não foi levado adiante. Com a morte de Constant e assumpção de Epiácio Pessoa ao ministério, a proposta foi descaracterizada e a obrigatoriedade da disciplina retirada do texto.

Houve uma tentativa de reformar o Ensino Secundário no país; contudo, a disciplina de Sociologia seria incorporada seguindo os ideais positivistas de 'Ordem e Progresso', além de destacar o caráter científico e laico da educação. A iniciativa de Benjamin Constant não logrou êxito, em função das mudanças políticas e, posteriormente, com a sua morte. Portanto, entendemos que as políticas educacionais são moldadas e/ou modificadas de acordo com os contextos históricos e ou políticos.

Em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, houve a inclusão da Sociologia nas escolas secundárias do país. De acordo com Lopes (2023), a Sociologia foi oficialmente incorporada ao currículo da escola brasileira. Essa inserção refletiu uma mudança no entendimento educacional, passando-se a reconhecer a Sociologia como uma disciplina importante para a formação dos estudantes.

A Reforma Francisco Campos ocorreu em 1931 e teve um grande impacto na presença da Sociologia no currículo escolar brasileiro. Segundo Lopes (2023), essa Reforma foi a primeira de caráter nacional; houve a ampliação da Sociologia, tornando-a obrigatória nos anos finais da Escola Secundária. Todavia, é importante destacar o caráter elitista dessa Reforma, pois uma parcela significativa dos governantes da época enxerga a Sociologia como uma ferramenta importante para a formação de uma elite dirigente.

Em 1942, durante o governo Vargas, houve a Reforma Capanema. Gustavo Capanema era o Ministro da Educação. Um dos pontos dessa mudança foi retirar a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Básico. Essa Reforma marcou o início de um longo período em que o ensino de Sociologia na escola básica deixou de ser obrigatório.

De acordo com Saviani (2011), as Reformas citadas têm a marca do pacto com a Igreja Católica. Na prática, essa aproximação entre Estado e Igreja influenciou as políticas educacionais, moldando o currículo com ideais conservadores, morais e preservando valores tradicionais.

Durante a ditadura militar, a disciplina de Sociologia continuou fora do currículo da Educação Básica. Segundo Oliveira (2013), esse período representou um duro golpe para o ensino de Sociologia. Porém, o autor interpreta que, nesse período

histórico, houve a continuidade do cenário da década de 1940, que foi marcado pela ausência da Sociologia.

A CF/1988 representa a redemocratização do país e, com isso, a reconstrução do sistema educacional brasileiro com princípios democráticos. Nesse sentido, em 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), trazendo a obrigatoriedade do ensino de Sociologia no currículo do Ensino Médio. A referida Lei estabeleceu a base legal para a inclusão da disciplina, destacando sua importância para a formação integral dos estudantes. Vieira e Souza (2017, p. 488) assim comentam:

Após ter sido eliminada do currículo na ditadura civil militar, como uma ameaça à estabilidade nacional, ganhou lugar nos documentos oficiais. Com a concretização das DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio), a Sociologia e a Filosofia passam a estar presentes na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, para que se cumprisse a determinação expressa no artigo 36, 3º parágrafo da LDB, 1996, quando diz que os educandos, ao término do Ensino Médio, demonstrem “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. A regulamentação desse artigo deu-se com muita discussão e reflexão no interior do Conselho Nacional de Educação. Assim, a Sociologia foi novamente inserida no currículo com a perspectiva de que o conhecimento sociológico pudesse contribuir na formação do aluno para o trabalho e para a prática social.

Com o fim da ditadura militar, a Sociologia voltou a figurar nos documentos educacionais oficiais. Porém, sua inclusão não foi garantida como disciplina e sim diluída de maneira transversal. Vale lembrar que o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), vetou a obrigatoriedade de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio quando sancionou a LDB, no ano de 1996. Mesmo possuindo formação em Sociologia, pela Universidade de São Paulo (USP), o referido presidente vetou a inclusão nos componentes curriculares obrigatórios, o que demonstra que ainda eram latentes as correlações de forças do setor conservador da Nova República e o setor mais progressista, que lutou pela reforma curricular mais progressista do Brasil. De fato, a Sociologia voltou como componente curricular somente em 2008, com a sanção do presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva.

A Lei nº 11.684/2008 reflete a luta pela inclusão dos componentes curriculares Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Vieira e Souza (2017) destacam a importância da Lei que tornou essas disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, indicando mudanças importantes nas políticas educacionais do país. A partir dessa legislação, as

disciplinas de Sociologia e Filosofia voltaram a ser obrigatórias. Essa conquista foi o resultado de uma grande mobilização da sociedade civil, dos movimentos sociais e das instituições de ensino pública. A Sociologia como componente curricular obrigatório no Brasil está atrelada às transformações de ordens políticas, sociais e educacionais ao longo da história do país.

Segundo Lages, Gomes e Tavares (2022), a inserção da Sociologia no PNLD se deu em 2012, com dois, em 2015, com seis, e em 2018, com cinco LD aprovados. Em função de sua obrigatoriedade, a disciplina foi inserida no PNLD no ano de 2012, através do edital publicado em 2009, para o triênio 2012 a 2014. Em 2015, tivemos a segunda edição da disciplina nessa política pública educacional, através do edital publicado em 2012 para o triênio 2015 a 2017. E por fim, o PNLD publicado pelo edital em 2015, para ser efetivado em 2018.

Diante desse breve contexto histórico, podemos observar que a Sociologia passou a fazer parte do PNLD somente em 2012; nesse primeiro ano, foram aprovados dois LD: *Sociologia para o Ensino Médio* (Nelson Dacio Tomazi) e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Helena Maria Bomeny Garchet; Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros). Pessanha (2022) destaca que a Sociologia foi incluída tardiamente no PNLD.

No PNLD/2015, foram aprovados seis LD: *Sociologia para o Ensino Médio* (Nelson Dacio Tomazi); *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Helena Bomeny; Bianca Freire Medeiros; Raquel Balmant Emerique; Julia O'Donnel); *Sociologia* (Silvia Maria de Araújo; Maria Aparecida Bridi; Benilde Lenzi Motim); *Sociologia em Movimento* (Afrânio Silva; Bruno Loureiro; Cassia Miranda; Fátima Ferreira); *Sociologia Hoje* (Igor José de Renó Machado; Henrique Amorim; Celso Rocha de Barros) e *Sociologia para Jovens do Século XXI* (Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa). Pereira (2023) pontua que, no PNLD/2015, o número de obras foi triplicado, configurando a ampliação de obras didáticas de Sociologia neste programa.

No PNLD/2018, foram aprovadas cinco obras: *Sociologia* (Benilde Lenzi Motim; Maria Aparecida Bridi; Silvia Maria de Araújo); *Sociologia Hoje* (Celso Rocha de Barros; Henrique Amorim; Igor José de Renó Machado); *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Helena Bomeny *et al.*); *Sociologia em Movimento* (Afrânio Silva *et al.*) e *Sociologia para Jovens do Século XXI* (Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar

Rocha da Costa). O livro *Sociologia em Movimento* constitui o objeto desta pesquisa. A respeito dessa obra, Monaco (2018, p. 51) comenta:

Com abordagem temática, o livro busca trabalhar os métodos e conceitos das Ciências Sociais a partir de uma perspectiva interdisciplinar, expondo tanto teorias e análises clássicas quanto contemporâneas da disciplina (Monaco, 2018, p. 51).

Em relação à abordagem temática, o LD *Sociologia em Movimento* apresenta o desenvolvimento de conceitos e métodos em torno de tópicos que os autores julgam relevantes. Dessa forma, o livro utiliza uma perspectiva abrangente, ao incluir tanto as teorias clássicas quanto as contemporâneas.

O MEC lançou o Edital nº 04/2015 - Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2018, que estabelece que as obras devem:

- 1.1.1. Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, reforçando sua visibilidade e protagonismo social;
- 1.1.2. Abordar a temática de gênero, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia;
- 1.1.3. Proporcionar o debate acerca dos compromissos contemporâneos de superação de toda forma de violência, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher;
- 1.1.4. Promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando os direitos de crianças e adolescentes, bem como o conhecimento e vivência dos princípios afirmados no Estatuto do Idoso;
- 1.1.5. Abordar a temática das relações étnico- raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária.
- 1.1.6. Promover positivamente a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, considerando sua participação e protagonismo em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder;
- 1.1.7. Promover positivamente a cultura e história afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes sociocientíficos, considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando as diferenças culturais em nossa sociedade multicultural;
- 1.1.8. Abordar a temática das relações étnico- raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária (Brasil, 2015, p. 32).

O referido Edital reflete o cuidado em disponibilizar obras didáticas mais inclusivas, equitativas e diversificadas, garantindo a diversidade de gênero, a igualdade étnico-racial e o respeito às diferenças. Engerroff (2017) ratifica que os editais seguem as recomendações contidas na LDB e nos documentos norteadores, tais como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM)

Considerando os critérios exigidos pelo MEC para aprovação dos LD, analisamos como o LD *Sociologia em Movimento* aborda as representações das mulheres negras, tendo como aporte teórico e metodológico a teoria da Interseccionalidade.

O LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018, foi o mais utilizado nas escolas do Brasil (2018, 2019 e 2020). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou, no site do MEC, os *Dados Estatísticos PNLD - Anos Anteriores*, como podemos observar no Quadro 1:

Quadro 1 - Livros Didáticos de Sociologia PNLD/2018 - Valores de aquisição por título

Livro Didático	Editora	Quantidade de Tiragens (livro do aluno)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<i>Sociologia</i>	Scipione	1.514.852	R\$ 11,57	R\$ 17.526.837,64
<i>Sociologia Hoje</i>	Ática	1.214.486	R\$11,12	R\$ 13.505.084,32
<i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i>	do Brasil	847.162	R\$ 11,89	R\$ 10.072.756,18
<i>Sociologia em Movimento</i>	Moderna	2.966.890	R\$ 11,80	R\$ 35.009.302,00
<i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i>	Imperial Novo Milênio	953.340	R\$ 13,26	R\$ 12.641.288,40

Fonte: Elaboração própria (2023), com dados do FNDE/MEC.

As cifras investidas nos LD são notadamente altas. Vale pontuar que analisamos somente o componente curricular Sociologia. O PNLD é o mediador da relação entre o Estado e as editoras (mercado de LD). Nesse contexto, Meucci (2014,

p. 211) considera que “Os livros são, a um só tempo, mercadoria, objeto de política pública, ferramenta de ensino e aprendizagem, artefato intelectual caracterizado por uma modalidade de escrita bastante singular”.

Os LD são produzidos por editoras que participam dos editais de aquisição de obras didáticas promovidos pelo Governo Federal, com fins de suprir o PNLD. De acordo com Meucci (2014, p. 212), “os Livros Didáticos são o produto mais valioso de uma indústria que tem se expandido de modo notável nos últimos anos”. Logo, esses editais estabelecem oportunidades de negócio, em que as editoras produzem os livros visando ao lucro.

Seguindo essa lógica, Meucci (2014, p. 212) afirma que “os Livros Didáticos são responsáveis por mais de 50% de todas as unidades comercializadas e por cerca de 50% do faturamento de toda indústria editorial”. O principal propósito do LD é educacional, porém também figura como mercadoria, diante da relação estabelecida entre Estado e o mercado de editoras.

Os dados apresentados no Quadro 1 confirmam que uma parcela significativa de escolas utilizou o livro *Sociologia em Movimento*, da editora Moderna, com uma tiragem de 2.966.890 livros do aluno. E esse é um dos motivos que nos levaram a analisar tal obra. Vale lembrar que esse LD está presente nas edições do PNLD de 2015 e de 2018, sendo apenas este último o foco de nossa pesquisa.

3 FEMINISMO NEGRO

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo, 2017).

As Revoluções Industrial e Francesa, no século XVIII, motivaram o surgimento de movimentos de mulheres em busca de igualdade social, econômica e política. Nesse contexto, os feminismos começaram a dar seus primeiros e importantes passos, avançando para os séculos seguintes e servindo de instrumento de luta para as mulheres ao redor do mundo. Pontuamos, aqui, a diversidade trazida a esses movimentos em tempos mais contemporâneos.

Levando em consideração a trajetória epistêmico-metodológica desta pesquisa, ressaltamos a existência, o corpo e a presença das Mulheres Negras na sociedade brasileira e no LD objeto desta pesquisa. Nesse passo, as categorias citadas confluem para desmistificar os desdobramentos e os contextos das relações de poder forjadas pelo racismo. Não por acaso, Lélia Gonzalez (2020) escreve sobre a importância de considerar as interconexões entre raça, gênero e classe social para falar sobre a realidade das mulheres negras. Embora não tenha usado a nomenclatura Interseccionalidade em seus textos, Gonzalez (2020) se utilizava da perspectiva interseccional. A referida autora aponta a convergência dessas categorias como configurações associativas, que, explicitamente, se integram quando analisamos os processos pelos quais as mulheres negras foram relegadas às margens da sociedade brasileira.

Munimo-nos referencialmente com base no repertório dos escritos de Lélia Gonzalez (2020), que, de forma ampla, discute sobre as tecnologias do poder que submeteram as mulheres negras ao processo de marginalização, injustiças e violências multifacetadas, materializadas ao longo do processo de escravização que se deu no Brasil durante quase quatro séculos, principalmente através da dilatação dessa conjuntura subalternizante, que sedimentou/sedimenta o imaginário social brasileiro.

Nola (2018) afirma que ainda está em vigência um sistema de injustiças, discriminação, exclusão e invisibilização, tendo por gênese histórica o processo político-econômico capitalista operacionalizado pela colonização/exploração das terras da América Latina e do continente africano, tal como pela exploração violenta afro diaspórica do povo negro, com objetivo da produção de riquezas para uma oligarquia Europeia brutalmente dominante.

Nessa conjuntura, é importante afirmar e reafirmar que, no contexto brasileiro, o povo negro não vivia escravizado antes do início do tráfico negreiro no Século XVI; pelo contrário, antes da fatídica e violenta instauração do processo colonizador no continente africano, esse povo como um todo era livre, suas múltiplas etnias eram grandes orquestradores da ciência, da astronomia, da matemática, com complexas organizações sociais, com uma efetiva cultura e mística de fé ancestral. Naquelas sociedades as mulheres negras tinham um papel central nas elaborações políticas e sociais.

A história aponta que as mulheres negras já ocuparam o lugar de rainhas, de guerreiras e comandantes de exércitos efetivamente vitoriosos (Gavioli, 2017). Sobre esse afastamento dos povos afrodiáspóricos de sua origem social, geográfica, cultural, à custa da nova reconfiguração colonizadora ocorrida no Séc. XVI, movida pela ação do colonizador, Fanon (2008, p. 154) argumenta:

O preto é o genital. Toda a história resume-se a isto? Infelizmente não. O preto é outra coisa. Aqui ainda reencontramos o judeu. O sexo nos separa, mas temos um ponto em comum: ambos representamos o Mal. O negro mais ainda, pela boa razão de ser negro. Simbolicamente não se diz a Justiça Branca, a Verdade Branca, a Virgem Branca? Conhecemos um antilhano que, falando de um outro dizia: "Seu corpo é negro, sua língua é negra, sua alma também deve ser negra". O negro é o símbolo do Mal e o do Feio. Cotidianamente, o branco coloca em ação esta lógica (Fanon, 2008, p. 154).

Nessa mesma linha de reflexão, Davis (2016) comenta haver um processo lógico que conduz à superioridade branca, fincada pela escravização de pessoas negras; por isso, é vital racializar a questão política em um país de legado escravagista, como os estados Unidos da América (EUA). Portanto, a racialização das relações instituiu uma herança altamente excludente, revestida de nuances dogmáticas que separam os espaços que podem ser ocupados por pessoas brancas e pretas, especialmente mulheres brancas e mulheres negras, sob o véu do sistema capitalista.

Historicamente, essa construção social racista se deu a partir da performance colonial extremamente violenta, liderada pelos europeus que invadiram o continente africano, onde se fixou o início do tráfico de pessoas negras (homens, mulheres e crianças, famílias inteiras). Em consequência dessa nova ordem geopolítica colonialista, foi ideologicamente redimensionado o lugar das mulheres negras. Com efeito, é importante frisar que toda essa desenvoltura se deu com derramamento de sangue dessas mulheres em meio a inúmeras lutas e confrontos. O dito homem moderno colonial transformou a vida de milhares de pessoas negras, que foram bruscamente minimizadas como seres sem alma, ou seja, como coisas. Anjos (2011), afirma que:

Entre 12 e 13 milhões de seres humanos africanos transportados é uma referência, apesar das pesquisas divergirem, ainda atualmente, sobre os registros quantitativos nessa diáspora africana. Entretanto, é consenso na comunidade científica que a dinâmica do tráfico trouxe

problemas de despovoamento em numerosas áreas do continente (Anjos, 2011, p. 263).

Isso significa que, a começar desse sistema de dominação da branquitude cristã etnocêntrica, determinou-se o processo de colonização da vida dos povos afrodiapóricos, que foram retirados brutalmente de suas terras e trazidos de forma desumana para o Brasil (Gavioli, 2017). Cisne e Ianael (2022) salientam que tais feitos coloniais redefiniram o espaço que as mulheres negras ocuparam no Brasil Colonial e Imperial, dando a base circunstancial que define a sociedade atual.

Tais eventos marcaram e impulsionaram historicamente a normativa que estabelece o estereótipo do topo da pirâmide social incutida no processo colonial que “é o homem eurocentrado moderno, branco heterossexual, burguês, cristão católico e *“intelectual”*” (Grosfoguel; Anesko, 2021). Logo, este modelo de homem corrobora politicamente enquanto marcador central da legitimação do poder dominante em detrimento de outros marcadores. Essa criação dissimulada perpassa o processo simbólico do pensamento social, sedimentando e enraizando como verdade absoluta o estigma que distingue o lugar fetichizado das mulheres negras que é de subserviência na sociedade colonial e de herança colonial.

3.1 Feminismo negro nos Estados Unidos da América

O MFN emergiu a partir das inquietações políticas das mulheres negras, que não estavam contempladas no feminismo hegemônico/branco, tendo em vista que na sociedade estadunidense reinava a supremacia branca. Na obra *Teoria feminista*, bell hooks (2020, p. 297) afirma que “o racismo emerge constantemente nos escritos das feministas brancas, o que só reforça a supremacia branca e nega às mulheres a possibilidade de superar politicamente as limitações raciais e étnicas”. Dessa forma, é comum observar que, nos textos das feministas brancas, há persistência do racismo, pois as categorias raça e classe não eram observadas.

As mulheres negras não estavam contempladas nas pautas do movimento feminista hegemônico, visto que a questão racial era um fator que desumanizava as mulheres não brancas, por mais que o gênero fosse um fator de união. Destacamos aqui a reivindicação da não universalização da categoria ‘mulher’, pois as mulheres negras questionam o movimento feminista hegemônico em função das experiências diferenciadas entre as mulheres negras e brancas (Davis, 2016).

Durante o período de escravização nos EUA, as mulheres negras enfrentaram várias opressões, devido a questões de raça, gênero e classe social. É importante registrar que, historicamente, as mulheres negras desempenharam um papel de grande relevância na luta contra esse sistema de opressão, participando de fugas, revoluções e organização das comunidades negras norte-americanas. Nesse contexto, destacamos a importância de Sojourner Truth que, em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher, em Akron, Ohio, proferiu o discurso *E não sou uma mulher?* Abaixo, destacamos um trecho desse discurso, conforme registrado por hooks (2019):

[...] Bem, crianças, atrevo-me a dizer algo sobre este assunto. Eu acho que quer os negros do Sul e as mulheres do Norte estão a falar sobre direitos, os homens brancos estarão em dificuldade em breve. Mas o que é isto que estão a falar? Esse homem aí há pouco disse que as mulheres precisam de ajuda para subir às carruagens e levantadas sobre as poças, e de me cederem os melhores lugares ... e não sou eu uma mulher? Olhem para mim! Olhem para os meus braços! (ela arregaçou a manga direita da camisa). Eu lavrei, plantei e colhi para os celeiros e nenhum homem podia ajudar-me – e não sou eu uma mulher? Eu posso trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando eu puder fazê-lo) e ser chicoteada também – e não sou eu uma mulher? Eu dei à luz cinco crianças e vi todas serem vendidas para a escravatura e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus ouviu – e não sou eu uma mulher? (Truth, 1851, *apud* hooks, 2019, p. 177).

Sojourner Truth se tornou uma voz pioneira do Feminismo Negro, pois nasceu como escravizada, foi vendida em leilão aos nove anos de idade. Sojourner teve um papel fundamental para o movimento feminista, questionando as noções de gênero e feminilidade. Em seu célebre discurso, exposto acima, ela denuncia que as mulheres negras nunca foram vistas como frágeis, muito pelo contrário, elas sempre estiveram associadas ao trabalho e à servidão, inclusive sexual. Logo, não é possível compreender gênero e opressão racial separadamente, pois tal separação potencializa a invisibilidade das diferentes necessidades das mulheres negras, comparadas aos homens negros e às mulheres brancas. Dessa forma, hooks (2019), resgata e destaca a importância de Sojourner Truth na luta pelos direitos das mulheres negras.

A teórica feminista negra bell hooks (1995) discute que a exclusão da mulher negra também está associada ao patriarcado, no qual os homens tinham a oportunidade de se afastar da família, resolver os problemas, enquanto as mulheres não tinham essa liberdade. Outra problemática apontada por hooks se reporta a

questões que dificultam que mulheres negras se tornem intelectuais: elas podem ser escritoras, acadêmicas e pensadoras, porém enfrentam a solidão e a responsabilidade com a comunidade, com o trabalho e a família, principalmente as mulheres negras e mães solo. Nesse sentido, hooks (2019, p. 11) comenta:

Quando o movimento das mulheres estava no seu pico e as mulheres brancas rejeitaram o seu papel de criadoras, receptáculos de carga, de objeto sexual, as mulheres negras foram celebradas pela sua devoção única à tarefa maternal: pela sua “inata” habilidade em serem tremendas portadoras de carga, e pela sua sempre crescente e apta utilização como objeto sexual. Nós parecemos ser unanimemente eleitas para sermos instaladas nos locais que as mulheres brancas abandonaram (hooks, 2019, p.11).

No auge do movimento feminista hegemônico no contexto estadunidense, as mulheres brancas contestaram os papéis socialmente atribuídos a elas, porém esses papéis mesmos foram relegados às mulheres negras, conforme afirmações de Hooks (2019).

O feminismo negro estadunidense foi salutar na luta por igualdade e justiça social; sendo assim, as feministas negras demarcaram posição em relação às suas lutas, além de visibilizar suas diversas formas de vivências nas classes sociais e abordar uma representação de mulher negra múltipla, uma imagem desvinculada da ideia da mulher negra em situação de submissão e subalternidade, à margem da sociedade.

O feminismo negro nos EUA luta por igualdade e justiça, destacando as intersecções entre raça, gênero e classe social, comprovando que as mulheres negras vivenciam experiências únicas e complexas na sociedade. A esse respeito, a partir da sua experiência, hooks (2019) considera que:

Apesar do movimento de mulheres motivar centenas de mulheres a escrever sobre a questão da mulher, falhou em generalizar a profundidade da análise crítica da experiência das mulheres negras. A maior parte das feministas assumiu que os problemas que as mulheres negras enfrentavam eram causados pelo racismo – não pelo sexismo. A assunção de que podemos divorciar a questão da raça do sexo, ou do sexo da raça, enublou a visão dos pensadores americanos e escritores sobre a “questão” da mulher na maior parte das discussões sobre sexismo, opressão sexista, ou a distorção do lugar das mulheres na sociedade foram distorcidas, tendenciosas e inexatas. Não podemos formar uma imagem exata dos status das mulheres simplesmente chamando à atenção ao papel desempenhado pelas mulheres debaixo do patriarcado. Mais especificamente, não podemos formar uma imagem exata dos status

das mulheres negras simplesmente focando sobre a hierarquia racial. Desde o início fiquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher (hooks, 2019, p. 17).

A autora destaca a importância do movimento feminista, porém reflete sobre a falha desse movimento em compreender que as questões raciais atravessam as vidas das mulheres negras. Portanto, não é possível reconhecer a condição da mulher negra sem a interseção entre raça e gênero.

De modo semelhante, Davis (2016) destaca a centralidade das mulheres negras na luta contra as opressões impostas pelo sistema capitalista, patriarcal e supremacista e pontua as diferenças entre as mulheres brancas e negras nos EUA nos seguintes termos:

Ao longo da história do país, a maioria das mulheres negras trabalhou fora de casa. No período da escravidão, as mulheres trabalhavam arduamente ao lado de seus companheiros nas lavouras de algodão e tabaco, e, quando a indústria se transferiu para o Sul, elas podiam ser vistas nas fábricas de tabaco, nas refinarias de açúcar e até nas serrarias e em equipes que forjavam o aço para as ferrovias. No trabalho, as mulheres escravizadas eram equivalentes a seus companheiros. Porque elas sofriam uma dura igualdade sexual no trabalho, gozavam de maior igualdade sexual em casa, na senzala, do que suas irmãs brancas que eram “donas de casa”. Como consequência direta de seu trabalho fora de casa – tanto como mulheres “livres” quanto como escravas –, as mulheres negras nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Elas escaparam, em grande medida, ao dano psicológico que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa. As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver. A prova das forças acumuladas que as mulheres negras forjaram por meio de trabalho, trabalho e mais trabalho pode ser encontrada nas contribuições de muitas líderes importantes que surgiram no interior da comunidade negra (Davis, 2016, p. 220).

Davis (2016) nos faz refletir sobre a condição histórica da mulher negra nos EUA, onde as mulheres escravizadas eram tratadas iguais aos homens, eram responsáveis pelo sustento de suas famílias, além de colaborar com sua comunidade.

Por fim, Intelectuais negras são necessárias para a sociedade pois pesquisam e escrevem sobre a realidade da população negra. Collins (2019) reflete que as

mulheres negras, com o olhar de suas experiências, retratam os sofrimentos, o cotidiano, o poder e as conquistas de outras mulheres negras.

3.2 Raça, gênero e classe social no contexto brasileiro

É válido discutir, a partir da interseccionalidade, as categorias gênero, raça e classe social e os seus desdobramentos, na medida em que as concepções definidoras dessa tríade revelam a dinâmica da marginalização contínua das mulheres negras no período da escravização e pós 1888, em que, dentro da lógica da sociedade ocidental, a mulher negra é triplamente subalternizada, a ponto de ser objeto de alguém, desumanizada, classificada socialmente como coisa, sem sentimento, sem autonomia.

Nesse entendimento, tendo em vista as categorias gênero, raça e classe, é urgente olharmos mais atentamente para os complexos sistema de poder e opressões, amplamente dispostos, dada a ordem social colonial e de herança colonial e seus ritos hierarquizantes, posto que há uma história e política de exclusão que se materializa no cotidiano vivenciado pelas mulheres negras ao longo dos últimos séculos, perpassando a organização da sociedade. Segundo Fernandes e Da Natividade (2018), é essencial considerarmos que a mulher negra

[...] carrega um histórico segregante, dessa forma não é possível universalizar demandas de mulheres, generalizando e desconsiderando as especificidades que cada marcador social traz, é preciso um olhar mais profundo e sensível sobre o tema, um olhar interseccional. Ser mulher e negra são vivências inseparáveis, por isso pautar apenas o debate de gênero não é abrangente, fazendo-se essencial os recortes de raça e gênero. Mulheres negras além de serem vítimas da dominação masculina, sofrem também com o racismo, por isso se faz necessário uma discussão pautada nesse recorte social, nessa articulação entre gênero e raça (Fernandes; Da Natividade, 2018, p. 1328-1332).

Para compreendermos os estreitamentos contemporâneos da representação simbólica e o significado histórico da presença da mulher negra na sociedade brasileira, é de fundamental importância fazer a leitura das relações de poder, a partir da tríade gênero, raça e classe social, tendo como base os espaços estruturais que a mulher negra ocupa ou deixa de ocupar, o papel simbólico que representa sua imagem desta como ser ou sujeito social, o trabalho exercido por ela mediante o processo diaspórico e o vislumbre da pseudoliberalidade estabelecida após anos de lutas e

resistências coletivas dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro Unificado e do Movimento Feminista das Mulheres Negras.

Nessa configuração, a tríade gênero, raça e classe social, em especial, apresenta subsídios para explicitar um diagnóstico sistemático das estruturas da formação econômica e social brasileira, fixada pela extrema barbárie contra as mulheres negras, em condição de escravização, raptadas do continente africano.

O artigo escrito por Lélia Gonzalez (1984), intitulado *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, decifra e põe em debate as interposições do poder da branquitude no Brasil, afirmando que, terminantemente, estruturou-se uma órbita hierarquizante que regularizou a relação entre as pessoas brancas com as pessoas não brancas e o espaço ocupado pela mulher negra, no arquétipo da mulata, da doméstica e da mãe preta. De forma afinada, Gonzalez (1985) corrobora a inter-relação entre os colonizadores e os povos colonizados-escravizados como fio condutor que materializa o racismo, o sexismo e a criação de uma classe de pessoas objetificadas, que produziram as riquezas no Brasil Colônia do Séc. XVI ao XIX. Nesse sentido, De Jesus (2022) assim comenta:

Davis argumenta que a categoria “mulher” pode ser uma armadilha, quando encontra-se desassociada do seu contexto racial e de classe. Os mitos fundadores da feminilidade são, na verdade, construções políticas de um projeto capitalista que precisa da produção e reprodução dos seres humanos para o trabalho (De Jesus, 2022, p. 230,).

Então, esses mecanismos de dominação, opressão e violência se dispõem inerentes às prerrogativas políticas capitalistas, instrumentalizadas pelo viés ideológico, que bebe, singularmente, na racialização dos grupos sociais como elemento-chave para impetrar o projeto de sociedade criado pelo homem moderno, a fim de que se efetive o paradigma da diferenciação e posição entre a supremacia branca e o povo negro.

De forma sucinta, Davis (2016) elabora uma argumentação que alinha as dimensões do capitalismo, do racismo, do patriarcado e do sexismo enquanto atravessamentos ideológicos para criação de um sistema cristalizado de acumulação de riquezas, ou seja, o sistema econômico capitalista e o racismo são, politicamente, a essência da matriz ideológica que produz as relações de poder que acometem e forjam as configurações sociais pós séc. XVI.

Nessa combinação política, o racismo é uma construção forjada socialmente, para articular a segregação e a hierarquização de grupos sociais de origens geográficas diferentes, tendo como objetivo a sistêmica sobreposição estrutural de pessoas brancas em relação a pessoas negras. Fanon (2008, p.160) assevera que “na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro”. Nessa perspectiva, Alves (2018, p. 5) nos explica que:

A gestação do racismo, enquanto uma ideologia racista de dominação, se deu no período pré-colonial, nos primórdios do capitalismo mercantil, emergindo da competição entre os diferentes povos europeus pelo enriquecimento e desenvolvimento de suas nações, e pelo controle do continente europeu. Com o desenvolvimento do sistema colonial, a competição entre os povos nórdicos, alpinos, mediterrâneos etc., pelo domínio do continente europeu, enfraquece dando lugar a uma espécie de acordo entre essas nações que, objetivando o desenvolvimento do capitalismo central, dos privilégios e poderes políticos, econômicos e socioculturais dos povos europeus, passaram a colonizar, dominar, escravizar e explorar os povos dos continentes Africano, Americano, Asiático e Oceânico. [...] o capitalismo tardio brasileiro, caracterizado pela herança colonial escravocrata, se desenvolveu tendo por base essa ideologia racista de dominação, deixado pelo branco europeu colonizador e herdado pela elite burguesa branca do Brasil. O racismo, no desenvolvimento da sociedade de classes brasileira, foi direcionado na perspectiva de perpetuar o "status quo" de uma sociedade marcada pela aristocracia branca da burguesia nacional com toda sua rede de privilégios, em detrimento da pobreza, miséria e subalternização da população negra e não branca.

Esse construto social justifica as condições criadas, dados o corpo e a presença da mulher negra a partir da organização colonial escravagista, que remete à objetificação das pessoas negras, especialmente a mulher negra. Conforme Davis (2016, p.102), “a definição tautológica de pessoas negras como serviçais é, de fato, um dos artifícios essenciais da ideologia racista”. E essa ideologia se faz presente até os dias atuais na sociedade brasileira.

As discussões de Davis (2016) destacam que as mulheres negras ainda desempenham os mesmos trabalhos domésticos que fizeram parte da época da escravidão, pois o racismo e o sexismo ainda se perpetuam. No entanto, há diferenças nas práticas laborais que desempenham hoje. As condições do trabalho tiveram modificações, mas não estruturais, conforme dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE)⁷: antes, as mulheres trabalhavam para os donos de escravizados e agora trabalham para o patrão; essas relações perpassam a questão racial, uma vez que o estereótipo do patrão/empregador é do homem/mulher branco/a e o de quem produz o trabalho doméstico é da mulher negra.

Dizendo de outra forma, tanto Davis (2016) quanto Gonzalez (1985) corroboram que o contexto histórico colonial racializou os processos de vida pelos quais as mulheres negras foram bruscamente subalternizadas e, de alguma maneira, a herança racista e sexista persiste nas elaborações sociais. Portanto, ainda há muito o que avançar pelo caminho do antirracismo e do antissexismo, quando centralizamos o racismo e suas diversas faces: simbólicas, materiais, políticas e afetivas.

Em síntese, há um processo efetivo de regulação social coercitiva frente às mulheres negras, que se consolidou fortemente na colonização do Brasil, materializando-se na intersecção da racialização como uma sistemática que atravessa as questões do gênero e da classe. Essa regulação tipifica um extenso coletivo de mulheres que, de modo normatizado, são violentamente oprimidas e invisibilizadas. Como resultado final desse padrão socialmente legitimado, a mulher negra tem seu papel fixado como um corpo sem voz política e sem autonomia social. Na visão de Nascimento (2021, p. 36), isso significa que:

Pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade, atribui-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população. Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, dotada de um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também de produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma

⁷ IBGE - Dados do 4º trimestre de 2022; a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), referente ao “Trabalho Doméstico” dispõe que: 5,8 milhões de pessoas são trabalhadores domésticos, desse quantitativo 91,4% são mulheres. (Sendo que 67,3% são mulheres negras). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>.

fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negroiro.

Portanto, além de estabelecer uma hierarquia racial, a sociedade brasileira apresenta divisões sociais baseadas na misoginia. Dessa feita, no período escravagista, a mulher negra se tornou mão de obra triplamente marginalizada, por conta da condição de gênero, raça e classe social. Nesse mesmo entendimento, a escritora e feminista negra Beatriz Nascimento (2021) assevera que o processo colonial escravocrata é o precursor responsável do ordenamento social que subalterniza e hierarquiza o papel da mulher negra. Inquestionavelmente, esse movimento colonial foi/é um processo político, ideológico e econômico que instituiu o racismo, o sexismo e a classificação da mulher negra como objeto esvaziado de humanidade, que produz mais valia, impondo-lhe um “lugar” dentro da sociedade colonial.

Levando em consideração a categoria classe social - e como esta se intercrusa com as categorias de raça e gênero - é necessário compreendermos o momento histórico do processo colonial escravocrata; estamos evidenciando o legado do capitalismo colonial, na medida em que esse sistema molda as relações estabelecidas entre capitalismo e a mulher negra no Brasil Colonial e Imperial, que a coloca como mão de obra a custo zero para os senhores, os donos dos meios de produção, nos séculos XVII, XVIII e XIX (Vitorino, 2013; Anjos, 2011). Sobre esses processos impositivos, Cisne e Lanael (2022, p. 193) afirmam que:

[...] a colonização a partir da reorganização do poder baseada na classificação racial do trabalho, combinou-se de forma precisa à divisão sexual do trabalho e, dialeticamente, à exploração capitalista. O controle do trabalho da população negra e indígena durante a escravização traz reverberações até a atualidade, não apenas como um legado do passado, mas como relação social dinâmica e estrutural que continua estabelecendo lugares de inferioridade e desigualdade no interior da sociedade. Logo, o racismo não pode ser compreendido apenas como construção ideológica, mas como elemento primordial da nossa formação social, indispensável para a consolidação do capitalismo mundial emergente. No tocante a isso, como resultado da nossa formação sócio-histórica assentada no modelo escravista patriarcal, encontramos o reflexo das desigualdades relacionadas também às vidas das mulheres. São elas as primeiras a sofrerem com a escravização, principalmente as negras e indígenas. Sob esta ótica, racismo e patriarcado são funcionais ao capitalismo, que serviram e ainda servem às formas de opressão, exploração e dominação, sobretudo, dos sujeitos marcados por raça e sexo.

Desse modo, com base em um olhar crítico, subsidiado pela teoria social marxista, compreendemos que o sistema capitalista foi um implicador ideológico instrumentalizador do poder que fixou o processo colonial escravocrata no Brasil. Dentro do sistema colonial, o capitalismo se estabeleceu pelo sistema de produção de *commodities* (ciclo da produção de açúcar, café, minérios) produzido por pessoas escravizadas; logo, a partir desta mão de obra, a custo praticamente zero, se deu a mais valia, ampliando a riqueza dos senhores de escravos.

A mulher negra foi inserida violentamente nesse sistema, ocupando espaço de trabalho dentro da lógica de escravização. O processo de migração forçada de mulheres e homens negros trazidos do continente africano para compor o sistema de produção de riquezas do Brasil tem uma justificativa política, ideológica e social, que emerge da necessidade de acumulação de riquezas do próprio sistema capitalista. Nesse sentido, Nascimento (2021, p. 35) considera que:

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos.

Dentro dessa configuração criada pelo mundo moderno, a mulher negra ocupa um lugar circulado pela opressão material, simbólica, relacional, cultural, afetiva, pois ter sido bruscamente obrigada a se submeter a metodologias de violências que a silenciaram e a mataram historicamente. Todo este contexto faz parte de uma dinâmica de esvaziamento da humanidade do corpo negro, uma vez que, tanto homens como mulheres, crianças e idosos eram socialmente objetificados como meros produtores de mão de obra para alimentar um sistema politicamente aceito como legítimo por quase 400 anos. Esse complexo sistema fica pormenorizado e melhor entendido quando se faz a interlocução entre raça, gênero e classe social.

Há uma condição política e ideológica que produz uma lógica social na racialização do gênero. Isso fica mais evidente quando comparamos historicamente o papel da mulher branca e da mulher negra no Brasil Colonial e Imperial. Com efeito, o racismo como hierarquização simbólica perpassa apenas o corpo da mulher negra. Conforme Santos e Canuto (2017, p. 3),

Percebe-se nessa relação que a mulher é tida como objeto, tantas mulheres negras como as brancas a diferença é que as mulheres brancas eram destinadas ao matrimônio e as mulheres negras eram utilizadas como amas de leite, para satisfação sexual, e realizavam os trabalhos domésticos, revelando a exploração e opressão do corpo e mente dessas mulheres.

Quanto à questão do gênero, a mulher negra, em relação ao homem negro, por exemplo, passa por uma série de violências, tipicamente efetuadas contra o gênero feminino, tais como assédios, abusos sexuais, estupros, importunação, dentre outras remetidas ao processo de objetificação do corpo da mulher. De acordo com Gonzalez (1985, p. 228; 230),

[...] a violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. [...] Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas.

Nessa confluência específica, Gonzalez (1985) e escritoras negras fazem um debate muito pontual acerca da caracterização simbólica do papel das mulheres negras no Brasil, citando Gilberto Freyre, que delimita e concebe um imaginário social de inferioridade, presente em categorias específicas: a mulata, a empregada doméstica e a mãe preta.

Carneiro (2003) e Gonzalez (1985) dizem que, segundo a interpretação de Gilberto Freyre, o lugar social da mulher negra na sociedade brasileira é reafirmado simbolicamente com a imagem dessa mulher como inferior e subalternizada, com histórias centradas em personagens brancos, fortalecendo o imaginário de conformação do racismo e do sexismo muito presente na sociedade brasileira; então, a teoria e a literatura de Gilberto Freyre sistemicamente insinuam uma neutralidade consensual do lugar da mulher negra, como algo não violento e não impositivo naturalizando as relações de poder como um cenário prosaico e corriqueiro, mistificando a realidade a partir do uso banal da imagem da mulher negra em lugar de servidão e subserviência.

Por outro lado, as intelectuais citadas e muitas outras mulheres de luta discutem o porquê de essa configuração ser aceita socialmente, sedimentando as crenças racistas e misóginas sobre as mulheres negras na sociedade. As análises difundidas por Carneiro (2003) e Gonzalez (1985), em suas inúmeras interlocuções, destacam, principalmente, o viés ideológico, político e cultural do capitalismo patriarcal na construção da divisão social do trabalho racista e hegemônico, pondo em pauta a conjuntura simbólica que menospreza o valor da mulher negra, para desmistificar a superioridade branca como algo consensualmente fincado na cultura e na estrutura da sociedade brasileira.

Isto posto, na próxima seção, discorreremos sobre o movimento feminista hegemônico e o MFN, trazendo suas narrativas e estratégias; além disso, abordamos a não universalidade da categoria mulher.

3.3 Reflexões sobre os movimentos feministas hegemônico e negro

Acerca do movimento feminista hegemônico, é factual que as questões e reivindicações que as mulheres negras tinham e têm não podiam e nem podem ser compreendidas e incluídas nas reivindicações das mulheres brancas, do feminismo hegemônico, por não contemplarem suas particularidades, visto que a questão racial perpassa exclusivamente a vida das mulheres negras; por isso, esse coletivo traz consigo outras perspectivas, constituídas majoritariamente pelo processo de escravização do povo negro, bem como pela fixação do imaginário social decorrente de tal condição.

Em consequência desse distanciamento de pautas, o MFN surgiu como resposta às especificidades que afetam as mulheres negras, em razão do duplo processo de opressão perpetrado pelas práticas racistas e sexistas. A esse respeito, De Almeida (2016) relata que:

O movimento contemporâneo de mulheres negras no Brasil emergiu da luta feminista e antirracista da década de 70, assume a forma de um movimento organizado a nível nacional e continental a partir de 1985, apresentando novas demandas políticas. Nos Encontros Nacionais Feministas (ENF) que ocorrem em Garanhuns/87, Bertioga/89 e Caldas Novas/91 [...]. Em 1988 na cidade de Valença no Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro Encontro Nacional das Mulheres Negras (ENMN) com a participação de 540 mulheres de 17 estados

do país, representantes de diferentes setores sociais (De Almeida, 2016, p. 41).

De acordo com Da Costa (2001), o Movimento de Mulheres Negras⁸, pautado pela ideia do contrassenso, “[...] ao levantar suas agendas e denunciar privilégios, extrapola essas noções de falsa igualdade, utilizadas como forma de garantir a permanência e manutenção do poder contido nas narrativas hegemônicas do feminismo branco” (Da Costa, 2001, p. 28). Esse movimento faz o processo de racializar o gênero, à medida que a luta da mulher negra é marcada exatamente por essa tessitura. Dessa forma, as mulheres negras exerceram pressão tanto sobre o movimento feminista quanto sobre o movimento negro, com a finalidade de articular preposições e práticas de ação coletiva que abordem suas próprias demandas. Portanto, segundo Rodrigues e Prado (2020, p. 450),

[...] o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca. Foi justamente reclamando a ausência do debate racial no interior das práticas políticas feministas que as mulheres negras conseguiram se inserir, antes inclusive que os homens negros, no sistema político institucional através da participação de duas mulheres junto ao Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo em 1983, e, posteriormente, também obtendo assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM).

O MFN brasileiro, particularmente, nasceu para pôr em questão, de forma insurgente, os enfrentamentos sociais, políticos, ideológicos e classistas que a mulher negra passou após o período da escravização - e passa ao longo da sua vida - tendo em vista que esse grupo específico carrega consigo a marca de flagelo e silenciamentos que ainda ressoam, em decorrência do processo da escravização do povo negro em face ao pacto colonial, que produziu dor, exclusões, violências de todos os tipos, impossibilidade de acesso aos espaços, deslegitimação política e social, enquadramentos de vários tipos na vida e nas relações da mulher negra, os quais são meticulosamente apagados do tecido social estruturado no Brasil. Nesse viés, Ribeiro (1995, p. 448) analisa:

As mulheres negras são vistas como cidadãs de segunda categoria: a referência às mulheres é feita como se estas fossem um sujeito genérico; a questão racial aparece como sendo de responsabilidade das mulheres negras. Pode-se dizer que numa sociedade em que a

⁸ Movimento feminista negro do Brasil.

questão racial ainda é tabu, as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras.

Uma questão a ser considerada, por sua vital importância, é a correlação do MFN com o denominado Movimento Negro Unificado (MNU), a partir das demandas voltadas pelas lutas com relação à questão racial; contudo, de alguma forma, as questões do gênero feminino foram “descentralizadas” dentro deste movimento. Além disso, histórica e politicamente, o MNU - anteriormente denominado movimento negro - nasceu primeiro.

Contudo, a pauta racial transpassa o MNU e o MFN, ao passo que há em vigência uma estruturação racista, sedimentando as práticas sociais cotidianamente vividas pelas pessoas negras como um todo. Portanto, a confluência entre esses dois movimentos é a pauta racial, abarcando toda e qualquer condição proveniente do racismo, da desigualdade e da desumanização, em virtude das relações de manutenção sofisticada de deslegitimação da vida das pessoas negras. Nessa perspectiva, Silva (2022, p. 39) nos adverte que:

[...] embora no Brasil não haja segregação racial do ponto de vista legal, ela está presente, se considerada do ponto de vista social. Basta atentar-se para os locais sociais que são ocupados por negros e brancos. O racismo brasileiro se valeu de narrativas ideológicas para justificar a desigualdade imposta pelas hierarquias raciais no Brasil, de forma a escamotear as tensões e invisibilizar a luta dos negros.

A legítima centralidade de pautar o racismo como elemento principal nas reflexões dispostas, tanto pelo MNU quanto pelo MFN, revela as minúcias de configurações racistas que se retroalimentam nos espaços escolares e acadêmicos, bem como nos espaços político, intelectual e de prestígio social. O racismo no Brasil se desdobra intimidante nos espaços em que se discute sobre as questões sociais, no inconsciente coletivo, que se remete à imposição e definição de qual é ‘o lugar no negro’, nas relações de poder intrínsecas à ideia de que o negro, especificamente a mulher negra, é um humano de menor valor. Nessa perspectiva, Tokita (2013) tece as seguintes considerações:

O que vemos neste cenário é que apesar de libertas, as mulheres negras continuam excluídas da lógica social e econômica do país. Sem lugar, sem trabalho, sem nenhum tipo de assistência por parte do Estado para minimamente reparar os 300 anos de escravidão. É como se, as deixando à parte, à margem, elas seguissem seu caminho e o país se esqueceria das torturas que realizou (Tokita, 2013, p. 122).

Em face desse contexto estrutural de silenciamentos que tentou e tenta calar a voz da mulher negra brasileira, cabe-nos ressaltar que o MFN é uma força coletiva socialmente organizada, antagônica à complexa estrutura que marginalizou e marginaliza as vivências e as produções de existência das mulheres negras brasileiras. Desse modo, o MFN luta contra o projeto de poder colonial e escravocrata, mediante os processos das tecnologias de dominação dadas pelo racismo, pelo sexismo e pelo patriarcado como imposição de forças que, em alguma medida, tentaram/tentam desumanizar a figura material e simbólica da mulher negra no contexto social brasileiro.

Ademais, é importante assentar que o MFN no Brasil possui uma proximidade com o movimento feminista hegemônico e também com o MNU, mesmo com suas inúmeras distinções. Nesse mesmo passo, salientamos a legítima importância do MNU para legitimar socialmente pautas e políticas públicas que compreendam a gigantesca desigualdade de acesso que acomete o povo negro como um todo (Gomes, 2022)

Por seu turno, o MFN, de forma contra-hegemônica, expressa resistências e lutas, porque, em si, a mulher negra é um símbolo de insurgência como um todo e, coletivamente, as mulheres negras são, de fato, sobreviventes, em meio a tantas injustiças sociais das quais foram/são diretamente vítimas. Nessa perspectiva de reivindicações, pautas e debates que centralizam a estruturação do MFN, Carneiro (2019, p. 167) assim comenta:

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizaram; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero.

Em consonância às afirmações de Carneiro (2019), podemos afirmar que as mulheres negras representam a força da insubmissão que faz frente à ideologia patriarcal racista e machista, posto que a ideologia hegemônica não conseguiu silenciar todas as vozes dessas mulheres; pelo contrário, as mulheres negras conseguiram galgar espaços para debater suas demandas e tornar menos invisíveis as suas pautas por justiça e equidade social.

No contexto do cenário nacional, alguns intelectuais trabalharam arduamente para fortalecer o MFN dentre os quais destacamos Lélia Gonzalez, como a intelectual mais marcante, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro.

Sobre Lélia Gonzalez, Cardoso (2012, p.112) frisa que:

Ela foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando, com isto, as histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e Caribe.

Por suas produções, Lélia Gonzalez é pontualmente compreendida com uma mulher da práxis, de base teórica, mas sobretudo da ação consciente, capaz de fissurar o sistema social, como assim o fez durante toda a sua vida, abrindo caminhos alternativos de luta que, por vezes, aconteceram no espaço acadêmico e, por outras, como presença nos movimentos. Nessa esteira, Rodrigues e Freitas (2021, p. 6) apontam:

Lélia González é figura primordial para se compreender não apenas esse momento do Movimento de Mulheres Negras, mas por antever as discussões que atualmente ressoam por meio do debate que caracterizamos como interseccional, principalmente na tríade gênero-raça-classe. Ao mesmo tempo em que transitava pelos movimentos negro e feminista, Gonzalez criticava a ambos, frisando que os feminismos deveriam dar atenção às múltiplas formas de opressão que recaem sobre as mulheres (Rodrigues; Freitas, 2021, p.6).

Lélia Gonzalez - mulher negra, intelectual brasileira, proponente de novas perspectivas à frente dos movimentos sociais - viveu no Séc. XX, tendo grande relevância para o MNU e para o MFN no Brasil. Escreveu inúmeros textos, dentre eles artigos e ensaios que teorizam o movimento feminista e suas proposições acerca da intersecção de classe, raça e gênero; pensou também sobre o poder da colonialidade sobre o imaginário social e a objetificação do corpo da mulher negra, pondo como centro do debate o racismo, o colonialismo, a divisão das classes e a marginalização da força de trabalho das mulheres negras, o patriarcado, o sexismo como uma engrenagem estrutural que deslegitima e secundariza o valor e o papel da mulher negra no contexto brasileiro.

Nesse movimento de busca por uma identidade no movimento negro brasileiro, com base no estudo do colonialismo e das engrenagens constituídas a partir da configuração imposta pelo projeto colonial de poder, Lélia Gonzalez se apoiou nas referências de “principalmente Aimé Césaire (2020), da Martinica, criador do

movimento e da palavra negritude. Da Martinica, aliás, onde esteve em 1990 para um grande intercuro cultural e intelectual, [...] veio talvez a principal referência caribenha para o pensamento da autora: Frantz Fanon” (Gonzalez, 2020, p.10).

Enquanto precursora desse movimento Lélia Gonzalez inaugurou uma linguagem outra, trazendo termos como “amefricanidades” e ou “amefricanizando o feminismo”, fazendo uma interlocução identitária com a ancestralidade afrodiáspórica; desse modo, ela consolidou o significado da insurgência e do levante, que sistematiza também a autodeterminação da identidade da mulher negra, tecida pelas questões históricas, culturais, da língua oral e escrita e seus desdobramentos.

Por meio de suas atuações e escrita, Lélia Gonzalez “também confronta o paradigma dominante e, em alguns textos, recorre a uma linguagem considerada fora do modelo estabelecido para a produção textual acadêmica, [...], no entanto, reflete o legado linguístico de culturas escravizadas” (Cardoso, 2012, p. 114). Ainda sobre a linguagem utilizada por Lélia Gonzalez, Carneiro (1988a, p. 70) comenta:

[...] aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe).

Portanto, Gonzalez e toda a sua atuação dentro dos espaços político, intelectual, acadêmico e do movimento, inaugurou uma forma distinta de pensar os aspectos históricos capitalistas que desenvolveram e desenvolvem o pensamento hegemônico e suas influências, culminando nas relações colonialistas, racistas e sexistas que projetaram ‘o lugar’ que a mulher negra podia ocupar após a emancipação civil do povo negro afrodiáspórico. Cardoso (2014) afirma que Gonzalez

[...] procurou similaridades nos diversos contextos da diáspora negra de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras, pobres e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos. Um dos principais traços do pensamento de Fanon que identifiquei na obra de Lélia diz respeito à abordagem dos danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado (Cardoso, 2014, p. 914).

Mediante toda a sua luta, muitas pesquisadoras mais contemporâneas descrevem que Lélia Gonzalez, em alguma medida, modificou o modo de se pensar as reivindicações do movimento negro e do MFN, inaugurando uma perspectiva do feminismo afro-latino-americano, e da americanidade, deixando um legado - que ainda é estudado, aprofundado e debatido - sobre a conjuntura elaborada acerca do termo feminismo afro-latino-americano. Desse modo, Lélia Gonzales conduz uma análise, posto que, para ela, o feminismo brasileiro (hegemônico) produz uma distinção na compreensão ampla sobre o processo colonial que as mulheres negras afrodiaspóricas e indígenas passaram pelo pacto colonial. Em suas palavras,

Enquanto redefinição conceitual, a construção de um pensamento feminista afro-latino-americano, que ela propõe, é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade, introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais (Gonzalez, 2020, p. 17).

Para Lélia Gonzalez, o processo histórico e ideológico que perpassa a vida da mulher negra e indígena detém uma configuração própria, que precisa ser compreendida; nesse passo, Cardoso (2012) alerta que há uma urgente necessidade de se desenvolver uma identidade do feminismo afro-latino-americano, cujo objetivo é defender:

[...] a valorização das culturas das mulheres negras e indígenas da América Latina e Caribe e que seus saberes sejam oferecidos para a construção de um feminismo afro-latino e caribenho, propõe o rompimento com o pensamento moderno, através da categoria amefricanidade, perspectiva epistemológica que resgata a cultura e as histórias de resistências empreendidas pelas mulheres colonizadas contra as estruturas de opressão; oferece-nos, ainda, a amefricanidade como possibilidade para pensar feminismos afro-latino-americanos e caribenhos (Cardoso, 2012, p. 141).

Outro importante termo desenvolvido por Lélia Gonzalez (2020) é “amefricanidade”, que, segundo ela, é:

[...] uma categoria político-cultural, que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses” (Gonzalez, 2020, p. 17).

Com efeito, “como possibilidade de reflexão epistemológica para fazer emergir diversas tradições de resistência às relações patriarcais a partir das experiências das mulheres negras e indígenas da América, da América Latina, Caribe e Brasil”. (Cardoso, 2012, p. 305).

Na concepção de Gonzalez (2020, p. 122),

[...] a categoria de *amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada. [...] Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica.

Em relação a essa determinação, Gonzalez (2020) dispõe que, como descendentes de povos africanos, nossa herança africana é a fonte que nos fortalece diante de todo o processo de violência que passamos.

Outra intelectual negra que contribuiu fortemente para o MFN no Brasil foi Beatriz Nascimento, negra nordestina, que viveu por muitos anos em comunidade, no estado do Rio de Janeiro. Formada em História, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968-1971), a ilustre e combativa Beatriz Nascimento escreveu textos importantes sobre os quilombos e a dissidência do povo negro. “Seguiu carreira de professora de História em paralelo às atividades de pesquisadora [...] na história da historiografia brasileira” (Trapp, 2023, p. 5).

Dentre todas as suas produções, o longa metragem intitulado *Ôrí* foi uma das obras mais importantes da referida autora. Nesse filme, ela comprova os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, passando pela relação entre Brasil e África, além de sua própria história de vida e acadêmica, tendo o quilombo como ideia central, para a compreensão do passado e dos planos futuros para a resistência e a permanência das culturas negras (Dos Reis, 2019, p. 15).

Um elemento necessário e relevante no legado de Beatriz Nascimento é o movimento que ela desenvolve para mostrar a cultura do povo negro e a produção da vida nos quilombos; ao mesmo tempo, de maneira própria, traduz a riqueza e a relevância do povo negro como mecanismo antirracista, de forma comprometida e determinante, posto que faz frente aos determinismos racistas, classistas e sexistas deliberados no final do Séc. XIX. Desse modo, essa intelectual negra em nos remete à importância das alternativas outras de vivências nos quilombos, pela própria vivacidade e destemor, em meio a tantos outros processos de resistência.

Comprometida com o povo negro, Beatriz Nascimento desenvolveu de forma bastante pontual “a primeira grande análise da produção historiográfica em relação aos marcadores sociais de corporeidade e subjetividade de caráter racial” (Trapp, 2023, p. 5). Sobre seu legado e seus escritos, “há registros seus em entrevistas e jornais de circulação nacional (Suplemento Folhetim da Folha de São Paulo) e artigos publicados em periódicos relevantes: “Revista Cultura Vozes”, “Estudos Afro-Asiáticos” e “Revista do Patrimônio Histórico” (Dos Reis, 2019, p. 11).

Beatriz Nascimento também escreveu o texto *A mulher negra no mercado de trabalho*, divulgado primeiramente no jornal *Última Hora*, no Rio de Janeiro, em 25 jul. 1976; o artigo aborda a centralização de gênero e raça, esmiuçando como a sociedade racista, patriarcal e sexista regulariza a hierarquização e a destituição de valor social ao trabalho da mulher negra, a partir do processo histórico de escravização do povo negro. Nesse mesmo escrito, a autora usa termos como “herança escravocrata”, “hierarquia racial” e “hierarquia social”, elaborando uma denúncia que aponta os porquês da desvalorização social voltada para a mulher negra e seu lugar de *servidão* de herança escravagista, pelo emparelhamento instituído desse lugar e do trabalho exercido por esse grupo de mulheres, considerando o viés ideológico das relações de poder existentes. Tendo em vista a vasta práxis anticolonial e antirracista da autora, podemos assentar ainda que, conforme nos diz Nascimento (2021, p. 16),

No que concerne aos confrontos e propostas relativos ao conhecimento acadêmico e científico, Beatriz Nascimento deve ser compreendida não apenas entre ativistas de maneira individual. Como intelectual do movimento negro - forjada nele e constituidora de suas bases -, é uma pensadora que trata do Brasil em suas inter-relações com Europa e África, crítica da colonização, afinada com os processos de descolonização política e contra o colonialismo cultural.

Diante de todo o legado de Beatriz Nascimento, é importante, sobretudo, registrar que, comprometidamente, nos seus textos e em suas ações, ela conseguiu contra-argumentar e revelar o projeto societário que dividia/divide a sociedade entre negros e brancos, voltada também pelo processo imagético criado, que regulariza a subjetividade frente à coletividade.

A presença de Beatriz Nascimento no espaço acadêmico e no movimento negro brasileiro, sendo contemporânea de Lélia Gonzalez, pois viveram praticamente na mesma época, faz dela um nome altamente relevante para o MFN e para o

movimento negro, uma vez que, ao longo de sua vida, consegue dar luz a questões tão caras para as mulheres negras e para o povo negro.

Assim como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento produz um domínio discursivo novo e autêntico, no sentido de centralizar perspectivas para além do que está posto pelo sistema em si. Portanto, almejava utopias alcançáveis, imersas no sentido de luta e reivindicações legítimas, como equidade social e política para as mulheres negras, uma desobediente social, em busca da destituição do racismo e sua tenacidade.

Assim, de forma coletiva, essas estudiosas pautaram na luta meios para que todas as mulheres negras brasileiras tivessem instrumentos para o acesso aos espaços sociais, políticos, acadêmicos, deixando a condição em que se encontravam marginalizadas, oprimidas, sobretudo silenciadas, na direção de um novo espaço, onde suas vozes, seus corpos e suas vidas não fossem subalternizadas.

Outro importante intelectual que luta pelas mulheres negras no Brasil - com notoriedade mais recente e muito evidente no MFN - é Aparecida Sueli Carneiro, que nasceu na zona da periférica cidade de São Paulo, no estado mais populoso do Brasil; formou-se em Filosofia, na Universidade de São Paulo, onde também concluiu seu doutorado em educação no ano de 2005, com a tese intitulada *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*.

Sobre esse estudo do doutoramento de Sueli Carneiro, Montenegro (2019, p. 165), comenta: “[...] com a tese de doutorado de Carneiro podemos entender como se configura o racismo como parte do processo do exercício do poder sobre essa população. Nesse sentido, a autora trabalha com os conceitos de contrato racial, biopoder e epistemicídio”. Silva (2022) também se refere à produção de Sueli Carneiro nos seguintes termos:

[...] uma vasta contribuição de produção intelectual acadêmica e midiática tanto no movimento negro quanto no movimento feminista negro, além de seu papel ativista na construção de políticas públicas por meio do Geledés - Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro é especialista e referência sobre a questão da mulher negra no Brasil, mas vai além ao pautar e discutir diversos temas dentro dos debates de relações raciais e de gênero, como juventude negra e desigualdade de classes (Silva, 2022, p. 5).

Alguns pesquisadores consideram o trabalho de Sueli Carneiro uma continuação do trabalho de Lélia Gonzalez, pela sua perspectiva teórica e epistêmica, que desenvolve uma articulação entre gênero, raça e classe (Silva, 2022). Por estar

fazendo um trabalho em várias frentes, dentre eles os acadêmicos, a referida intelectual “tem se notabilizado tanto pela vasta produção acadêmica, quanto pela atuação aguerrida em defesa das mulheres negras em diferentes espaços institucionais e de luta” (Montenegro, p. 165). Sueli Carneiro é reconhecida não só pela sociedade brasileira, mas também internacionalmente, por sua luta e por seus escritos, que descortinam as engrenagens que movem o sistema racista.

Portanto, a história do feminismo negro evidencia a resistência e a luta contra o racismo, o sexismo e o capitalismo. É um movimento que busca dar voz e poder às mulheres negras e desafiar as estruturas opressivas que as afetam, ao mesmo tempo em que promove a justiça social e a igualdade para todas as pessoas. Sendo assim, é importante que os LD dialoguem a respeito das mulheres negras a partir do feminismo negro, em particular da ferramenta teórica e metodológica interseccional, tendo em vista a complexidade que é ser mulher.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

*A interseccionalidade é a autoridade intelectual
de todas as mulheres
que um dia foram interrompidas
(Carla Akotirene, 2019).*

De acordo com Minayo (2003, p. 25), “a pesquisa é um labor artesanal que, se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas”. Buscando responder aos questionamentos desta pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa, o método documental e o aporte teórico metodológico interseccional.

Conforme afirma Godoy (1995, p. 62), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Dessa forma, nessa abordagem, há o contato direto e sistemático do pesquisador com o ambiente e a situação que estão sendo estudados. Em nossa pesquisa, investigamos a mulher negra nos LD, a partir da intersecção das categorias de raça, gênero e classe social.

Segundo Godoy (1995, p. 62) “a pesquisa qualitativa é descritiva. A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados”. Nesse sentido, o LD *Sociologia em Movimento*, do PNL/D/2018, representa a fonte da nossa pesquisa, considerando o diálogo com a teoria sobre o feminismo negro e a interseccionalidade.

Destacamos aqui o fato de esta pesquisadora ser mulher negra, feminista e professora, justificando-se, assim, sua inserção no contexto desta pesquisa. Nesse sentido, a metodologia proposta não produz a pesquisa de modo fechado, mas busca compreender a realidade social a partir das categorias de gênero, raça e classe social. Diante disso, entendemos que o processo investigativo precisa ser dinâmico, incluindo a sensibilidade do pesquisador. Por isso, pensamos que a interseccionalidade pode se constituir como uma ferramenta teórico-metodológica que nos ajuda a responder aos questionamentos elencados nesta pesquisa.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental, pois, de acordo com Gil (2008, p. 51), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o

objetivo da pesquisa”. O autor também nos esclarece que podemos nos valer de todo e qualquer tipo de documento, elaborados com diversas finalidades. Além disso, a pesquisa documental “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (Lüdke; André, 1986, p. 38).

Entendemos, portanto, que a pesquisa documental se vale de materiais a respeito dos objetivos da pesquisa; nesse sentido, buscamos analisar a categoria ‘mulher negra’ no LD, a partir das intersecções dos conceitos sobre raça, gênero e classe social.

Assim, para o presente estudo, analisamos todos os capítulos do LD *Sociologia em Movimento* - volume único, do PNLD/2018, utilizado pelos estudantes do Ensino Médio, a fim de identificar a presença de mulheres negras, como são abordadas as categorias raça, classe e gênero e se há, nesse material didático, uma discussão na perspectiva interseccional. É importante destacar que o LD se configura como fonte secundária, pois já recebeu algum tipo de tratamento.

4.1 Caracterização do campo de pesquisa

Os LD de Sociologia do PNLD/2018 figuram em volumes únicos e são utilizados nas três séries do Ensino Médio. Destacamos que os LD são submetidos a um processo de avaliação realizado por universidades públicas e coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC). De acordo com o Guia Digital do PNLD/2018, a instituição responsável por planejar, organizar e executar o processo avaliativo e pedagógico do PNLD/2018 de Sociologia foi a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Para o PNLD, foram aprovadas cinco obras, conforme ilustradas e elencadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Livros Didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD/2018

				
<p>Título: <i>Sociologia</i> Autores: MOTIN, Benilde Lenzi; BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Sílvia Maria de. Editora: Scipione</p>	<p>Título: <i>Sociologia Hoje</i> Autores: BARROS, Celso Rocha de; AMORIM, Henrique; MACHADO, Igor José de Renó Editora: Ática</p>	<p>Título: <i>Tempos Modernos, Tempos de Sociologia</i> Autores: MEDEIROS, Bianca Freire et al. Editora: do Brasil</p>	<p>Título: <i>Sociologia para Jovens do Século XXI</i> Autores: OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Editora: Imperial/Novo Milênio</p>	<p>Título: <i>Sociologia em Movimento</i> Autores: SILVA, Afrânio et al. Editora: Moderna</p>

Fonte: Elaboração própria (2023). Dados e ilustrações retirados do Guia Digital PNLD/2018.

Dentre as obras elencadas no Quadro 2, analisamos o LD *Sociologia em Movimento*, buscando entender como ele dialoga sobre a história, a cultura afro-brasileira e a realidade das mulheres negras, sob a lente teórica interseccional, teoria forjada no bojo do MFN. O referido LD se constitui de 399 páginas e está organizado em 15 capítulos, conforme descritos no Quadro 3:

Quadro 3 - Capítulos do LD *Sociologia em Movimento* PNLD/2018

Capítulo	Título
1	Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas.
2	A Sociologia e a relação entre indivíduo e a sociedade.
3	Cultura e ideologia.
4	Socialização e controle social.
5	Raça, etnia e multiculturalismo.
6	Poder, política e Estado.
7	Democracia, cidadania e direitos humanos.
8	Movimentos sociais.

Continua

Quadro 3 - Capítulos do LD Sociologia em Movimento PNLD/2018

Capítulo	Título
9	Trabalho e sociedade.
10	Estratificação e desigualdades sociais.
11	Sociologia do desenvolvimento.
12	Globalização e integração regional.
13	Sociedade e espaço urbano.
14	Gêneros, sexualidades e identidades.
15	Sociedade e meio ambiente.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesta pesquisa, trabalhamos com todos os 15 capítulos do LD em tela.

Nas últimas décadas do século XX, diversos movimentos sociais (feministas, negro, das pessoas com deficiência, de comunidades ribeirinhas, sem-terra, dentre outros) lutaram em busca de igualdade e melhoria da qualidade de vida para os grupos marginalizados em relação às políticas públicas. Todos esses movimentos, incluindo os feministas, reivindicaram a criação de leis e políticas públicas, principalmente nas áreas da educação e saúde.

Nesse contexto, destacamos a promulgação da Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia nas redes de ensino pública e particular. Essa Lei “altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio” (Brasil, 2008).

Sabemos que o currículo, de modo geral, costuma ser trabalhado com base nos LD, que, na rede pública de ensino, são distribuídos pelo MEC. De acordo com o Guia Digital do PNLD/2018, os LD devem:

[...] contribuir, efetivamente, para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais. Nessa perspectiva, elas devem representar culturalmente a sociedade contemporânea na qual se inserem, propondo abordagens que: promovam a imagem da mulher reforçando seu protagonismo social; abordem as temáticas de gênero; proporcionem debates relativos à superação de todas as formas de violência; promovam a educação em direitos humanos, afirmando os direitos de crianças, adolescentes e idosos; incentivem ações pedagógicas voltadas para o respeito e

valorização da diversidade no que se refere aos conceitos de sustentabilidade e cidadania; promovam positivamente a imagem de afrodescendentes e dos povos do campo, a cultura e história afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros; abordem a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando a construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária (Guia do PNLD/2018, 2017, p. 9).

O livro *Sociologia em Movimento* faz abordagens que tratam da mulher negra na sociedade, seja no trabalho ou no cotidiano. Dessa forma, é preciso compreender que as representações das mulheres influenciam na construção da criticidade e opinião dos adolescentes, principalmente para as adolescentes negras. Nessa linha de pensamento, analisamos esse LD a partir da interseccionalidade.

4.2 Teoria Interseccional: proposta teórico-metodológica

A base epistemológica da metodologia por nós utilizada nesta pesquisa, intitulada *Mulheres Negras no Livro Didático Sociologia em Movimento PNLD/2018*, é o feminismo negro. Segundo a teórica Sandra Harding (2019), a epistemologia é a teoria do conhecimento; portanto, a epistemologia elenca quais padrões serão validados pelo conhecimento ou sobre a veracidade de algo.

De acordo com Collins (2019), a epistemologia constitui uma teoria abrangente do conhecimento, investigando padrões para avaliar o conhecimento ou o motivo pelo qual acreditamos que tal conhecimento é verdadeiro. Desse modo, ela não é apolítica, pois indica as relações de poder. Assim sendo, a epistemologia rompe com o conhecimento dito universal, baseado na lógica eurocêntrica.

O feminismo negro é uma epistemologia que articula a teoria e a prática vivenciada pelos grupos de mulheres negras. Nas palavras de Collins (2019, p. 147),

A epistemologia feminista negra é fundamentada por uma base experimental e material, a saber, experiências coletivas e visões de mundo correspondentes que as mulheres negras estadunidenses consolidaram a partir de sua história peculiar.

Nesse sentido, o feminismo negro nos forneceu as bases epistemológicas para a realização desta pesquisa, pois, de acordo com a citada autora,

A esfera da epistemologia é importante porque determina quais perguntas merecem investigação, quais referenciais interpretativos

serão usados para analisar as descobertas e para que fim serão destinados os conhecimentos decorrentes desse processo (Collins, 2019, p. 403).

Refletir sobre a epistemologia calcada no feminismo negro é romper com a lógica da produção do conhecimento eurocêntrico. Mais ainda: é proporcionar a visibilização de um grupo que foi desumanizado durante séculos. Discutir a questão da mulher negra, articulando as categorias de raça, gênero e classe social, auxilia na compreensão das diversas nuances de opressões que atravessam a vida dessas mulheres. Esses múltiplos atravessamentos de opressões foram nomeados como 'Interseccionalidade', que é uma das bases de entendimento teórico e metodológico do feminismo negro.

A hipótese desta pesquisa é que os LD tornam invisíveis as lutas, a resistência e história da mulher negra, impondo uma ausência de representatividade que resulta em uma reprodução educacional racista. Para verificar a veracidade (ou não) dessa hipótese, recorreremos à Interseccionalidade, na tentativa de compreender as dinâmicas diferenciadas vivenciadas pelas mulheres negras. Assim, adotamos a Interseccionalidade como teoria e metodologia aplicada à temática da mulher negra no contexto educacional brasileiro.

A implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar. Segundo a pesquisadora Florêncio (2016, p. 1340),

[...] o material didático, não só para a sociologia, mas para as diferentes disciplinas, encontra-se como um dos recursos mais utilizados no ambiente escolar, pois cabe a este determinar os conteúdos e condicionar as estratégias de ensino, assumindo assim, o papel de um currículo escrito.

Portanto, diante da importância dos LD, nossa proposta consiste em analisar a temática da mulher negra a partir das relações de raça, classes sociais e gênero no LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD de 2018, tendo a Teoria Interseccional como suporte para nossa análise e busca de respostas aos questionamentos desta pesquisa.

Diante do exposto, é importante situar historicamente o termo Interseccionalidade, mas não de forma linear, pois o conceito e os usos da interseccionalidade eram utilizados antes mesmo de o termo ser cunhado. Enquanto termo, a interseccionalidade ganhou notoriedade a partir das discussões na área

jurídica, como teoria crítica de raça, com a professora de Direito Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989, em um artigo intitulado *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*⁹. Em 2001, na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, a interseccionalidade ganhou popularidade acadêmica. De acordo com Crenshaw (2017), a interseccionalidade indica as diversas maneiras pelas quais raça, gênero e classe estão interconectados, não sendo possível compreender as opressões sofridas pelos sujeitos não brancos de forma isolada. Dessa forma, demarca que a categoria 'mulher' não é universal.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica proveniente de uma práxis-crítica, em que os marcadores sociais, tais como raça, gênero, classes, entre outros, são constructos mútuos, que moldam os problemas e fenômenos sociais. “A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins; Bilge, 2020, p. 20). Nesse sentido, a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado e não há hierarquização entre as opressões (Collins; Bilge, 2020).

É relevante pesquisar como os LD apresentam as mulheres negras e se conseguem explicar como os sistemas de opressões operam na vida dessas mulheres. Nosso objetivo é analisar as intersecções de raça, classe e gênero na vida das mulheres negras, pois, para compreender a realidade desse grupo, é necessário analisar esses sistemas de opressão; além do fato de ser mulher em uma sociedade sexista, a questão racial é mais um marcador, pois vivemos em uma sociedade capitalista e pautada pelo racismo estrutural.

Diante disso, julgamos necessário analisar a mulher negra nesse contexto, sob o ponto de vista da Interseccionalidade, conforme representado na Figura 1, a seguir:

⁹ Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 20 maio 2023.

Figura 1 - Mulher Negra: Interseccionalidade das categorias de gênero, raça e classe social



Fonte: Elaboração própria (2023).

De acordo com as pesquisadoras Martuchi, Mattos e Siqueira (2022, p. 3),

[...] a pesquisa interseccional necessita que os marcadores sociais da diferença sejam abordados também em sua metodologia, pois não se sustenta apenas como referencial teórico, haja vista a própria história de sua origem dentro do movimento feminista negro.

É importante salientar que o termo interseccionalidade passou a ser usado no contexto do MFN e tem como objetivo romper com a ideia de um movimento feminista hegemônico. Akotirene (2019) nos explica que:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo, e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais

A sociedade brasileira é extremamente desigual e racista; sendo assim, o sistema educacional é importante para mudar essa realidade. São indiscutíveis os avanços logrados em torno de uma pauta antirracista. Nesse sentido, “a interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas” (Collins; Bilge, 2020, p. 77).

Portanto, a produção do conhecimento deve estar a serviço das transformações sociais. Desta feita, utilizamo-nos desse arcabouço teórico e metodológico para analisar o LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018. Aqui, não propomos somente descrever as injustiças sofridas pelas mulheres negras, mas também tomar uma

posição acerca dessas injustiças, haja vista que adotamos uma proposta metodológica em que a neutralidade científica não é um caminho.

Enquanto metodologia, a interseccionalidade é transgressora, conforme nos ensina Hooks (2017), no livro *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, em que a autora analisa como as estruturas de poder, como o racismo, o machismo e o classismo afetam o sistema educacional, refletindo no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Portanto, hooks desafia o sistema de ensino tradicional e propõe uma abordagem inclusiva e emponderada do povo negro. Nesse viés, através da lente interseccional, analisamos como o LD *Sociologia em Movimento* representa as mulheres negras nas imagens e textos.

Collins e Bilge (2020) afirmam que a interseccionalidade pode ser considerada uma proposta teórico-metodológica no campo da pesquisa social, pois não se limita apenas a uma teoria, mas também oferece orientações sobre como abordar metodologicamente as questões relacionadas às interseções entre raça, gênero, classe social, sexualidade e outras formas de opressão. Desse modo, a interseccionalidade busca capturar a complexidade das experiências e identidades interseccionais, levando em consideração os múltiplos sistemas de opressão que, nesta pesquisa, analisamos a partir das categorias raça, gênero e classe social.

A pesquisadora Akotirene (2019, p. 45) destaca que:

[...] a interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas de preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem.

Pensar na interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma forma de opressão sobre todas as outras e que, sendo estruturais em sua base, tais estruturas devem ser quebradas. Ainda de acordo com Akotirene (2019, p. 51), “a proposta de conceber a inseparabilidade do cisheteropatriarcado, racismo e capitalismo está localizada no arcabouço teórico feminista negro, e quem o nega comete epistemicídio e racismo epistêmico”. Portanto, manter o feminismo negro é afirmar que a interseccionalidade traz riqueza epistêmica e está localizada na diáspora africana¹⁰.

¹⁰ De acordo com Mortari (2015), diáspora africana é um termo utilizado para descrever o movimento forçado da população africana entre os séculos XVI e XIX, durante o período de colonização e escravidão imposto pelos países colonizadores. É importante demarcar que a diáspora africana foi um dos fatos mais sombrios e

Akotirene (2019) defende que, por questão de identidade política, a interseccionalidade deve ser mencionada como fruto do esforço teórico das feministas negras. Ribeiro (2018) também corrobora a importância da interseccionalidade, considerando que:

O movimento feminista precisa ser interseccional, dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher. Se o objetivo é a luta por uma sociedade sem hierarquia de gênero, existindo mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como racismo, lesbofobia, transmisoginia, torna-se urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários (Ribeiro, 2018, p.47).

Ribeiro (2018) destaca a importância da abordagem interseccional no movimento feminista, pois as mulheres enfrentam não só a opressão de gênero, mas também outras formas de discriminação, tais como o racismo, a pobreza, a lesbofobia, entre outras. Cabe-nos reconhecer que as mulheres não são um grupo homogêneo. De acordo com Ribeiro (2018, p. 47), “se a universalização da categoria ‘mulher’ não for combatida, o feminismo continuará deixando muitas delas de fora e alimentando assim as estruturas de poder”. Desse modo, compreendemos que as intersecções não devem ser tratadas como questões secundárias e sim como elementos centrais nas estratégias e ações do movimento feminista negro.

Na próxima seção, tratamos da categoria Mulher Negra e as intersecções de raça, classe e gênero no LD *Sociologia em Movimento*.

monstruosos da história mundial, pois impôs a lógica da desumanização a essa população, resultando em uma profunda dispersão cultural, social e histórica da população africana e seus descendentes.

5 MULHERES NEGRAS NO LIVRO DIDÁTICO *SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO*

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelidas a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em potencialidades.
(Neuza Santos Souza, 1990).

Nesta seção, analisamos, na íntegra, o LD *Sociologia em Movimento*, do PNLD/2018. Investigamos a presença, a história e o lugar das mulheres negras no referido LD¹¹, analisando os espaços e contextos relacionados à cultura negra na sociedade brasileira sob da lente teórica interseccional. Em nossa análise, consideramos:

- a) de que modo as categorias raça, gênero e classe social, são abordadas;
- b) de que maneira o livro manifesta a implementação da Lei nº 11.645/2008;
- c) se o livro dá visibilidade às lutas, resistências e à história da mulher negra.

É importante compreender a questão da mulher negra a partir da lente teórica interseccional, haja vista que essa teoria destaca como as desigualdades de raça, classe e gênero estão entrelaçadas e reforçam a exclusão das mulheres negras. Nessa linha de pensamento, Collins e Bilge (2020, p. 35) afirma que:

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo.

Dessa maneira, a teoria interseccional nos possibilita analisar de forma mais abrangente e inclusiva questões de ordem social, subsidiando uma maior compreensão das desigualdades e injustiças.

O livro *Sociologia em Movimento*, publicado pela editora Moderna, figura como volume único, sendo consumível, isto é, não precisa ser devolvido ao final do ano letivo, pois é utilizado durante os três anos do Ensino Médio.

A Figura 2, a seguir, traz uma imagem da capa do LD analisado:

¹¹ Com o objetivo de aprofundar o entendimento acerca da temática desta dissertação, elaboramos o artigo *Mulher negra nos livros didáticos: uma revisão integrativa de 2017 a 2021*. Publicado na revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, em 2023.

Figura 2 - Capa do LD *Sociologia em Movimento*



Fonte: Guia Digital do PNLD 2018.

O LD *Sociologia em Movimento* foi elaborado por 17 autoras e autores. É relevante compreendermos, minimamente, a trajetória acadêmica dos autores, sua formação, titulação, atuação profissional e linha(s) de pesquisa. Como bem nos esclarece Engerrof (2027, p. 108),

A autoria dos Livros Didáticos é marcador importante na concepção da sociologia escolar, uma vez que os autores e as autoras dos Livros Didáticos possuem uma trajetória que explicita a sua participação no campo científico e educacional, possibilitando apreender a sua posição neste espaço social.

Portanto, conhecer o percurso acadêmico dos autores/as nos permite compreender melhor a posição deles/as em relação aos objetivos da nossa pesquisa. Desta feita, a autoria não é apenas um detalhe e sim um marcador importante, que influencia na perspectiva teórica e nos conteúdos que são ofertados no LD *Sociologia em Movimento*. Assim com dados disponíveis no LD analisado e também na Plataforma Lattes, elaboramos um breve perfil dessas autoras e autores (Quadro 4, a seguir). Devemos esclarecer que recorreremos à Plataforma Lattes para consultar as linhas de pesquisa em que atuam e também seus nomes completos (de alguns), pois esses dados não estão disponíveis no LD.

Quadro 4 - Perfil das autoras e autores do LD *Sociologia em Movimento*

1 - SILVA, Afrânio de Oliveira	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Ciência Política - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor ¹² em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Assistência Social e Programas de Transferência de Renda; Gênero e raça no orçamento público; Ensino de Sociologia na Educação Básica; Marxismo e classes sociais; Economia política e luta de classes na América Latina.
2 - LOUREIRO, Bruno Ribeiro Bastos Rodrigues	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Sociologia da rede pública e de escolas particulares do Rio de Janeiro.
Linhas de pesquisa	Não informado no Lattes. ¹³
3 - MIRANDA, Cassia Cardoso de	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestra em Filosofia - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professora de Sociologia na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz.
Linhas de pesquisa	Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente.
4 - FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Educação - Universidade Estácio de Sá.
Atuação profissional	Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Sociologia e Cultura Escolar.
5 - FERREIRA, Lier Pires	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal Fluminense. Bacharelado em Direito - Universidade Federal Fluminense. Mestre em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutor em Direito - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Ciência Política do Colégio Pedro II
Linhas de pesquisa	Direito, Política e Relações Internacionais; Ciências Sociais e Relações Internacionais; Direito do Petróleo; Direito Internacional do Desenvolvimento; Direito Internacional, Desenvolvimento e Energia; Direito, Relações Internacionais, Defesa e Segurança Pública.
6 - SERRANO, Marcela Marques	
Formação acadêmica/titulação	Graduação: não informada no currículo Lattes. Mestre em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Atuação profissional	Professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.
Linhas de pesquisa	No texto de apresentação do Lattes (informado pela autora), consta que atua nos temas "migração; religião; identidade regional, trabalho; precarização; desemprego e cultura popular; arte; consumo x cidadania". Trabalho, precarização e desemprego.

¹² Na época em que o LD *Sociologia em Movimento* foi publicado, o autor estava cursando o doutorado.

¹³ O autor possui apenas graduação e há poucas informações no currículo Lattes, o que demonstra que ele não possui pesquisas nas Ciências Sociais.

Quadro 4 - Perfil das autoras e autores do *LD Sociologia em Movimento*

7 - ARAÚJO, Marcelo da Silva	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal Fluminense. Licenciatura em História - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Artes Visuais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia - Universidade Federal Fluminense.
Atuação profissional	Professor de Sociologia do Colégio Pedro II. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB).
Linhas de pesquisa	Cidade: espaço, tempo, memória e diversidade; Antropologia na sala de aula.
8 - SILVA, Marcelo Costa da	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bacharelado em História - Universidade Federal Fluminense. Mestre em Sociologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Sociologia, com subárea de atuação em Sociologia do Trabalho
9 - NOGUEIRA, Martha Carvalho	
Formação acadêmica/titulação	Graduação em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Não informada no Lattes. Área de atuação (informada no Lattes): Sociologia, Antropologia e Ciência Política.
10 - OLIVEIRA, Otair Fernandes de	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Ciência Política – Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Linhas de pesquisa	Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade; Ações de Reconhecimento de Bens relacionados aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no Rio de Janeiro como Patrimônio Cultural; Patrimônio Cultural: Identidades e Sociedade; Patrimônio e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense: reconhecimento e preservação dos terreiros de matriz africana; Patrimônio cultural: identidades e sociedade; As Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial de Autodeclaração no Sistema de Cotas no Acesso às Instituições de Ensino Superior Públicas Federais: Implementação e Atuação.
11 - MENEZES, Paula Cristina Santos	
Formação acadêmica/titulação	Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Sociologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Planejamento, Meio ambiente e Tecnologia; Relações de Trabalho e Relações de Poder; Literatura e Cinema no Ensino de Ciências Sociais; Racismo e Sociedade; Educação para as relações étnico-raciais.
12 - CORREA, Raphael Millet Camarda	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Ciência Política - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Ensino de Sociologia

Continua

Quadro 4 - Perfil das autoras e autores do *LD Sociologia em Movimento*

13 - PAIN, Rodrigo de Souza	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Licenciatura e Bacharelado em História - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Sociologia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Linhas de pesquisa	Não informado no Lattes. No texto de apresentação do Lattes (informado pelo autor), consta que atua nos temas "Angola, Ongs, Desenvolvimento, História da África, Segurança Alimentar, Sociedade Civil, Prática Docente, Sociologia no Ensino Médio e Ciências Sociais no Ensino Fundamental".
14 - LIMA, Rogério Mendes de	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Relações de gênero e raça no espaço escolar; Prática Docente e Formação Continuada; Metodologias e práticas no ensino de Humanidades; Ensino de Sociologia; Ensino, Aprendizagem, Interdisciplinaridade e Inovação em Educação; Ensino de Humanidades e Perspectivas Decoloniais na Educação Básica.
15 - BUKOWITZ, Tatiana	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Não informado no Lattes. No texto de apresentação do Lattes (informado pela autora), consta que atua nas temáticas Políticas Públicas de Educação; Estudos de Gênero; Feminismo; Ensino de Sociologia; Estudos Decoloniais
16 - ESTEVES, Thiago de Jesus	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em Educação - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.
Linhas de pesquisa	Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais; Políticas Públicas e Educação; Ensino de Ciências Sociais/Sociologia; Trabalho; Educação.
17 - PIRES, Vinicius Mayo	
Formação acadêmica/titulação	Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia e Antropologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Atuação profissional	Professor de Sociologia do Colégio Pedro II.
Linhas de pesquisa	Não informado. Área de atuação informada no Lattes: Antropologia, Antropologia Urbana e Antropologia da Política.

Fonte: Elaboração própria (2023).

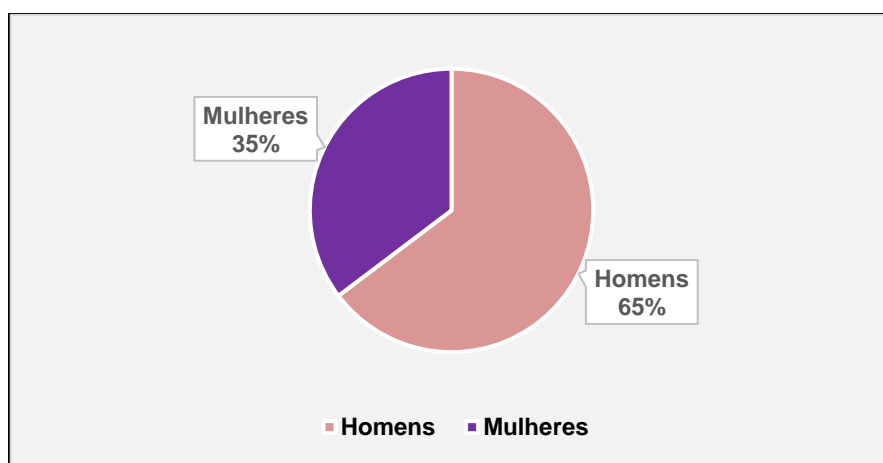
No Quadro 4, percebemos que quase todos/as autores/as são licenciados em Ciências Sociais; Marcela Marques Serrano não informou sua graduação no currículo Lattes); quanto a Martha Carvalho Nogueira e Paula Cristina Santos Menezes, no

Lattes consta apenas 'graduação', não especificando se é licenciatura, bacharelado ou ambas. Todos são formados em universidades públicas na região sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro. Podemos inferir que todos/as têm formação em Ciências Sociais e quase todos/as já atuaram ou atuam como professores/as da Educação Básica, no Colégio Pedro II¹⁴, o que lhes confere conhecimento prático em relação ao ensino de Sociologia.

A participação das mulheres, na autoria do LD *Sociologia em Movimento*, em relação aos homens, é bem menor, sendo elas apenas cinco, dentre os 17 autores/as, MIRANDA, Cássia Cardoso de; FERREIRA, Fátima Ivone de Oliveira; SERRANO, Marcela Marques; NOGUEIRA, Martha Carvalho; MENEZES, Paula Cristina e BUKOWITZ, Tatiana.

No Gráfico 1, apresentamos o percentual da participação de mulheres e homens na autoria do referido LD:

Gráfico 1 - Participação feminina na autoria do LD *Sociologia em Movimento*



Fonte: Elaboração própria (2023).

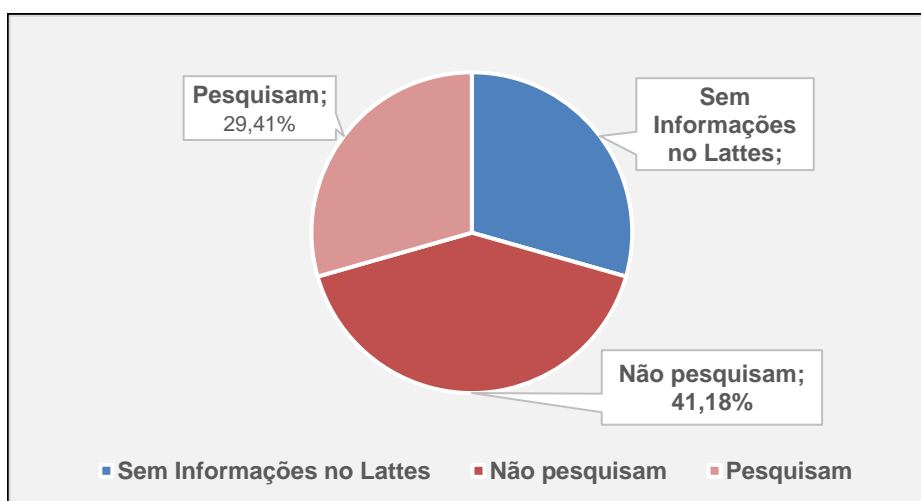
O Gráfico 1 demonstra que a participação feminina corresponde a apenas 35%, o que pode impactar na sub-representação e na diversidade de perspectivas das mulheres no LD. Monaco (2018) afirma que a inclusão de autoras mulheres pode

¹⁴ Integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O Colégio existe desde a era do Império no Brasil. É uma instituição de ensino bem-conceituada e um centro de referência nacional em Educação Básica. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/usingjoomla/extensions/components/contentcomponent/articlecategories/9971-o-cpii-em-libras.html>.

contribuir para uma educação mais inclusiva, pois ajuda os estudantes na construção de diferentes pontos de vista. Portanto, é necessário que haja igualdade de gênero na autoria dos LD.

Em relação a representação, procuramos pesquisar a autodeclaração étnico-racial dos autores, porém essa informação não é pública na Plataforma Lattes. Então, levantamos a quantidade de autores/as que pesquisam temas relacionados à raça, gênero ou classe. Para levantar tal informação consultamos o currículo Lattes no item “Linhas de Pesquisas”. O Gráfico 2 demonstra os percentuais desse levantamento:

Gráfico 2 - Linhas de pesquisas dos autores/as relacionadas a raça, gênero ou classe social



Fonte: Elaboração própria (2023).

O Gráfico 2 revela que somente 29,41% dos autores/as possuem pesquisas relacionadas à temática de nosso trabalho (raça, gênero e classe). Pontuamos que cinco autores/as (29,41%) não inseriram informações no Lattes, porém, ao analisar seus currículos, não encontramos registros de trabalhos ou produções relacionados; somados a esses, 41,18% não pesquisam a temática.

Notadamente, neste estudo, tivemos como objetivo compreender a mulher negra no LD *Sociologia em Movimento*. Até onde conseguimos pesquisar na plataforma Lattes, os autores/as desse livro apresentam poucas pesquisas relacionadas. Monaco (2018) destaca que a participação de sujeitos diversos (mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas, quilombolas) tem a tendência de enriquecer os conteúdos dos LD. Nesse sentido, percebemos que o tema do nosso objeto de pesquisa não seria aprofundado no livro.

Torres Santomé (2013, p. 226) assevera que “é preciso ter muito presente quem seleciona tais conteúdos, como o faz, qual sua razão e porque não elege outros conteúdos”. Precisamos refletir sobre os 17 autores/as do LD *Sociologia em Movimento* e analisar como estes/as abordam a mulher negra e as nuances de opressões no material didático de Sociologia mais utilizado nas escolas públicas de nosso país, para, conforme nos diz o citado autor,

Construir um sistema educativo justo, que respeite a diversidade e esteja comprometidos com projetos curriculares que combatem a discriminação implica, entre outras medidas, prestar muita atenção às políticas de recursos didáticos, de materiais curriculares, para que não funcionem como cavalos de Troia, cujos conteúdos não seriam aceitos pelos docentes, estudantes ou suas famílias se estivessem conscientes das manipulações, dos erros e dos preconceitos ocultos em seu interior (Torres Santomé, 2013, p. 227).

Assim, é relevante criar um sistema educativo justo e inclusivo. É salutar que sejamos críticos às políticas e materiais didáticos, rechaçando elementos discriminatórios ou prejudiciais à dignidade humana. Portanto, os LD têm o dever legal de abordar conteúdos que combatam o sexismo, o racismo e outras formas de discriminações, assumindo uma postura antirracista e antissexista.

A análise do LD *Sociologia em Movimento* nos permitiu compreender como as intersecções entre as categorias raça, classe e gênero são representadas e exploradas, contribuindo para uma reflexão crítica sobre como esse LD aborda questões relacionadas à diversidade e à inclusão, particularmente no que diz respeito às mulheres negras. Portanto, analisamos como a obra se posiciona em relação às questões sociais cruciais discutidas pela teoria interseccional.

O livro está organizado 15 capítulos, como anteriormente apresentado, distribuídos em seis unidades, a saber:

- Unidade 1 - Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo.
- Unidade 2 - Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas.
- Unidade 3 - Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea.
- Unidade 4 - Mundo do trabalho e desigualdade social.
- Unidade 5 - Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas.

- Unidade 6 - A vida nas cidades do século XXI - questões centrais de uma sociedade em construção.

Cada unidade está organizada em 12 tópicos, conforme demonstrado no Quadro 5:

Quadro 5 - Organização das unidades do LD *Sociologia em Movimento* PNLD/2018

Tópicos	Descrição
1 Abertura da Unidade	Breve apresentação do tema e uma lista dos capítulos da unidade.
2 Abertura de Capítulo	Contém os objetivos, a questão motivadora, um ponto de partida que direciona para os temas e os conceitos que serão abordados.
3 Cronologia	Está presente no início de cada capítulo, com uma linha do tempo que apresenta fatos históricos e datas marcantes referentes ao tema que será trabalhado no capítulo.
4 Saiba Mais	Contém informações complementares importantes, ajudando na compreensão do tema do capítulo.
5 Considerações Sociológicas	Essa seção destrincha um tema vinculado ao capítulo, com intuito de apresentar diferentes pontos de vista com base no tema apresentado no decorrer do capítulo.
6 Interfaces	Expõe a relação dos temas trabalhados no capítulo com as demais áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas. Dessa forma, pretende fazer a interdisciplinaridade e induzir à busca de soluções de problemas práticos do cotidiano dos estudantes.
7 Glossário	São inserções modestas, com o objetivo de sanar alguns termos e conceitos que aparecem ao longo do capítulo.
8 Direito e Sociedade	Indica leis que regulamentam algumas questões de ordem social estudadas ao longo do capítulo, demonstrando a importância das legislações para a organização social.
9 Quem escreveu sobre isso	Exibe alguns pensadores, cujas ideias foram discutidas porque criaram novas formas de entender as questões sociais abordadas no capítulo
10 Atividades	Este tópico se localiza no fim do capítulo. Engloba questões para pesquisa, debate, reflexão, revisão, questões do ENEM e de vestibulares.
11 Indicações	Apresenta informações pontuais sobre filmes, documentários, livros e <i>sites</i> que dialogam com o tema abordado no capítulo.
12 Movimentação	No final de cada unidade, o livro propõe “arregaçar as mangas” e dedicar-se a uma atividade que explora experiências vinculadas à política e à cidadania.

Fonte: Elaboração própria. Dados de Silva *et al.* (2016). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

O esquema de organização das unidades do LD *Sociologia em Movimento*, exposto no Quadro 5, pode ajudar os estudantes a esclarecer dúvidas e facilitar no processo de construção do conhecimento, de maneira organizada, lúdica e envolvente. Segundo Meucci, 2014, p. 215),

[...] a modalidade de escrita do Livro Didático constitui um gênero que se distingue do texto acadêmico, do texto literário e do texto jornalístico. Não obstante, ao mesmo tempo, sua elaboração tem a especificidade de demandar a presença deste repertório de gêneros dos quais se diferencia. A escrita didática é uma operação que cria um ambiente no qual o texto base dos autores é composto por outros textos e recursos, movidos e posicionados para criação de certos efeitos específicos. Esta escrita é polifônica e os autores sempre estão em diálogo com seu repertório cultural acumulado, indagando sobre as possibilidades de uso pedagógico de certo filme, obra literária, imagem ou ditado popular.

Meucci (2014) assevera que a escrita de LD de Sociologia se constituiu como um gênero diferente dos textos jornalísticos, acadêmicos e literários. Logo, as informações são organizadas e apresentadas com a finalidade de influenciar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Partindo dessa compreensão, seguimos com a análise das unidades e capítulos do livro.

5.1 Unidade 1 - Sociedade e conhecimento: a realidade social como objeto de estudo

Essa unidade é constituída pelos capítulos 1 e 2.

Capítulo 1 - discute *Produção de conhecimento: uma característica fundamental das sociedades humanas*. O tópico *Saiba Mais*, na p. 20, aborda sobre o conhecimento religioso. O texto, intitulado *Religião*, afirma que a religião é um conjunto de crenças e práticas compartilhadas pelas comunidades e que tem o poder de influenciar na interpretação de mundo dos indivíduos. No Brasil, segundo o texto, existem centenas de religiões, agrupadas em cinco categorias: católicos, evangélicos, espíritas, afro-brasileiros e outras manifestações religiosas. Logo, o texto aborda, sem discussão, que há uma forma de religiosidade peculiar da população afro-brasileira, que corresponde a 0,4% da população total. Esse dado reflete a questão do racismo religioso. Conforme a análise de Mota (2018, p. 25),

As inúmeras violências sofridas pelos povos de religiões de matriz africana têm sido chamadas de intolerância religiosa. Pesquisadores,

legisladores, setor jurídico, mídias e afro religiosos contribuíram para que essa expressão se tornasse corrente como o modo de tipificar essas violências. O tema da intolerância religiosa e da discriminação contra religiões de matriz africana que aqui tomo como racismo religioso, remonta outros tempos. Embora presente em vários momentos das histórias brasileiras, atualmente tem ganhado espaço e debates devido a uma série de ataques contra essas comunidades, mostrando outras roupagens e formas de articulação de vários tipos de violências e relações de poder.

A discriminação, o preconceito e a violência contra as religiões de matrizes africanas constituem uma forma de racismo. É importante salientar que os atos de racismo religioso estão enraizados na sociedade brasileira, refletindo as práticas colonialistas para com o povo negro escravizado.

Na p. 21, há uma discussão sobre o “conhecimento do senso comum”, que os autores/as assim definem:

Compreende o conjunto de saberes e práticas produzidos com base nas experiências concretas das sociedades humanas. É construído pela observação e pelo aprendizado diante dos fenômenos cotidianos. É transmitido socialmente ao longo das gerações, em uma ou mais coletividades (Silva, Afrânio *et al*, 2016. p. 21).

Tal definição enfatiza a natureza prática e social do conhecimento, apontando que ele é o resultado da interação das pessoas com o meio em que elas estão inseridas e é partilhado ao longo do tempo.

A p. 22 traz uma imagem de pessoas negras exercendo práticas que reforçam a ideia do conhecimento do senso comum, conforme podemos observar na Figura 3:

Figura 3 - Pessoas negras e senso comum



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 22). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

A pessoa negra nem sempre foi representada de forma positiva nos LD. Silva (2011) afirma que houve uma mudança na representação do negro nesses livros, sendo inseridos de forma “humanizada, ou seja, com família, nome próprio, sem estigmas, estereótipos e descritos sem preconceitos, com direitos de cidadania, papéis e funções diversificadas na sociedade, embora sem distinções étnico-culturais” (Silva, 2011, p. 138). Portanto, o LD *Sociologia em Movimento* apresenta pessoas negras atreladas a tipos de conhecimentos, contudo, não cita textualmente os tipos de conhecimentos que populações negras elaboraram.

No tópico *Considerações Sociológicas*, o texto *A produção do conhecimento sociológico*, na p. 34, aborda a pesquisa *Homicídios e Juventude no Brasil*, publicada em 2013 pelo governo federal, que expõe a situação de violência vivenciada pela população negra e pobre através das taxas de homicídios.

A violência que atravessa os corpos dos jovens negros pode ser interpretada através da denominada necropolítica. Achille Mbembe (2018) descreve o modo como o poder político opera através do controle da morte. Esse poder controla a vida e a morte da população, através da marginalização, da violência e do genocídio. Essa lógica é aplicada a grupos específicos e, no caso brasileiro, é aplicada à população preta, pobre e periférica. Então, essas mortes não são coincidência e sim uma política de Estado extremamente racista. Por fim, o texto apresenta um recorte racial, mas não faz menção à categoria de gênero.

O primeiro capítulo enfoca, na verdade, a produção do conhecimento e surgimento da Sociologia enquanto ciência. Embora haja ilustrações e questões que se reportam à pessoa negra, não há aqui uma elaboração de ciência feita a partir das comunidades afros. Ainda que o capítulo represente e demonstre conhecimentos feitos por pessoas negras, não há elaboração textual que expresse quais conhecimentos o povo negro elaborou. O que temos, de fato, é uma discussão da ciência como universal e eurocêntrica.

Capítulo 2 - apresenta e discute *A Sociologia e a relação entre o Indivíduo e a sociedade*. Na primeira página (p. 380), há uma imagem de meninas paquistanesas estudando, conforme ilustra a Figura 4, a seguir:

Figura 4 - Meninas paquistanesas estudando



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 39). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

Para se referir à imagem reproduzida na Figura 4, os autores/as inserem o seguinte texto: “Crianças em escola em Mingora, no Paquistão, em 2013. As situações sociais adversas criam dificuldades para a educação e podem alterar a trajetória de vida das pessoas. Mas o esforço dos indivíduos e da comunidade também tem sua influência” (Silva *et al.*, 2018, p. 39). O texto não faz nenhuma menção em relação à questão de gênero. Entretanto aponta que há uma relação entre a situação retratada na imagem, os indivíduos e a sociedade, podendo indicar transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que ocorrem na sociedade paquistanesa.

No decorrer do capítulo, observamos que as relações entre o indivíduo e a sociedade são retratadas a partir das perspectivas sociológicas clássicas. Nesse sentido, a Sociologia contribui para a compreensão das estruturas sociais.

Para questionar as estruturas sociais, a p. 42 exibe uma imagem de mulheres brancas, em painéis publicitários, com o intuito de discutir o tema “padrão social”. Essa imagem está reproduzida na Figura 5, a seguir:

Figura 5 - Mulheres brancas em painéis publicitários



Fonte: Silva et al. (2016, p. 42). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

Segundo os autores/as, “os padrões estéticos mudam de acordo com o contexto histórico. Características consideradas belas ou boas em determinadas sociedades podem ser julgadas como fora do padrão em outro contexto histórico ou social” (Silva et al. 2016, p. 42). Para tratar do tema “padrão social”, o livro *Sociologia em Movimento* se utiliza da imagem de mulheres brancas, eleitas como o padrão de beleza na nossa sociedade.

Embora nos faça refletir sobre a mudança de padrão social, a imagem representa somente mulheres brancas. Isso nos leva a questionar que “a admiração e a valorização das características físicas e dos padrões de “beleza” dos povos europeus é também um indicador de quais indivíduos e grupos são considerados os ocupantes naturais de lugares de poder e destaque” (Almeida, 2019). O padrão de beleza hegemônico é o eurocêntrico, reforçando a ideia de que a branquitude é superior e mais desejada, o que é problemático, pois vivemos em um país onde a maioria é negra¹⁵.

Na p. 43, no tópico *Saiba Mais*, com o texto intitulado *Sistema educacional - um exemplo de fato social*, há representação de uma sala de aula: a professora é uma mulher negra e os alunos são negros, conforme reproduz a Figura 6, a seguir:

¹⁵ Segundo dados do IBGE, 54% da população brasileira é negra,. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

Figura 6 - Sala de aula na escola do povoado de Vargem Funda (Santa Luz, BA)



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 43). *Sociologia em Movimento* PNL D/2018.

Aqui, o LD faz menção ao sistema educacional a partir de uma sala de aula, onde todos os sujeitos são pessoas negras, fazendo uma representação social positiva do povo negro. Nesse sentido, Segundo Silva (2011), é importante:

Ver-se representado de forma positiva e aproximada do real desenvolve na criança um sentido de existência, de positividade, de pertença às categorias de humano e cidadão, porque ela passa a ver-se como existente nessa representação, que para ela corresponde ao real. Ao reconhecer-se e ser visibilizada, a criança desenvolve o amor ao seu semelhante étnico. Também as crianças de outras raças/etnias, começam a ver a criança negra sem os estigmas inferiorizantes, passando a reconhecer suas diferenças sem hierarquias, respeitando-a e interagindo com ela no convívio escolar e fora dele (Silva, 2011, p. 138).

A autora nos chama a atenção para a importância da representação positiva e realista da realidade, para que a criança, o adolescente ou o público estudantil possa desenvolver um sentido de pertença/existência às categorias de humano e cidadão. Ressaltamos, como já foi dito anteriormente, que o projeto colonial impôs à população negra uma lógica de desumanização.

Na p. 46, os/as autores/as tratam sobre a teoria de Max Weber, a partir dos *Tipos fundamentais da ação social: tradicional, afetiva e racional*. Para exemplificar uma “ação racional orientada a valores”, utilizam o seguinte trecho:

A ação racional orientada a valores é determinada pela crença consciente em um valor importante para o indivíduo, sem considerar

as consequências das ações em defesa desse valor. Como exemplo desse tipo de ação podemos citar alguém que aja de acordo com sua convicção política e, ao defender suas ideias em uma manifestação pública, desencadeou uma repressão que, na prática, vai contra seu objetivo. Apesar de produzir efeitos contrários aos objetivos, a ação é racionalmente elaborada; o ator social considera suas consequências positivas e negativas, mas a orienta conforme seus valores, dos quais não pode abrir mão, independentemente dos resultados negativos que possa vir a provocar (Silva *et al*, 2018, p. 46).

Partindo do conceito de “ação racional orientada a valores”, os/as autores/as abordam o tema da violência contra a mulher, a partir da imagem de uma mulher negra, conforme ilustra a Figura 7:

Figura 7 - Cartaz de combate à violência doméstica, veiculado em 2008



Fonte: Silva *et al.* (2016). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

A imagem retrata uma mulher negra em situação de violência doméstica¹⁶, o que é um problema de ordem social no Brasil. Esse tipo de violência atravessa em maior grau, as mulheres negras. Nesse sentido, Martins e Carrijo (2020) esclarecem:

¹⁶ Segundo o relatório elaborado pelo Ministério da Igualdade Racial, o “Informe MIR – Monitoramento e avaliação – nº 2 – Edição Mulheres Negras”, em 2022 mais de 61% das vítimas de feminicídio no Brasil eram mulheres negras. A pesquisa revela que as Mulheres Negras são as maiores vitimadas pela violência de gênero. Portanto, a interseccionalidade é imprescindível para a interpretação desses dados.

Dados disponíveis em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcgclcfndmkaj/https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria->

[...] dados das pesquisas sobre violência denunciam uma “vertente” específica e velada, o racismo, e apontam com urgência a necessidade de estudos voltados para a população negra, pois, embora esta seja majoritariamente violentada, é invisível socialmente. Em diversos países, as mulheres negras aparecem como maioria das vítimas nos índices de violações de direitos humanos – o Brasil não é diferente. Em nosso país, mulheres negras são 53,6% das vítimas de mortalidade materna (considerada por especialistas uma ocorrência evitável com acesso a informações e atenção do pré-natal ao parto), 65,9% das vítimas de violência obstétrica e 68,8% das mulheres mortas por agressão (Martins, 2020, p. 2).

Nos dados referentes à violência, é importante considerar a raça como um dos fatores a serem observados. No contexto abordado pelo LD *Sociologia em Movimento*, ‘a ação racional orientada a valores’ se refere a ações orientadas por crenças e valores pessoais, mas levando em consideração a estrutura social. Nesse sentido, há uma luta para que a sociedade brasileira entenda que as mulheres são donas de suas vidas e lutam para viver sem sofrer violências. Devemos lembrar que, em 2006, foi sancionada a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), com objetivo de coibir a violência familiar e doméstica contra a mulher.

A partir da imagem da mulher negra disposta na Figura 7, o livro consegue apresentar uma leitura interseccional a respeito da problemática violência de gênero, pois explora a temática a partir do recorte racial e de gênero.

Em nossa análise, a primeira unidade do LD *Sociologia em Movimento* não aborda diretamente a questão da mulher negra. Porém, é possível perceber que o livro contribui para uma análise das relações sociais, estruturas de poder, desigualdades, bem como para a compreensão das estruturas sociais excludentes para o povo negro, de maneira geral, e para mulher negra, de forma particular.

5.2 Unidade 2 - Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas

Esta unidade é composta pelos capítulos três, quatro e cinco, destacando-se este último, um capítulo que aborda especificamente o conceito de raça.

Capítulo 3 - *Cultura e Ideologia*: discute a relação entre cultura e ideologia. Enfatiza como os grupos expressam suas trajetórias e compreensões na sociedade,

através das práticas e saberes culturais. No tópico *Primeiras Palavras*, os/as autores/as afirmam que:

[...] a construção da cultura não ocorre de maneira harmônica e igualitária. Ela é marcada por conflitos e relações desiguais entre os diversos grupos humanos. Por exemplo, quando exaltamos a diversidade cultural brasileira, não podemos nos esquecer de que boa parte da cultura popular sofre preconceito e que os processos históricos que geraram essas expressões culturais foram e são marcados por conflitos nos quais negros, mulheres, nordestinos, indígenas, quilombolas, comunidades ribeirinhas e outras minorias sociais são geralmente considerados cidadãos de segunda classe e suas contribuições para a formação da cultura são relegadas a um plano inferior. Entretanto, a história nos mostra que, diante de interesses políticos e comerciais, as classes dominantes incorporaram essas práticas, saberes e costumes ao padrão cultural estabelecido (Silva *et al.*, 2016, p. 64).

Logo, a construção da cultura é permeada por conflitos, além de ser desigual, pois esses conflitos estão engendrados na lógica das relações capitalistas, calcada nas classes sociais. Em se tratando da cultura popular brasileira, vale evidenciar que grande parte sofre preconceito em função dos processos históricos que as moldaram. Nesse sentido, Almeida (2019), afirma que o preconceito cultural é parte do complexo sistema de opressão que perpetua o racismo estrutural.

Por fim, o capítulo 3 traz uma abordagem ampla sobre cultura e ideologia, atravessando a temática racial e de classe social. Além disso, discute sobre a representação de atores negros nas telenovelas brasileiras, pontuando que os negros são frequentemente representados a partir do lugar da subalternidade, em papéis de serviçais ou pessoas escravizadas. Para fazer tal discussão, os autores/as utilizam-se do filme *A negação do Brasil*¹⁷, demonstrando como a cultura e a ideologia influenciam no processo de representação e (des)valorização social relacionado ao povo negro.

Capítulo 4 - *Socialização e Controle Social*¹⁸: trata sobre a importância da socialização como um processo essencial para a integração dos indivíduos na sociedade. Este capítulo trabalha a influência das instituições sociais no processo de socialização e controle social. Na abordagem dessa temática, não há menção direta ao povo negro e muito menos, à mulher negra. Contudo, de maneira secundária,

¹⁷ *A Negação do Brasil* (2000) é um documentário dirigido por Joel Zito Araújo. O filme faz uma análise dos papéis atribuídos a atores e atrizes negras em telenovelas brasileiras.

aborda aspectos religiosos de matriz africana. Na p. 94, o livro traz a imagem de uma festa religiosa, conforme reproduz a Figura 8:

Figura 8 - Festa religiosa na Casa de Yemanjá



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 94). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

O livro destaca que a religião é um fator importante no processo de socialização, porém o texto não contextualiza e nem localiza a festa religiosa como sendo pertencente à matriz afro-brasileira. Gonzalez (2020) destaca a importância das religiões afro-brasileiras como forma de resistência e preservação da cultura africana no Brasil. Historicamente, o povo negro enfrenta desafios relacionados à socialização, em função do racismo estrutural, que impõe uma lógica de exclusão para este grupo. Portanto, avaliamos que o capítulo três poderia tratar, de forma direta, aspectos relacionados à população negra, bem como abordar as formas de controle impostas a essa população.

Capítulo 5 - Raça, etnia e multiculturalismo: aborda um dos conceitos essenciais de nossa pesquisa – a raça. Portanto, este capítulo é central, no sentido de nos ajudar a compreender como o livro discorre sobre a raça e se esse tema é trabalhado a partir da perspectiva teórica que adotamos em nosso estudo.

Na primeira página do capítulo 5 (p. 108), encontramos a imagem ilustrada na Figura 9, a seguir:

Figura 9 - Manifestação em Baltimore - EUA, em abril de 2015



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 108). *Sociologia em Movimento* PNL/2018.

A manifestação ocorrida em Baltimore é uma chamada para refletirmos sobre o problema de ordem racial vivenciado pela população negra nos EUA, assunto sobre o qual já discutimos alguns aspectos anteriormente, nesta dissertação, considerando os EUA e o Brasil. Segundo nos explica (Almeida, 2019, p. 22),

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019, p.22).

A definição de Almeida (2019) é de que o racismo é uma forma de discriminação sistemática, está enraizado nas estruturas institucionais e sociais, não sendo apenas de ordem individual. Logo, as desigualdades assumem um caráter de ordem racial. Como ilustra a Figura 9, a população negra, nos EUA, está lutando contra o racismo.

A proposta do capítulo 5 é trabalhar os conceitos de raça, racismo, etnia e etnicidade, bem como suas relações, além de discutir, de maneira crítica e histórica,

a temática do racismo e, por fim, abordar as desigualdades sociais decorrentes das relações raciais.

No tópico *Abertura de capítulo*, p. 109, há uma questão motivadora - “Por que o racismo persiste no Brasil e como podemos combatê-lo?” -, com vistas a guiar o estudante no sentido de compreender a unidade e, a partir dela, ter elementos teóricos para responder a esse questionamento. Torre Santomé (2013) nos apresenta a seguinte reflexão:

As instituições escolares são um elemento a mais na produção e reprodução de discursos discriminatórios; mas na medida em que estes institutos têm o encargo social de educar, eles podem e devem desempenhar um papel muito mais ativo como espaço de resistência e denúncia dos discursos e das práticas que continuam a legitimar a marginalização no mundo de hoje e, em particular, dentro de seus muros (Torres Santomé, 2013, p. 227).

As instituições escolares não são neutras, e historicamente, na realidade brasileira, a escola reproduziu/reproduz discursos racistas. Visando mudar essa realidade, o Movimento Negro brasileiro lutou para se ver inserido de forma positiva no currículo escolar e, conseqüentemente, nos LD. Nesse sentido, a Lei nº 10.639/03 foi sancionada para promover o reconhecimento, a valorização e a diversidade racial no Brasil. Portanto, os LD são de suma importância para a promoção de uma educação antirracista.

A discussão do capítulo 5 começa com a exposição de um caso de racismo na cidade de São Paulo, situação vivenciada por estrangeiros e exposta em redes sociais. A partir desse caso, os/ autores/as do LD *Sociologia em Movimento* problematizam as tensões raciais e propõem que:

Ao longo deste capítulo, veremos que teorias científicas e regimes políticos buscaram manter as desigualdades raciais e sociais fundamentando-se em pretensas diferenças raciais e étnicas. Veremos também que as relações entre culturas diversas fizeram com que se desenvolvesse no país um racismo “à brasileira”. Diferentemente de outros lugares – como os Estados Unidos até os anos 1960 e a África do Sul até 1994, em que a desigualdade racial foi institucionalizada –, no Brasil ela acontece de modo dissimulado, no cotidiano, ainda que não exista amparo legal (Silva *et al*, 2016, p. 110).

Silva *et al.* (2016), evidenciaram as teorias científicas e políticas que foram utilizadas para justificar o racismo, além de apontar que, no Brasil, o racismo não foi

institucionalizado por leis, mas sim acontecendo de forma “dissimulada”, diferindo dos EUA e África do Sul. Nesse sentido, Almeida (2019, p. 109) esclarece que:

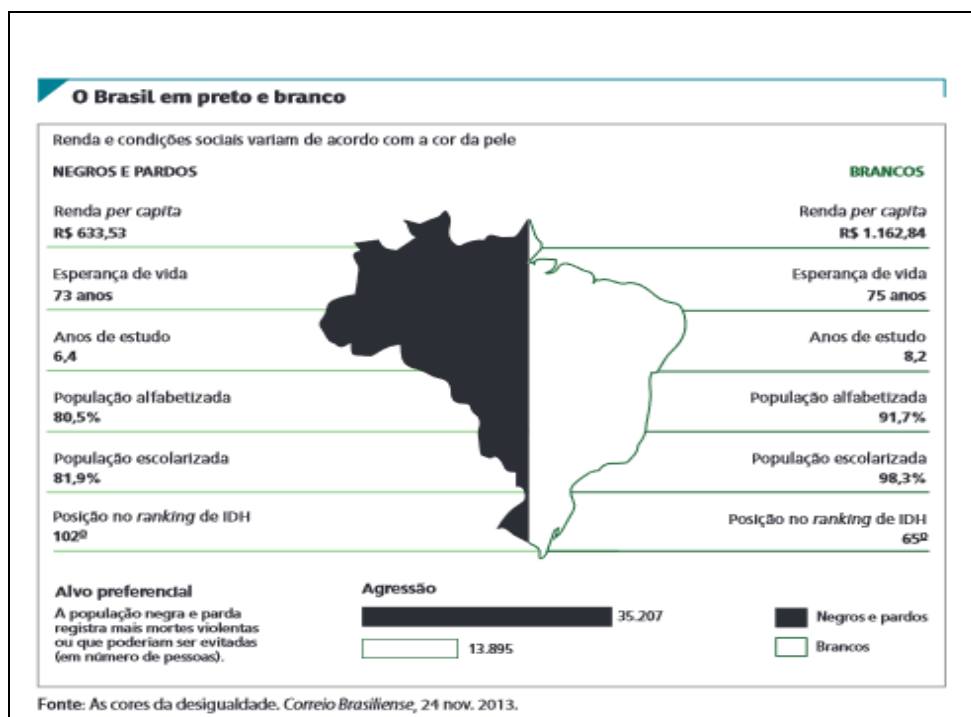
Enquanto na África do Sul e nos Estados Unidos, que, com as devidas distinções, estruturavam juridicamente a segregação da população negra, mesmo no avançar do século XX – no caso da África do Sul, até 1994 –, no Brasil, a ideologia do racismo científico foi substituída a partir dos anos 1930 pela ideologia da democracia racial, que consiste em afirmar a miscigenação como uma das características básicas da identidade nacional, como algo moralmente aceito em todos os níveis da sociedade, inclusive pela classe dominante. Assim, ao contrário de países como os Estados Unidos, nunca se instalara no Brasil uma dinâmica de conflitos baseados na raça. O que se pode notar é que a ideologia da democracia racial se instalou de maneira muito forte no imaginário social brasileiro, de tal modo a ser incorporada como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil, das mais diversas formas e pelas mais distintas correntes políticas, tanto à “direita” como à “esquerda”. Para entender a força desta ideia inserida no debate nacional com a obra de Gilberto Freyre, é fundamental que se entenda que a democracia racial não se refere apenas a questões de ordem moral. Trata-se de um esquema muito mais complexo, que envolve a reorganização de estratégias de dominação política, econômica e racial adaptadas a circunstâncias históricas específicas.

De acordo com Almeida (2019), o racismo no Brasil ocorre de forma diferenciada, em função da ideologia da “democracia racial”, segundo a qual não temos problemas raciais e somos considerados todos iguais em função da miscigenação. Contudo, tal ideologia mascara uma realidade violenta e cruel para com a população negra. A ideia de democracia racial dificultou o reconhecimento e o combate ao racismo estrutural no Brasil.

O LD *Sociologia em Movimento* destaca que as relações de dominação histórica contribuíram para a manutenção do preconceito de ordem racial. Grosfoguel e Onesko (2021) asseveram que o modelo de dominação foi constituído pelo homem moderno, eurocêntrico, branco e burguês. Portanto, esse modelo de homem reforçou a legitimação do poder dominante que instituiu hierarquias sociais e raciais.

Os conceitos de discriminação, preconceito e segregação são abordados para além da questão racial, fazendo menção à questão regional e mundial, ilustrando com exemplos no livro, tornando o assunto de melhor compreensão. Na p. 114, no campo “discriminação”, há uma imagem com o mapa denominado *O Brasil em preto e branco*, a seguir reproduzido na Figura 10, a seguir:

Figura 10 - O Brasil em preto e branco



Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 114). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

O mapa disposto na Figura 10 utiliza os termos 'negro' e 'pardo' para se referir à cor da pele. Quanto a isso, ressaltamos que o termo 'negro', utilizado nesta pesquisa, é a soma de pessoas pretas e pardas, formando a população negra. Esse mapa expõe dados sobre as condições de renda e outras questões sociais a partir do recorte racial. Tal recorte evidencia que as desigualdades atravessam de forma mais aguda a população negra. Contudo, destacamos o uso do termo 'negro' de forma diferente da que é utilizada pelo IBGE e pelo próprio movimento negro. Segundo Gomes (2012, p. 731),

No caso do Brasil, o movimento negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais. Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos (Gomes, 2012, p.731).

O movimento negro ressignifica e politiza o conceito de raça e o utiliza como uma fonte de emancipação. Sendo assim, a raça influencia na construção da identidade étnico-racial. Portanto, redefinir o conceito de raça, o movimento negro viabiliza justiça social e igualdade (Gomes, 2012). No contexto brasileiro, o termo 'negro' é constantemente utilizado como uma categoria que inclui pessoas negras e pardas; a exemplo, o IBGE utiliza o termo negro como a soma de pretos e pardos. Logo, o mapa apresentado no LD faz uma confusão dos termos negro e pardo.

O capítulo 5 apresenta os aspectos socioantropológicos a respeito da raça, do racismo e da etnia. O LD *Sociologia em Movimento* situa, a partir da era colonial, a classificação das diferenças entre seres humanos. Conforme Cisne e Ianael (2022), o movimento colonial estabeleceu hierarquia racial e de gênero. Os europeus se apropriaram dessa hierarquia para subsidiar seus interesses políticos e econômicos e, desse modo, as diferenças físicas foram utilizadas para estabelecer noções de superioridade e inferioridade, criando-se uma mentalidade etnocêntrica entre colonizadores e colonizados. Isso preparou o terreno para a especulação sobre diferenças baseadas na cor da pele, que se tornou o principal critério classificatório das hierarquias raciais. A esse respeito, os/as autores/as explicam que:

A ideologia do racismo baseou-se em estudos do comportamento humano que procuraram explicar as diferenças sociais e culturais apoiando-se nos conceitos das Ciências Naturais. Tais estudos influenciaram a criação de teorias raciais e eugênicas que buscavam justificar a ideia da existência de povos "inferiores" e "superiores". Essas teorias ainda estão na base do pensamento que sustenta o racismo (Silva *et al*, 2016, p. 118).

A ideologia racista se fundamenta em teorias científicas que justificam diferenças sociais e culturais, a partir das Ciências Naturais, dando base a teorias raciais e eugênicas que legitimam o discurso de povos superiores e inferiores. Almeida (2019) informa que, até a atualidade, essas teorias influenciam o pensamento racista.

Destacamos que o LD em análise rebate a teoria da "democracia racial", de Freyre, a partir da teoria do "mito da democracia racial", de Florestan Fernandes, que rebate a tese de convívio harmonioso entre as raças. Gonzalez (1984) analisa que Florestan Fernandes contribui positivamente para a compreensão crítica da questão racial no Brasil. Florestan Fernandes é apresentado aos estudantes no tópico *Quem escreveu sobre isso*. Logo após, temos o tópico *Saiba Mais*, com um texto intitulado *A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos* (aqui, os autores poderiam seguir a lógica

de expor as contradições das relações sociais no Brasil, já que anteriormente foi apresentado o “mito da democracia racial”; porém, isso não acontece...) e depois segue expondo dados do contexto brasileiro.

É importante destacar que o capítulo 5 apresenta uma abordagem crítica e reflexiva sobre a questão racial no Brasil, estimulando a conscientização do debate. Nesse sentido, apresenta legislações pertinentes ao tema, tal como a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino do país (Brasil, 2003). Essa Lei está inserida no tópico *Direito e Sociedade*, através de um pequeno texto com o título *Ensino de História da África e dos negros no Brasil*; e logo após consta uma atividade reflexiva. Portanto, compreender que, assim como nos diz Torres Santomé (2013, p. 229),

Os materiais curriculares não veiculam somente discursos informativos, mas também discursos didáticos que combinam o rigor das descrições e explicações demonstrativas típicas dos trabalhos científicos, com modalidades de divulgação baseadas na exposição, apresentação de exemplos e realização de tarefas escolares que tornam esses dados compreensíveis, de uma maneira adequada aos alunos que se encontram na sala de aula.

Entendemos que o LD é de suma importância para a transmissão de informações. A abordagem proposta no capítulo 5 promove uma educação inclusiva e sensível à questão racial, discutindo questões relacionadas à História, cultura e identidade racial de forma significativa. Essa é uma abordagem relevante e necessária sobre as questões étnico-raciais. Contudo, os/as autores/as poderiam incluir e ampliar temáticas raciais e de gênero, bem como destacar pesquisas com recorte relacionadas a essas temáticas, explicando as condições desiguais a que a mulheres negras estão submetidas, além de discutir a importância da consciência negra e a luta dos povos negros organizados em quilombos, pois não houve menções sobre tais questões.

5.3 Unidade 3 - Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea

Esta unidade é composta pelos capítulos 6, 7 e 8.

Capítulo 6 - Poder, Política e Estado: tem por objetivo expor e analisar os conceitos e a distinção de poder, política e Estado sob a ótica sociológica. O capítulo não faz menção direta ao povo negro, embora trabalhe o conceito de patriarcalismo,

na p. 143, no tópico *Saiba Mais* (Figura 11), para introduzir os conceitos de poder legítimo e as formas de dominação:

Figura 11 - Patriarcalismo

Saiba mais

Patriarcalismo

Significa o poder e a preponderância do homem na organização social, seja na família, seja em um grupo religioso ou político. As pessoas devem obediência à autoridade masculina, o patriarca, cabendo a ele o poder de decisão de modo inquestionável. Na história brasileira, o senhor de terras assume o caráter do patriarca, que domina os meios de produção e em torno do qual se agrupa a população dependente, além de exercer o político na esfera pública.



A cultura política brasileira mistura elementos modernos com permanências de sua formação colonial sustentada na dominação masculina sobre a família patriarcal e na economia escravocrata. Na imagem, a litografia que ficou conhecida como *Um jantar brasileiro*, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), da série *Viagem pitoresca ao Brasil*. Litografia, 15,7 cm x 21,8 cm.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 8.112 de 18 de Novembro de 1966.

Fonte: Silva *et al.* (2016, p. 143). *Sociologia em Movimento* PNL/D/2018.

Os/as autores/as afirmam que Marx Weber identifica três tipos de dominação legítima: tradicional, carismática e racional-legal. A Figura 11 retrata a dominação legítima tradicional, que consiste na crença em instituições e regras repassadas de geração em geração. No caso da família patriarcal retratada, na era colonial no Brasil, o homem branco detinha todo o poder (Gonzalez, 1984).

O capítulo 6 aborda aspectos da história social e política brasileira, embora o texto explore timidamente a participação da população negra nesse processo. Gonzalez (2020) destaca a importância do povo negro para a formação social, política e econômica do Brasil. Nesse sentido, o livro poderia explorar mais essas contribuições.

Capítulo 7 - Democracia, Cidadania e Direitos Humanos. Logo no início, na seção *Primeiras Palavras*, o livro apresenta o contexto dos protestos de junho de 2013. É importante ressaltar a escolha dos/as autores/as de começar pelos protestos de rua, enfatizando uma visão de democracia que não se limita ao voto, haja vista que a democracia "é normalmente usada para descrever a estrutura organizacional de uma sociedade na qual a população participa em diversas esferas de poder social" (Silva *et al.*, 2016, p. 172).

No tópico *Linha do Tempo*, consta a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010. Esse Estatuto representa um avanço na luta para aprimorar a democracia, a cidadania e os direitos humanos em nosso país, onde a questão racial é problemática, tendo em vista todo o contexto histórico já explanado nesta dissertação. O livro *Sociologia em Movimento* demonstra o reconhecimento da importância da igualdade racial e da garantia de direitos da população negra como parte fundamental da democracia no Brasil.

No subtítulo *Direitos Humanos*, temos a informação de que o sociólogo britânico Thomas Humphrey Marshall apontou a existência de três fases de consolidação de direitos:

- Direitos civis - garantem a proteção das liberdades individuais, incluindo a capacidade de expressar-se de forma autônoma, liberdade de ir e vir, de poder constituir associação coletiva e firmar contratos, exercícios, dentre outros.
- Direitos políticos - permitem a participação dos indivíduos nas diversas relações em uma sociedade, particularmente na escolha de representantes e na candidatura a qualquer tipo de posição elegível e a declaração em relação a mudanças a serem realizadas.
- Direitos sociais - são fundamentais para a construção de uma vida digna a partir de padrões de qualidade e bem-estar coletivo, como emprego, educação, saúde, lazer e moradia.

O conceito de cidadania está em constante evolução, pois a humanidade está sempre em luta em busca dos seus direitos, liberdade e melhores garantias individuais e coletivas. No tópico *Considerações Sociológicas*, há o texto *Cidadania formal e cidadania real no Brasil. Para quem são os direitos em nosso país?* Aqui há a problematização da hierarquização da cidadania no Brasil, onde uma pequena parcela da população tem acesso pleno aos direitos e as minorias sociais, como o as

mulheres, negros etc., enfrentam dificuldades para alcançar a plenitude desses direitos. Portanto, o LD demonstra a desigualdade de direitos na sociedade brasileira, a partir de um recorte das categorias de classe, raça e gênero.

Esse LD também ressalta que os princípios dos direitos humanos são universais e invioláveis, que visam ao respeito mútuo, em detrimento dos privilégios restritos a determinados grupos. Contudo, tais princípios ficam restritos ao campo das ideias, pois, na sociedade brasileira, a realidade é permeada por desigualdades sociais e raciais.

Capítulo 8 - *Movimentos Sociais*: aborda sobre a emergência dos movimentos sociais, enfatizando sua ligação com o combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades. Silva *et al.* (2016) retomam o tema da cidadania e da política, salientando que são relevantes.

Os movimentos sociais buscam modificar a atuação do Estado e a estrutura social. Os direitos de cidadania são uma garantia constitucional. Após a definição do movimento social¹⁸ como aquele que se destaca por mobilizar um grupo ou uma comunidade em uma batalha contra um oponente e pela posse da mudança social, o livro apresenta uma diferença entre esse movimento e a ação coletiva:

Uma ação coletiva caracteriza-se, sim, por um conjunto de ações empreendidas por grupos ou categorias sociais (em circunstâncias adversas ou não). Para que ela seja considerada um movimento social, porém, outro elemento é indispensável: o objetivo de alcançar um fim específico com intenção de transformar a realidade (Silva *et al.*, 2016, p. 200).

Essa definição destaca a diferença essencial entre simples ações coletivas e aquelas que se configuram como movimentos sociais. As ações coletivas são imprescindíveis, mas, por si só, não representam um movimento social. O que diferencia é o objetivo compartilhado pelos participantes, com vistas a atingir uma transformação específica na sociedade.

Os movimentos sociais tiveram um papel relevante no processo de redemocratização do Brasil, principalmente no contexto do regime ditatorial, em que a oposição era reprimida, as políticas econômicas se aplicavam de forma desigual,

¹⁸ Na perspectiva dos/as autores/as, “movimentos sociais são sempre contrários a ordens sociais vigentes” (Silva *et al.* 2016, p. 205).

aumentando a concentração de renda e, com isso, o crescimento desorganizado das cidades. Diante desse contexto, Gonzalez (2020, p. 90) considera que:

O desenvolvimento e a expansão dos movimentos sociais na segunda metade dos anos 1970 propiciaram a mobilização e a participação de amplos setores da população brasileira, no sentido da reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política mais direta. No caso da população negra, vamos encontrá-la sobretudo no movimento negro e no movimento de associações de moradores nas favelas e bairros periféricos (ressaltando-se aí o papel e a importância do movimento de favelas). O movimento negro desempenhou um papel de extrema relevância na luta antirracista em nosso país, sensibilizando inclusive os setores não negros e buscando mobilizar as diferentes áreas da comunidade afro-brasileira para a discussão do racismo e suas práticas.

Nessa mesma linha de pensamento, Almeida (2019, p. 109) explica que:

No Brasil, os movimentos sociais tiveram grande participação na construção dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição de 1988 e nas leis antirracistas, como a Lei 10.639/2003, as de cotas raciais nas universidades federais e no serviço público, no Estatuto da Igualdade Racial e também nas decisões judiciais, inclusive com contribuições técnicas e teóricas de grande relevância. Ainda assim, é sabido que o destino das políticas de combate ao racismo está, como sempre esteve atrelado aos rumos políticos e econômicos da sociedade.

O movimento negro atuou como uma força catalisadora, propondo discussões e ações concretas contra o racismo. É crucial salientar a natureza educativa dos movimentos. As ações políticas em questão refletem um ideal de sociedade, como um mundo sem preconceitos.

Os movimentos sociais também se mostram como projetos culturais e possuem hierarquias; há lideranças, organizações internas e até mesmo uma institucionalização. Em todas as frentes, esses grupos destacam a urgência de uma transformação social. Nesse sentido, no capítulo 8, o LD *Sociologia em Movimento* aborda a questão do povo negro, dando destaque às lutas, conquistas e desafios na busca por uma sociedade sem racismo.

5.4 Unidade 4 - Mundo do trabalho e desigualdade social

Esta unidade é composta pelos capítulos 9 e 10.

Capítulo 9 - discute a temática “trabalho e sociedade”. A abordagem é permeada por conceitos e termos característicos das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia do Trabalho, além de uma apresentação cronológica dos eventos.

O capítulo em tela apresenta as mudanças que o capitalismo impôs ao mundo do trabalho, explicando como as máquinas e a organização das horas de trabalho alteraram a lógica laboral vigente até então. Além disso, os/as autores/as traçam uma linha do tempo que apresenta importantes marcos para o mundo do trabalho, como a invenção do tear mecânico, em 1801, e também para o Brasil, como a promulgação da *Consolidação das Leis Trabalhistas*, no governo de Getúlio Vargas, em 1943, fundou o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e Lula, em 2002, 2002 e 2006.

Após essa apresentação, que o livro traz no tópico *Primeiras Palavras*, os/as autores/as mobilizam os clássicos da Sociologia para explicar o tema em questão. O primeiro a ser requisitado é Karl Marx. A partir da obra desse pensador alemão, o livro apresenta uma análise da relação entre o mundo do trabalho e a sociedade capitalista, iniciando com a exploração dos homens pelo sistema, os absurdos impostos pelos donos dos meios de produção aos trabalhadores, que só têm sua força de trabalho para vender.

O segundo autor citado é Max Weber. O livro mostra que a compreensão da relação entre trabalho e sociedade capitalista pode ser feita pela análise de elementos culturais. O propósito principal desse tópico é explicar como a ética protestante teve impacto na expansão do capitalismo, uma vez que essa questão foi um dos fatores que impulsionaram a consolidação desse sistema no ocidente. Resumidamente, o tópico é uma análise do tratado clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Weber, 2005). Para aprofundar essa questão, são empregados os conceitos de "vocação", que se relaciona com o chamado para o trabalho, e "racionalização", para explicar como a religião protestante é racionalizada e conectada à lógica dos processos produtivos da sociedade e do sistema capitalista.

O terceiro autor clássico mobilizado é Émile Durkheim. O objetivo desse tópico é demonstrar a capacidade de gerar solidariedade, o que torna possível a existência de uma coesão social. O trabalho seria um dos responsáveis pela harmonia entre

indivíduos e sociedade. Os/as autores/as empregam os seguintes conceitos: "solidariedade mecânica" - explica a forte identificação entre as tradições da comunidade e a divisão do trabalho, sem afetar significativamente as interações; "divisão do trabalho social" - explica a especialização das funções de trabalho, que torna as pessoas interdependentes, ou seja, não é viável viver sem o trabalho de outras pessoas na sociedade atual; "solidariedade orgânica" - explica a quantidade elevada de divisão do trabalho e a heterogeneidade cultural típica das sociedades capitalistas, resultando em interdependência entre elas. Ou seja, basicamente, temos uma análise do livro *Da divisão do trabalho social* (Durkheim, 1977).

Após a conclusão das conexões entre trabalho e sociedade nos três grandes clássicos da Sociologia, os/as autores/as exploram a racionalização que o capitalismo implementou na sociedade. O livro segue uma sequência cronológica, apresentando a noção de produção em grande escala, destacando a influência do fordismo e do modelo taylorista-fordista, culminando com a apresentação do toyotismo e da produção sob demanda, um dos principais fatores que aceleram e aprimoram a alienação do trabalhador em relação ao produto que ele produz.

Sociologia em Movimento faz uma introdução ao processo de criação dos movimentos sindicais e, por fim, uma discussão sobre as condições atuais do mercado de trabalho, bem como os retrocessos enfrentados por trabalhadores de diversas partes do globo. Para tal, o LD emprega conceitos como: "informalização do emprego" - explica os empregos sem garantias; "subempregos" - aqueles com condições de trabalho abaixo do ideal; "precarização" - demonstra como as condições de trabalho têm sofrido retrocessos e perdido níveis adequados de proteção ao trabalhador; e "terceirização" - que é uma das consequências da perda dos direitos trabalhistas.

É de suma importância salientar que o LD ainda apresenta considerações sobre sociólogos brasileiros em relação aos retrocessos enfrentados no mundo do trabalho, com um apêndice adicional, em que traz, de maneira breve, a discussão sobre a precarização do trabalho (p. 227) e sobre as terceirizações no Brasil (p. 228). Todavia, é importante destacar que o LD não aborda a questão racial.

Capítulo 10 - trata da estratificação e das desigualdades sociais. A disparidade social e financeira é um dos principais obstáculos enfrentados pela comunidade global, que tem como principal referência o capitalismo. A ascensão da camada

financeira mais rica, que detém a maior parte do capital, se sobrepõe à camada mais desfavorável e, geralmente, ocupa posições de liderança no mercado de trabalho.

Alguns dos pesquisadores que estudam a desigualdade social brasileira afirmam que essa questão está em sintonia com o mercado de trabalho. Os teóricos Karl Marx e Max Weber se sobressaíram no campo da teoria de classes. A ideia de que uma classe é composta por um grupo de indivíduos que compartilham a posse de meios de produção foi fundamental. Há, portanto, duas classes sociais distintas: a classe industrial (ou classe capitalista) e a classe proletária (ou classe trabalhadora). A primeira detém os meios de produção (industriais, fábricas e manufaturas), enquanto a segunda só tem a própria força de trabalho para vender e garantir sua subsistência.

No entanto, apesar de concordar com Karl Marx em relação à influência da realidade material na formação da sociedade, Weber acreditava haver outros fatores que não se limitassem à condição material do indivíduo. Weber sustentava que as teorias puramente materialistas não eram suficientes para compreender a complexidade das relações sociais entre as classes.

As discrepâncias na vida social, como a disparidade social, não se resumiam apenas à condição financeira de cada indivíduo. Dessa forma, seria necessário ter em mente as outras variáveis que interferem na constituição do sujeito social, como o *status* social, que é determinado pela relação de diferenças entre grupos sociais e pelo grau de prestígio social atribuído pelos outros. A distinção de *status*, por exemplo, extrapola as fronteiras econômicas, sendo determinada com base no conhecimento direto de uma pessoa em relação a interações em diferentes contextos. Isso confere um certo poder de ação ao indivíduo, que extrapola os limites impostos por suas posses materiais.

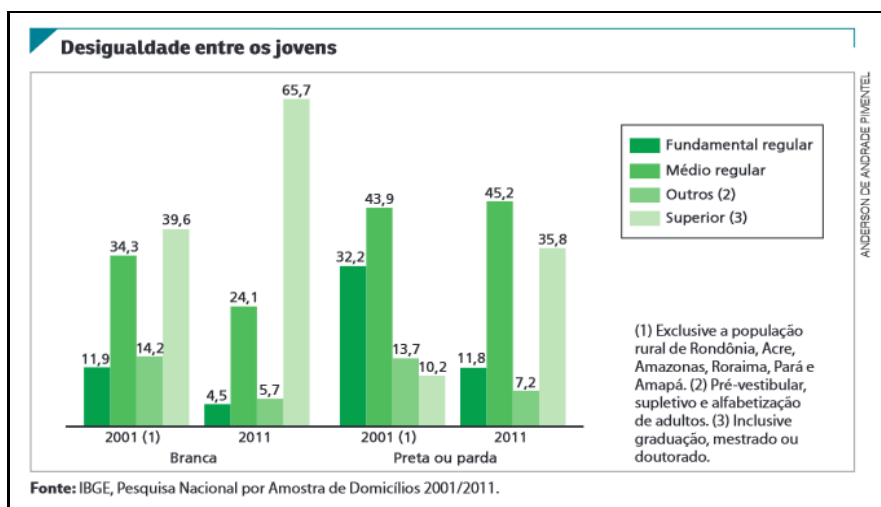
O livro *Sociologia em Movimento* aborda a questão das desigualdades sociais enfrentadas pela população negra, de maneira geral, e pelas mulheres negras, de maneira específica; além disso, apresenta análises das dificuldades enfrentadas pelos jovens negros em relação ao acesso à educação e ao mercado de trabalho, aspectos que evidenciam as desigualdades em relação à população negra. Observemos o seguinte trecho:

No que se refere à juventude negra, outro dado importante são as diferenças no acesso à educação. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011, detalhados no gráfico abaixo

e abrangendo a população de 18 a 24 anos de idade, demonstram que os jovens negros entre 18 e 24 anos possuem inserção escolar desigual em relação à população branca. Isso se explica pelas dificuldades encontradas pela população negra de entrar e permanecer na escola. Ainda que se tenha observado melhora nos índices relacionados à juventude negra, quando comparados com os da juventude, verifica-se que eles são muito inferiores. Essa inserção desigual tem consequências, por exemplo, no mercado de trabalho. Os dados da Pnad de 2012 indicaram que, dos trabalhadores desempregados, 59,9% eram negros, um aumento em relação ao ano anterior, cujo percentual era de 57,6%. Na Pnad seguinte, esse índice subiu para 60,6% (Silva *et al.*, 2016, p. 244).

Sociologia em Movimento aborda uma realidade que persiste no Brasil - a disparidade racial, que está na base da sociedade, permeada pelo racismo estrutural, conforme nos explica Almeida (2019), em seu livro *Racismo estrutural*. Essa realidade reflete principalmente na desigualdade entre os jovens, conforme demonstra a Figura 12:

Figura 12 - Desigualdade entre os jovens



Fonte: Silva *et al.* (2016). *Sociologia em Movimento* PNL/D/2018.

Ponce e Ferrari (2022, p. 2), são incisivas ao afirmar que “as práticas racistas estão presentes na vida dos negros e das negras desde a infância, os/as quais, quando chegam à escola carregam sobre si as marcas impressas pelo racismo provocadas pelas interações sociais”. Portanto, pessoas negras enfrentam o racismo desde cedo, inclusive no espaço escolar. Tal fato contribuiu para os baixos índices escolares. Indo contra essa realidade, a escola - como um campo para o desmantelamento das práticas racistas - vem buscando cumprir a lei que torna obrigatório o ensino da História e cultura afro-brasileira nas escolas.

O tópico *Atividades* propõe questões acerca de gênero e racial, pontuando que essas desigualdades estão atreladas ao período colonial. Por fim, vale destacar que, nesse capítulo, o LD *Sociologia em Movimento* abordou questões de classe, raça e gênero.

5.5 Unidade 5 - Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

Esta unidade é composta pelos capítulos 11 e 12.

Capítulo 11 - *Sociologia do Desenvolvimento*: relata que, com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, surgiram ideais para que as sociedades que romperam com o antigo regime pudessem se adequar aos princípios da democracia e da liberdade, do desenvolvimento econômico e do bem-estar. Para tal, foi necessário estabelecer um conceito de liberdade e desenvolvimento, bem como outros conceitos que passariam a constituir objetivos comuns das sociedades modernas. Nesse sentido, os autores/as dizem que:

As disputas pelos diferentes projetos de desenvolvimento, marcadas pelo conflito entre capitalismo e socialismo, tomaram novos rumos no final do século XX. A partir de 1990, com a dissolução do Estado soviético, o capitalismo tornou-se o modo de organização hegemônico do planeta (Silva *et al.*, 2016, p. 260).

Esse fato histórico marca o redirecionamento das políticas econômicas e das relações internacionais. O livro destaca que o capitalismo figura como um sistema dominante no mundo; contudo, esse sistema está envolto em contradições, como concentração de renda, aumento da pobreza, destruição das instituições de proteção social e dos recursos naturais; além disso, as situações de injustiças que ele causa resultam em crises. As medidas de regulação de seus aspectos destrutivos seguiram diversas orientações ao longo da história, mas ainda são de grande relevância para a Sociologia.

Esse capítulo explana sobre as questões socioeconômicas e traz uma análise dos limites e capacidades do Estado em lidar com as crises do capitalismo, discutindo a respeito de suas potencialidades como regulador, fomentador ou mero coadjuvante na área econômica, bem como os papéis e as responsabilidades do Estado no processo de desenvolvimento de uma nação.

Os autores/as se reportam à visão de Keynes, para quem o papel do Estado se estende por três áreas fundamentais:

1) a gestão econômica é vital para promover o desenvolvimento, incentivando a economia através do estímulo à poupança, impulsionando o crescimento, corrigindo desequilíbrios do mercado, garantindo emprego pleno e gerenciando setores chave para o progresso nacional, como as telecomunicações e a indústria petrolífera;

2) no âmbito da assistência social, há uma forte argumentação para que se estabeleçam políticas públicas que garantam o acesso irrestrito a direitos sociais básicos, tais como educação e saúde;

3) no que diz respeito à área administrativa, esta manteria o controle do funcionamento interno do Estado, por meio de uma estrutura organizacional altamente qualificada e com atribuições deliberadas.

Dessa forma, a noção de desenvolvimento é mais ampla do que o simples crescimento econômico, abrangendo transformações econômicas, sociais e políticas, mediadas pelo Estado.

Todavia, esse capítulo não aborda as questões raciais e nem de gênero; a classe social é abordada de forma abrangente, nos pontos que discutem o desenvolvimento econômico e das relações sociais. Aqui, pensamos ser importante problematizar que, segundo Almeida (2019, p. 112),

O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro. O racismo, de acordo com esta posição, é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista.

O LD *Sociologia em Movimento* não avançou no sentido de teorizar que há conexões entre racismo, desigualdade racial e relações mercantis e nem destacou que a modernidade e o capitalismo não romperam com a lógica da exploração dos corpos negros; aliás, o sistema capitalista continua reproduzindo essa lógica, conforme as discussões por nós realizadas nesta pesquisa.

Capítulo 12 - Globalização e Integração Regional: apresenta as mudanças que contribuíram para o aumento das desigualdades internacionais, bem como algumas

das alternativas econômicas, políticas e sociais que surgem no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Apesar das opiniões divergentes em relação ao processo de internacionalização do capital, demos ênfase aos processos de integração social, das políticas econômicas e sociais, dos movimentos altermundialistas (que propõem uma nova perspectiva de globalização mais igualitária) e dos fluxos migratórios internacionais, que nos permitem compreender, diagnosticar e propor alternativas aos desequilíbrios perpetrados pelo capitalismo.

A globalização é um fenômeno que tem diversas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais; é conduzida com base na integração dos conceitos empregados para explicar a estrutura e as consequências do capitalismo. Avaliar as relações de poder, a organização da produção, a apropriação de valores culturais e ideológicos, em uma escala global, tem um impacto significativo em todas as esferas.

A oposição à globalização e seus efeitos abrange diversas perspectivas de movimentos nacionais, incluindo-se aqueles que possuem tendências fundamentalistas (que rejeitam a globalização e valorizam a estrutura local com posições conservadoras ou até mesmo xenofóbicas) e aqueles que são contrários à globalização (que denunciam a globalização como um fator de desigualdade e pobreza), ou que se opõem à globalização.

É notória a ideia de um mundo globalizado, no qual as pessoas ultrapassariam suas fronteiras nacionais e culturais, compartilhando valores comuns mundialmente. A Revolução Tecnológica - que iniciou nos anos 1960, mas só foi amplamente divulgada quase uma década depois - foi responsável por estabelecer uma grande diferença entre o presente e o futuro próximo.

A integração regional está intimamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo globalizado. Em meados do século XX, surgiram novos blocos econômicos, resultando em diferentes estágios de integração entre os países. De acordo com Groppo (2005, p. 39),

Os blocos econômicos parecem ser tanto uma resposta ao desafio da globalização, quando alguns países tentam salvar algo da soberania nacional ameaçada federalizando-se, quanto um “estágio” intermediário entre a nação e o mundo-mundo, uma adaptação da nação outrora integrada, agora em processo de esfacelamento e sangria, a mercados econômicos e rotinas sociopolíticas mundializadas.

O autor faz uma crítica ao capitalismo, a partir da integração forçada ao capitalismo globalizado: os Estados vão configurando suas identidades e soberania para se inserir nessa dinâmica, na qual a comunicação econômica implica em uma integração política. A ideia de aprimorar a relação financeira entre os países de uma mesma região tem como propósitos o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. No entanto, isso não é viável, tendo em vista a concentração de renda.

O capítulo 12 ainda traz as reflexões do geógrafo Milton Santos, que é um intelectual negro e figura como um dos maiores críticos da globalização, expondo suas mazelas. Destacamos que o livro não cita as questões de raça e gênero e nem demonstra análises interseccionais. A única seção que faz menção à questão social é a *Saiba Mais*, na p. 297, com o texto intitulado *Fórum Social Mundial*, o qual explana que representantes de movimentos sociais e diversas organizações se reuniram para defender um modelo alternativo de globalização. Em nosso entendimento, o livro poderia teorizar a respeito das contradições que a globalização impôs aos grupos historicamente marginalizados.

5.6 Unidade 6 - A vida nas cidades do século XXI - questões centrais de uma sociedade em construção

Essa é a última unidade do livro e é composta pelos capítulos 13, 14 e 15. **Capítulo 13 - Sociedade e Espaço Urbano:** explica que os interesses divergentes nas metrópoles afetam de maneira específica a população, a economia e o governo, o que tem um impacto direto na qualidade de vida dos habitantes. Aborda, ainda, a desigualdade de serviços e de infraestrutura, a violência - que não está apenas relacionada ao aumento da criminalidade, mas também às desigualdades e às contradições que estão por trás do desenvolvimento urbano -, e as diferentes formas de organização e de atuação política, como a luta pelo direito à cidadania e à moradia.

Silva *et.al* (2016) afirmam que origem das cidades é vista como uma resposta às mudanças significativas que remodelaram as fundações econômicas, políticas e culturais através dos séculos. A moderna cidade industrial é foco principal de estudos sociológicos, uma consequência direta das revoluções Industrial e Francesa, ambas no século XVIII, que abriram caminho para o capitalismo industrializado e para a democracia liberal.

O LD *Sociologia em Movimento* discute os conflitos e as dinâmicas das desigualdades sociais no contexto urbano, embora a questão racial e de gênero não figure de maneira central, sendo inseridas de forma indireta. Conforme nos explica Panta (2019, p. 86),

No Brasil, pesquisas sobre a segregação urbana com base na raça vêm sendo esboçadas desde a década de 1940, partindo do estudo de Pierson (1942), desenvolvido em Salvador. O autor constatou que a cor da pele dos moradores variava significativamente conforme a qualidade dos bairros. As áreas mais pobres eram habitadas majoritariamente por negros retintos e mestiços de pele mais escura, ao passo que brancos e mestiços de pele mais clara concentravam-se em localidades mais valorizadas.

Nessa perspectiva, é essencial problematizar a segregação racial nas cidades no LD, pois, a partir dessa problematização, os estudantes conseguem desnaturalizar as desigualdades sociais, principalmente a de ordem racial.

Capítulo 14 - Gêneros, Sexualidades e Identidades. Esse capítulo é essencial para nossa, pois explora as temáticas feminismo negro e interseccionalidade.

No tópico *Questão Motivadora*, na p. 329, consta a seguinte pergunta: “Por que gêneros e sexualidades considerados ‘diferentes’ podem causar sofrimento a inúmeras pessoas?”. Partindo desse questionamento, analisamos que a estereotipagem de gênero é definida como uma generalização das características, diferenças e atributos de um determinado grupo, com base em papéis e comportamentos atribuídos a homens e mulheres.

Lugones (2020) teoriza que os estereótipos de gênero são construções sociais, com a finalidade de reforçar ideias previamente concebidas sobre o que é apropriado para cada gênero. Desta feita, os estereótipos de gênero criam preconceitos amplamente aceitos sobre certas características ou traços e perpetuam a noção de que cada gênero e comportamentos associados são binários. Sob essa suposição, se um homem ou uma mulher agir de forma diferente de como se espera que seu gênero se comporte, há uma desconexão na mente do avaliador. Conforme nossa sociedade se move para uma construção mais ampla do que "gênero significa", os indivíduos que estão presos à ideia binária de gênero apresentam dificuldades para entender a diversidade e que muitos indivíduos não se enquadram na dicotomia de gênero estrita ou não se identificam totalmente com nenhum gênero.

Os estereótipos de gênero são perigosos, porque podem fazer com que fiquemos desorientados em nossas percepções. Quando os indivíduos não se enquadram, o resultado é a discriminação, a desigualdade, a violência e tratamentos desumanos, conforme afirma Lugones (2020) quando teoriza sobre a colonialidade do gênero e como foi construída socialmente pelos europeus.

Não apenas as mulheres são sub-representadas nos LD, de modo geral, mas também são retratadas em papéis estereotipados, tanto em textos quanto em ilustrações. As expectativas convencionais de gênero em relação à carreira das pessoas, papéis domésticos, deveres, aparência física e comportamentos se aplicam a personagens masculinas e femininas.

No tópico *Cronologia*, não há menção a nenhum fato histórico ligado ao feminismo negro ou à conquista histórica para a população negra; não há citação de alguma teórica negra, embora esse capítulo traga a discussão sobre o movimento feminista.

Silva *et al.* (2016) trabalham as diferenças entre sexo e gênero a partir da frase da teórica feminista Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”; os/as autores/as pontuam as diferenças existentes entre o biológico e o social, demarcando que, nas Ciências Humanas, a concepção do “ser mulher” perpassa questões culturais, ou seja, é uma construção das relações sociais.

No tópico *Saiba Mais*, temos o texto *Comportamentos de gênero em sociedades diversas*, no qual a antropóloga Margaret Mead fez reflexões que desafiam as concepções tradicionais sobre gênero. Na pesquisa *Sexo e Temperamento*, a citada antropóloga observa que as normas de gênero estão enraizadas nas normas culturais. Portanto, o LD *Sociologia em Movimento* avança no sentido de dialogar com os estudantes sobre as várias perspectivas acerca da temática que envolve as questões de gênero.

Na p. 335, há uma discussão sobre *O patriarcado e seus efeitos*, destacando o patriarcado como um sistema de poder que submete as mulheres aos homens, legitimando a dominação nos espaços privados e públicos. Silva *et. al* (2016) afirmam que o patriarcado justifica a violência doméstica e outras formas de agressão/opressão contra as mulheres. De acordo com Lugones (2020), o patriarcado, as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais estão calcadas de forma a privilegiar os homens, perpetuando desigualdades de gênero.

Silva *et al.* (2016) incluem a discussão sobre a divisão sexual do trabalho a partir das esferas públicas e privadas. Nesse sentido, o LD *Sociologia em Movimento* PNLN/2018 evidencia as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, bem como faz uma crítica à sobrecarga de trabalho doméstico que as mulheres enfrentam em função da estrutura social patriarcal.

Na p. 340, figura o tópico *Interseccionalidades: raça, classe e gênero*. Esse tópico é fundamental para esta pesquisa de mestrado, pois é fato que as mulheres negras passaram por processos, políticos, econômicos e sociais diferentes das mulheres brancas; portanto, buscamos compreender essas dinâmicas diferenciadas a partir do feminismo negro e da interseccionalidade. Nesse viés, Silva *et al.* (2016, p. 340) questionam:

Existiria, assim, uma “identidade” entre mulheres com base em sua posição nesse sistema de poder: seria possível, portanto, falar em “mulher” e “homem” como categorias universais de referência. Mas, afinal, existem padrões ou estruturas válidas para todas as culturas que permitam falar em uma identidade feminina ou em uma opressão masculina universal? As mulheres passam pelas mesmas experiências de violência e são igualmente subjugadas apenas por serem mulheres?

O LD *Sociologia em Movimento* destaca e teoriza sobre a importância do feminismo negro, questionando a universalidade da categoria mulher. O feminismo ganhou forças a partir de discussões pautadas em direitos políticos e sociais que abrangiam as mulheres brancas. É necessário destacar que o movimento feminista esteve alicerçado nos debates que cercavam as necessidades das mulheres brancas; as mulheres negras eram excluídas, ficando à margem nos âmbitos social, econômico, político, acadêmico e cultural. Portanto, o feminismo negro reivindica o lugar da mulher negra na sociedade; vale esclarecer que esse movimento não surgiu para dividir o movimento feminista. Conforme Sueli Carneiro (2019, p. 313),

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres.

A exclusão das mulheres negras dos debates nos movimentos feministas é resultado da discriminação racial existente na sociedade e, no caso do Brasil, da

herança cultural e eurocêntrica do colonialismo. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2011, p. 12) afirma que:

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, e à medida que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher.

O feminismo negro brasileiro tem uma vasta história, marcada por lutas contra o racismo, o sexismo e outras formas de opressão. As raízes desse movimento estão situadas no período de escravização, quando essas mulheres enfrentaram opressões pelo fato de estarem na condição de escravizadas, além do fator gênero. Para as mulheres negras, as reivindicações das mulheres brancas não faziam sentido, pois, conforme analisa a intelectual Sueli Carneiro (2019, p. 314),

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar.

De acordo com Gomes (2012), as mulheres brancas e negras nunca foram tratadas/vistas de forma igualitária. As mulheres negras, além da subjugação de gênero, sofrem com a discriminação de raça e de classe. Collins e Bilge (2020, p. 70) apontam que “o feminismo levantou questões de gênero e sexualidade, mas de maneira que não envolvia a questão do racismo antinegro tão importante para as afro-brasileiras”. Os questionamentos das feministas negras brasileiras em relação à pauta racial eram pertinentes, tendo em vista o contexto histórico brasileiro.

No contexto brasileiro, o feminismo negro teve maior visibilidade a partir do II Encontro Feminista Latino-americano, em 1985, em Bertioga, com o surgimento de organizações de mulheres negras, que estruturaram encontros de caráter estadual e nacional para discutir temáticas relacionadas à realidade das mulheres negras. O feminismo negro surgiu para dar voz às mulheres negras, impondo visibilidade para um silêncio que perdurava ao longo da história na sociedade. Segundo Carneiro (2019, p. 315),

É possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multiraciais, pluriculturais, e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o

racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Portanto, o feminismo negro discutido no LD *Sociologia em Movimento* aborda questões de classes sociais, além de lutar contra o sexismo e o racismo. Nesse sentido, Carneiro (2019, p. 315) nos lembra que:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.

Carneiro (2019) pontua que era preciso romper com a lógica da manutenção de privilégios que as feministas brancas mantinham e, para isso, era mais que urgente enegrecer o feminismo. Para a autora, fazer esse enegrecimento significa:

[...] demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país, que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (Carneiro, 2019, p.316).

De acordo com Djamila Ribeiro (2016), o feminismo negro veio para romper como o silêncio vivido pelas mulheres negras. Esse silêncio reflete muitas vivências dessas mulheres, como, por exemplo, a violência. Portanto, a invisibilidade da mulher negra dentro do movimento feminista branco faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. Nesse aspecto, o LD *Sociologia em Movimento* evidencia a não universalidade da categoria mulher, bem como teoriza sobre a temática a partir de autoras como hooks, Davis, Gonzalez.

Silva *et al.* (2016) evidenciam que as mulheres negras são as maiores beneficiárias do Programa Bolsa Família, destacando as condições de pobreza que essas mulheres enfrentam no Brasil, conforme exposto na Figura 13, a seguir:

Figura 13 - O programa Bolsa Família como empoderamento feminino



Fonte: Silva *et al.* (2016). *Sociologia em Movimento* PNLD/2018.

Pontuamos que, embora o LD traga uma discussão sobre o feminismo negro e apresente o conceito de interseccionalidade (o que está correto, pois esse conceito é fruto do esforço teórico das feministas negras), não há uma seção que discorra sobre o conceito de interseccionalidade, tampouco é apresentado o nome da teórica Kimberle Crenshaw. Destacamos que essa temática ocupa apenas três páginas do livro.

Collins (2019) afirma que a interseccionalidade percebe as diferenças de raça, gênero e classe social de forma integrada, sem hierarquização das opressões. Logo, a interseccionalidade amplia a compreensão das desigualdades e injustiças enfrentadas pelas mulheres negras. Por fim, é importante destacar que o LD *Sociologia em Movimento* avança no sentido de dialogar sobre os movimentos feministas e LGBTQIA+¹⁹, além de discutir sobre o feminicídio no tópico *Direito e Sociedade*. Ademais, o tópico *Atividades* propõe questões sobre feminismo negro, oportunizando aos estudantes uma maior reflexão em relação ao conteúdo trabalhado.

Capítulo 15 - Sociedade e Meio Ambiente: explora a relação entre o ser humano e o meio ambiente ao longo da história, sob a perspectiva da sociedade capitalista. No tópico *Primeiras Palavras*, Silva *et al.* (2016) tecem uma crítica às

¹⁹ A sigla LGBTQIA+ corresponde à população: Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero/Travesti, Queer, Intersexual, Assexual e o “+” representa outras identidades, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

consequências sociais e ambientais a respeito da construção da Usina de Belo Monte (PA), o que forçou uma comunidade inteira a se deslocar em função dessa construção. O livro destaca que os impactos não são somente de ordem ambiental, pois afetam a sociedade e, por isso, são sociais e ambientais, evidenciando a dinâmica capitalista, em que o meio ambiente figura como mercadoria.

Sob a perspectiva de classe, o LD *Sociologia em Movimento* faz críticas ao sistema capitalista, ressaltando as contradições do desenvolvimento econômico em detrimento do empobrecimento da população que não tem acesso à Reforma Agrária e, no polo oposto, o modelo de agronegócio, que acumula riquezas para uma pequena parcela da população, a partir da realidade brasileira. Nesse sentido, o livro faz um recorte de classe e demonstra para os estudantes as contradições do capitalismo.

Na p. 373, o livro traz uma discussão sobre a *Modernização, transformação social e justiça ambiental*, na qual os/as autores/as ressaltam a necessidade de abordagens integradas, que considerem os fatores econômicos, sociais, raciais e ambientais, para promover o desenvolvimento equitativo.

O LD apresenta, ainda, os conceitos de justiça ambiental e racismo ambiental, demonstrando exemplos, fazendo com que os estudantes consigam refletir sobre tais conceitos. A respeito de justiça climática e racismo ambiental, Pereira e Amparo (2023, p. 10) consideram que:

É necessário pontuar que o debate sobre justiça climática e racismo ambiental ganha relevância à medida que o primeiro termo, mais recente e europeizado, quase sempre não reflete as realidades de nações como as americanas, latinas, africanas e asiáticas e que, por isso, exige de teóricos e militantes a necessária luta por um discurso inclusivo, racializado e justo. No direito internacional, uma das portas de entrada na reconfiguração deste tema tem sido reconfigurar o chamado “mecanismo de perdas e danos” do Acordo de Paris para que, de fato, leve em consideração a necessidade de reparação histórica como parte da justiça climática. Justiça climática sem o necessário debate sobre raça, lugar social, gênero e pobreza é um discurso fantasioso, posto em documentos oficiais que não dialogam com as injustiças existentes e constatadas tanto no aspecto internacional, quanto dentro de países como o Brasil e os Estados Unidos. Vide por exemplo, o impacto de eventos climáticos extremos, como o Katrina, em 2005, nos Estados Unidos e aqueles que afetaram a sociedade brasileira no final do ano de 2021 e início de 2022, no sul da Bahia, em Franco da Rocha, região serrana do Rio de Janeiro e nas regiões metropolitanas do Recife e de Belo Horizonte. Morreram mães solteiras, negros das mais diversas idades, caixaras desempregados, ribeirinhos e moradores de favelas sem condições dignas de vidas.

Aqui, os autores articulam a injustiça ambiental e climática à questão racial. Nesse sentido, o racismo ambiental discute questões ambientais e raciais de forma interseccional, reconhecendo e expondo as desigualdades que afetam as sociedades racializadas em relação à temática ambiental. Portanto, o LD *Sociologia em Movimento* expõe as categorias de raça e classe no capítulo que trata sobre as questões ambientais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos o LD *Sociologia em Movimento*, do PNL/D/2018, com base na teoria/metodologia interseccional, em que há um entrelaçamento entre as questões raciais, de gênero e de classe social. Tais questões estão entrecruzadas e têm perpetuado uma série de opressões e desigualdades para a população negra brasileira, particularmente para as mulheres negras. Logo, é imprescindível compreendermos a importância do povo negro e da mulher negra para a construção social do Brasil; para isso, precisamos conhecer e problematizar as contradições das relações econômicas, desde o movimento colonial até o tempo presente. Tais desigualdades não são frutos do acaso e sim de um projeto colonial de poder.

Ao longo desta pesquisa, buscamos compreender como as categorias raça, classe social e gênero foram discutidas no LD, buscando analisar de que forma a implementação da Lei nº 11.645/08 se fez presente nesse livro de Sociologia, que foi o mais utilizado pelos estudantes das escolas públicas brasileiras. Apesar dos avanços legislativos em relação à temática antirracista, encontramos lacunas na forma como as mulheres negras são retratadas nesse livro LD, pois ele não traz discussões aprofundadas sobre a importância dessas mulheres para a construção social, econômica e política do Brasil.

Entendemos que o MFN brasileiro nasceu como levante social das mulheres negras, após o avanço do MNU e do movimento feminista hegemônico brasileiro. Nos 1970, o Brasil passou por uma eclosão de movimentos sociais, que nasciam para pôr em pauta questões identitárias e de classe, como o movimento dos trabalhadores, o movimento indígena e o movimento feminista, em pleno processo da ditadura militar, em sua perspectiva mais dura, após a efetivação do Ato Institucional nº 5 (AI-5, em 1968, quando uma parcela da sociedade já estava mobilizada e articulada contra o projeto ditatorial. O movimento feminista é amplo, dinâmico e de muitas frentes; logo, é pontualmente significativo, porque foi a partir desse levante que, historicamente, as mulheres tiveram acesso aos direitos políticos e sociais e, de alguma forma, o movimento feminista modificou as estruturas anteriormente fixadas no tecido social.

Processualmente, o movimento feminista foi se desdobrando e prosseguindo com as reivindicações, em virtude da emancipação dos corpos das mulheres, pelos direitos políticos e sociais, nos anos de 1980 e 1990, até a chegada do século XXI.

Enfatizamos particularmente os direitos legalmente alcançados em face à luta das mulheres e para as mulheres: escolarização; voto; trabalho legalizado por direitos trabalhistas; acesso à universidade; divórcio; uso de contraceptivos; abertura de empresa; debate político, entre outros.

Cabe-nos salientar que as questões referentes a mulheres negras e suas pautas não eram contempladas nos questionamentos sociais articulados pelo feminismo hegemônico, haja vista que esse movimento evidenciava uma incapacidade interna, no sentido de não compreender os desdobramentos sociais trazidos pelas mulheres negras e seus processos. Assim, dentro desse primeiro movimento de mulheres, havia um distanciamento e até um desmerecimento das mulheres negras, causando uma cisão entre suas demandas e aquilo que era demandado pelas mulheres brancas.

O livro *Sociologia em Movimento* se destaca por incorporar a discussão sobre o feminismo negro e a interseccionalidade, trazendo discussões acerca das categorias raça, classe social e gênero. Todavia, embora haja um avanço em relação à representação positiva do povo negro, em geral, e da mulher negra, em particular, ainda encontramos nesse LD mulheres negras sendo representadas à margem dos direitos sociais, econômicos e políticos.

Consideramos fundamental que as políticas públicas educacionais levem em consideração as categorias raça, gênero e classe social de forma interseccionada, efetivando uma educação antirracista, antissexista e anticlassista. Nesse sentido, é urgente não apenas a inclusão das mulheres negras, mas também a celebração da sua história, lutas e conquistas como parte central do currículo.

Portanto, precisamos avançar para além da inclusão superficial/periférica e trabalhar por uma transformação radical da educação, de modo a reconhecer e valorizar as múltiplas identidades e contribuições das mulheres negras, desafiando as estruturas de poder que sustentam as desigualdades historicamente atribuídas ao povo negro e, de maneira mais violenta, às mulheres negras, que lideram os índices de pobreza em nossa sociedade. Mudar essa situação requer um compromisso contínuo com políticas educacionais antirracistas, antissexistas e anticapitalistas, bem como uma (re)avaliação constante de como os livros didáticos e outros materiais são utilizados para moldar a consciência social e cultural de futuras gerações.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, (Selo Sueli C), 2019. (Coleção Feminismo Plurais).

ALVES, Daniel Tadeu. A relação estrutural entre capitalismo e racismo: o genocídio da população negra enquanto projeto societário. IN: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. [**Anais...**], v. 1, n. 1, 2018.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia da diáspora África-Brasil. **Revista da ANPEGE**, 7(01), p. 261-274, 2011. <https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0022>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6570>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ANTRA. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)**. 2012. 222 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 ago., 1998a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.006**, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do Livro Didático.

BRASIL. Lei n.º 11.648, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 de junho de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de Convocação 04/2015** - CGPLI.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNLD 2018: apresentação - guia de livros didáticos - ensino médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, v. 22, p. 965-986, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. **Estudos Avançados**, vol. 17, n. 49, p. 117-133. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados USP, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, ano 3, 2º semestre, p. 544-552, 1995.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CISNE, Mirla; IANAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. **Katálysis**, v. 25, p. 191-201, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. Espitemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEI, Ramos (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 139-170.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]; trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Parte 1/4. Trad. Carol Correia. 2017. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-de-identidade-e-viol%C3%A2ncia-contra-mulheres-n%C3%A3o-18324d40ad1f>. 14 junho 2017. Acesso em: 22 set. 2023.

DA COSTA, Sandra Santana. Trajetória do feminismo negro no Brasil: movimentos e ações políticas. **REIS**, p. 27-28, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ALMEIDA, Ceila Sales. **Feminismo negro**: a luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. 114f. 2016. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória-ES, Vitória, 2016.

DESTERRO, Fábio Braga do. **Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2016.

DOS REIS, Rodrigo Ferreira. Ôrí e memória: o pensamento de Beatriz Nascimento. **Sankofa**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 9-24, 2019.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência**: a escrita de nós - Reflexões sobre as obras de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **A Sociologia no Ensino Médio**: a produção de sentidos para a disciplina através dos livros didáticos. 2017. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: UFBA, 2008.

FERNANDES, Nathaly Cristina; DA NATIVIDADE, Carolina dos Santos Jesuino. O lugar da mulher negra no mercado de trabalho. In: V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, Londrina, [Anais...] v. 5, n. 1, p. 1323-1332, 2018.

FLORÊNCIO, Maria Amélia de Lemos. Reflexões sobre o uso do livro didático de sociologia na Educação Básica. In: I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS. [Anais...], Universidade Federal de Sergipe. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GAVIOLI, Janice Silva. **Tráfico negreiro**: a diáspora de um continente. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr. 1995.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/#>. Acesso em: 24 mar. 2024.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista**:

caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-64.

GOMES, Nilma Lino. **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: VOZES, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Insurreições negras e sociedade brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018, p. 263-264 [1985d].

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo-afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GROPPO, Luís Antonio. A globalização e seus críticos. **Ciências Sociais - Unisinos**, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93820819005>. Acesso em 20 mar. 2024.

GROSGOUEL, Ramón; ONESKO, Gabriel Camargo. A complexa relação entre modernidade e capitalismo: uma visão descolonial. **Revista X**, v. 16, n. 1, p. 6-23, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78186>. Acesso em: 22 jan. 2024.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95-118.

hooks, bell. (1995). Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, 3(2), 464. <https://doi.org/10.1590/%x>. Acesso em: 20 dez. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes. 2017.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, p. 464-478, 2. sem. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LAGES, Annabelle Santos; GOMES, Fabiana Oliveira; TAVARES, Caio dos Santos. O “lugar” do feminismo negro, decolonial, nos livros didáticos de sociologia (PNLD 2018). **Café com Sociologia**, n. 11, 2022. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/1349>. Acesso em: 24 set. 2023.

LOPES, Pedro Vitor de Souza. De Benjamin Constant a Mendonça Filho: breve histórico da sociologia escolar no Brasil. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. [Anais...], Campina Grande: Realize, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92477>. Acesso em: 20 dez. 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Pedagógica e Universitária, 1986.

MACHADO, Igor José Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**: Ensino Médio, vol. único. 2. ed., São Paulo: Ática, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento, execução. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Paloma Afonso; CARRIJO, Christiane. A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e60721, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JK8t85xSSKbjtwkJzsexpqtq/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

MARTUCHI, Rayane Ribas; MATTOS, Amana Rocha; SIQUEIRA, Ana Carolina. **Interseccionalidade como pista teórico-metodológica para pesquisa em gênero, raça e infância**. In: VIII SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE E IV LUSO-BRASILEIRO EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE, GÊNERO, SAÚDE E SUSTENTABILIDADE. [Anais...] Campina Grande: Realize, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/87602>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. ed. [2003]. São Paulo: N-1, 2018a.

MEUCCI, Simone. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 2, p. 209-232, 2014. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/96/45>. Acesso em 18 nov. 2023.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MONACO, Helena Motta. **Livro didático em contexto de disputas**: gênero e sexualidade no livro "Sociologia em movimento". 2018. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MONTENEGRO, Antônia Maria da Rocha. CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen Livros, 2019. (Resenha). **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 21, n. 35, p.163-175, jan./jun. 2019.

MORTARI, Claudia. **Introdução aos estudos africanos e da diáspora**. Florianópolis: DIOESC/UDESC, 2015.

MOTA, Emília Guimarães. Diálogos sobre religiões de matrizes africanas: racismo religioso e história. **Calundu**, 2(1), 2018.

<https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v2i1.9543>. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/9543>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NIEMEYER, Carolina Burner de. Via campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. **Raízes** - Revista de Ciências Sociais e Econômicas, 26(1 e 2), p. 59-70, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. DOI: 10.4025/actascieduc.v35i2.20222. **Acta Scientiarum. Education**, v. 35, n. 2, p. 179-189, 15 jul. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/20222>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro, Imperial Novo Milênio, 2016.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. Violência contra mulheres nos livros didáticos de História (PNLD 2018). **Estudos Feministas**. v. 27, n. 3. p. 1 -14, 2019, Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/18069582019v27n358426>. Acesso em: 24 mai. 2023.

PANTA, Mariana. População negra e o direito à cidade: interfaces sobre raça e espaço urbano no Brasil. **Acervo**. Dossiê Temático, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 79-100, 2019. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1521>. Acesso em: 01 abr. 2024.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020, p. 52-83.

PEREIRA, Diego; AMPARO, Thiago de Souza. Raça, clima e direito: um debate sobre justiça climática. **Diálogos Socioambientais**, [S. l.], v. 6, n. 17, p. 10-12, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/dialogossocioambientais/article/view/924>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PEREIRA, Fabrício Mendes. **A ofensiva liberal conservadora sob o bolsonarismo**: um estudo dos livros no PNLD/2021 Sociologia. Dissertação (Mestrado Profissional) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

PESSANHA, Ana Luísa Pereira dos Santos. Ensino de sociologia e recursos didáticos: uma análise dos livros aprovados pelo PNLD 2018. **Planície Científica**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 4, 2022. Dossiê Ciências Sociais e Educação.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/planiciecientifica/article/view/57764>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, p. 785, 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PONCE, Branca Jurema; FERRARI, Alice Rosa de Sena. Educação para a superação do racismo no contexto de uma escola pública. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19390.005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19390>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PROGRAMA Nacional do Livro Didático - PNLD 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-pnld>.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, v.13 n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras brasileiras de Bertioga: a Beijing.** **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 446, 1995.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 445-456, 2020.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. e238917, 2021.

SANTOS, Geilza da Silva Santos; CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. A mulher negra na sociedade brasileira. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - IV CONEDU, João Pessoa, 2017. [**Anais...**], v. 1. p. 1-11, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Editores Associados, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7311446/mod_resource/content/1/Sav.pdf. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, Afrânio *et al.* (Orgs). **Sociologia em Movimento.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? por que mudou?** Salvador: EdUFBA, 2011.

SILVA, Mônica de Cássia Costa *et al.* **Feminismo negro e Estado: as interseccionalidades na produção de políticas públicas em Belo Horizonte.** 2022.

SILVA, Sandra Oliveira da. **Ativismo, academia e comunicação**: o tripé de atuação de Sueli Carneiro, ativista e intelectual brasileira. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TOKITA, Márcia Figueiredo. Mulheres negras. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, [**Anais...**], v. 10, 2013.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social**: O cavalo de Troia da Educação. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

TRAPP, Rafael Petry. Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. **História da Historiografia**, v. 16, p. e1992, 2023.

VITORINO, Artur José Renda. Escravidão e capitalismo: notas de leitura do modelo Sistema Colonial nos anos 1970. **Angelus Novus**, p. 37-56, 2013.